

RELATÓRIO

NARRATIVO E FINANCEIRO

2018-2020



UNIÃO EUROPEIA

PROGRAMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNANÇA ECONÓMICA
E SISTEMAS DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NOS PALOP-TL | FASE II

PNUD
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

CONTEÚDO

SIGLAS E ACRÓNIMOS	4
RESUMO DA DESCRIÇÃO DA AÇÃO	6
Resumo do Programa	8
SECÇÃO I ENQUADRAMENTO	9
Contexto	9
A estratégia e lógica de intervenção	12
Matriz dos Resultados, Indicadores & Metas - Progresso	18
SECÇÃO II IMPLEMENTAÇÃO	22
Atividades Realizadas	22
Output 1: As capacidades do governo para garantir a transparência fiscal e orçamental nos PALOP-TL melhoradas	23
Output 2: As capacidades para garantir um controlo externo/auditoria sobre o SGFP nos PALOP-TL das ISC e outras instituições relevantes reforçadas	47
Output 3: As capacidades dos parlamentos e das OSC para assegurar a fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP nos PALOP-TL reforçadas	64
Modalidade de implementação – componente de gestão do projeto	84
Gestão de riscos: os desafios encontrados e as medidas de mitigação	95
Questões transversais	99
SECÇÃO III EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	100
Despesa por Outputs	101
Despesa por Atividades Gerais	104
Despesa por linhas orçamentais	106

SECÇÃO IV ATIVIDADES EM CURSO/ PLANEADAS & PTAS 2020	109
ANEXOS	111
Anexo 1: Quadro Lógico	111
Anexo 2: Matriz de Seguimento dos resultados, indicadores e metas	111
Anexo 3: Relatório narrativo da implementação do Plano de Visibilidade e Comunicação ..	111
Anexo 4: Plano de Seguimento atualizado	111
Anexo 5: Plano de Avaliação	111
Anexo 6: Registo de Riscos atualizado	111
Anexo 7: Teoria da Mudança atualizada	111
Anexo 8: Quadro detalhado das despesas	111
Anexo 9: Plano de Mitigação COVID-19	111
Anexo 10: PTAs 2020	111

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFROSAI-E: Organização Africana de Instituições Superiores de Controlo de Língua Inglesa

AFROSAI: Organização Africana de Instituições Superiores de Controlo

AP | CPLP: Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

AQFA: Acordo-Quadro Financeiro e Administrativo

BM: Banco Mundial

CABRI: Iniciativa Colaborativa para a Reforma Orçamental em África

CE: Comissão Europeia

CEJ: Centro de Estudos Judiciários

CG: Condições Gerais

CdP: Comunidade de Práticas (Community of Practice)

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CREFIAF: Conselho Regional de Formação das Instituições Superiores de Controlo de Finanças Públicas da África Francófona Subsaariana

DAC: Comité de Apoio ao Desenvolvimento (Development Assistance Committee)

DIM: Modalidade de Implementação Direta

DSA: Subsídio Diário

EU-PAANE II: Programa de Apoio aos Atores Não Estatais II

FED: Fundo Europeu de Desenvolvimento

FGV: Fundação Getúlio Vargas

GFP: Gestão das Finanças Públicas

GIZ: Associação Alemã para a Cooperação Internacional

GP: Gestor de Projeto

OSG: Orçamento Sensível ao Género (Gender Responsive Budget)

IBP: Parceria Internacional do Orçamento

IGEF: Instituto de Formação em Gestão e Economia Financeira

IIAG: Índice Ibrahim de Governação em África (Ibrahim Index of African Governance)

IMS: Information Management System

INTOSAI-IDI: Iniciativa de Desenvolvimento da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo

INTOSAI: Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo

IPSAS: Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público

IPU: União Interparlamentar

ISA: Normas Internacionais de Auditoria

ISC: Instituição Superior de Controlo

ISSAI: Normas Internacionais das Instituições Superiores de Controlo

MF: Ministério das Finanças

MIP: Programa Indicativo Plurianual (Multiannual Indicative Programme)

OBS: Inquérito sobre o Orçamento Aberto

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE: Objetivo Específico

OG: Objetivo Geral

OGP: Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership)

OISC: Organização das Instituições Superiores de Controlo

OISC | CPLP: Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade de

Países de Língua Portuguesa

ON FED: Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento

ONU: Organização das Nações Unidas

OSC: Organização da Sociedade Civil

PAG: Planos de Ação de Género

PAGODA: Acordo de Delegação (Pillar Assessed Grant or Delegation Agreement)

PAIGEF: Apoio para a criação do Instituto de Formação em Gestão Económica e Financeira em Língua Portuguesa

PALOP-TL ISC: Projeto de Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e Timor-Leste

PALOP-TL PACE: Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos PALOP e em Timor-Leste

PALOP-TL: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PASAI: Associação das Instituições Superiores de Controlo do Pacífico

PEFA: Metodologia de Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (Public Expenditure and Financial Accountability)

PESC: Política Externa e de Segurança Comum

PIB: Produto Interno Bruto

PIN: Programa Indicativo Nacional

PIR: Programa Indicativo Regional

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTA: Plano de Trabalho Anual

RBA: Abordagem Baseada em Direitos (Rights Based Approach)

ROM: Missão de Seguimento de Resultados

(Results Oriented Monitoring)

SADC: Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern Africa Development Community)

SAI-PMF: Quadro de Avaliação de Desempenho das Instituições Superiores de Controlo (Superior Audit Institutions Performance Measurement Framework)

SGFP: Sistema de Gestão das Finanças Públicas

SIDS: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States)

SOP: Guiões Operacionais (Standard Operating Procedures)

SStC: Cooperação Sul-Sul e Triangular (South-South and Triangular Cooperation)

TAIEX: Gabinete de Intercâmbio de Informações em Matéria de Assistência Técnica (Technical Assistance Information Exchange Office)

TdR: Termos de Referência

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

TL: Timor-Leste

ToC: Teoria da Mudança

TOKTEN: Transferência de Conhecimento Através de Nacionais Expatriados/as (Transfer of Knowledge Through Expatriate Nationals)

UE: União Europeia

UGP: Unidade de Gestão de Projeto

UNECA: Comissão Económica das Nações Unidas para África

UNOSCC: Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

UNSMS: Sistema de Gestão de Segurança das Nações Unidas

UNV: Programa de Voluntariado das Nações Unidas

RESUMO DA DESCRIÇÃO DA AÇÃO

1. Título / ato de base / número CRIS **Programa para a Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas nos PALOP-TL (Pro PALOP-TL ISC Fase II)**

Número CRIS: FED / 2016 / 039-765

Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

2. Área que beneficia da ação / localização PALOP-TL (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste)
A ação será principalmente levada a cabo no seguinte local: Países PALOP-TL (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste); os seis países de Língua Oficial Portuguesa do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

3. Documento de programação Programa Indicativo Plurianual (PIP) 2014-2020 para os países PALOP-TL

4. Sector de concentração / área temática **Área de prioridade 2:** DEV.AID: YES¹
Desenvolvimento de Capacidades para a Governação

5. Montantes Custo total estimado: 9.919.856 USD
Montante total da contribuição do 11.º FED: 8.313.000 USD
Esta ação é co-financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) num montante de 106.555.64 USD

6. Modalidade(s) da ajuda e modalidade (s) de implementação Modalidade de Projeto
Gestão indireta a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

7. a) Código (s) Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) Código DAC Principal - 151 (governo e sociedade civil, geral)
15111 (Gestão das Finanças Públicas) 15170 (Instituições e organizações para a igualdade das Mulheres)

¹ A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento é administrada com a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento como seu principal objetivo.

b) Canal principal de entrega	PNUD 41114			
8. Marcadores (do formulário CRIS DAC)	Objetivo estratégico geral	Não visado	Objetivo significativo	Objetivo principal
	Desenvolvimento de participação / boa governação			X
	Ajuda ao meio ambiente	X		
	Igualdade de género (incluindo mulheres em desenvolvimento)		X	
	Desenvolvimento Comercial	X		
	Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil	X		
	Marcadores da Convenção do RIO	Não visado	Objetivo significativo	Objetivo principal
	Diversidade biológica	X		
	Combate à desertificação	X		
	Mitigação das alterações climáticas	X		
	Adaptação às alterações climáticas	X		
9. Bens públicos e desafios mundiais - Temáticas principais	O programa contribui para o desenvolvimento humano, especificamente para: educação, conhecimento e competências; género, empoderamento das mulheres, proteção dos direitos das mulheres e raparigas; juventude; competências e inclusão social. Estabelece também ligações às temáticas principais 6 e 10, 'Iniciativa de Transparência de Recursos da EU' e 'Iniciativa de Mobilização de Receitas Nacionais para o crescimento e desenvolvimento', respetivamente. ²			
10. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³	<p>Objetivo principal dos ODS:</p> <p>Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos/as e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Objetivo secundário dos ODS:</p> <p>Objetivo 5: Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.</p> <p>Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p> <p>Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>			

² EU Resource Transparency Initiative (Eurti) and the Domestic Revenue Mobilisation (DRM) initiative for growth and development @ https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/com_collectmore-spendbetter_20150713_en.pdf

³ <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>.

Resumo do Programa

O **Programa para a** Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP-TL (**Pro PALOP-TL ISC - Fase II**) abrange a segunda área prioritária do Programa Indicativo Plurianual (MIP) PALOP-TL do 11º FED, ‘Desenvolvimento da Capacidade de Governação’. O projeto pretende **melhorar a governação económica** nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (**PALOP**) e Timor-Leste (**TL**), com o objetivo específico de **melhorar o desempenho dos países PALOP-TL** na prestação de contas, eficácia e transparência das finanças públicas. Devido ao legado histórico, administrativo e cultural comum dos seis PALOP-TL, o apoio da União Europeia (UE) à Cooperação Sul-Sul e Triangular (SStC) entre estes países possibilitou a prossecução de objetivos nas áreas mencionadas e chegar a parceiros não convencionais na cooperação para o desenvolvimento, como o Brasil.

O projeto proposto visa expandir e consolidar as iniciativas e sucessos da SStC do Pro PALOP-TL ISC⁴, apoiando a capacitação, prestando assistência técnica e desenvolvendo ainda mais o diálogo regional no domínio acima referido. Neste âmbito, a proposta consiste em centrar a intervenção para a consolidação da Gestão de Finanças Públicas (GFP) em três domínios, perspetivando a prossecução dos resultados esperados em campos onde a cooperação entre os PALOP-TL | UE já está em curso e tem vindo a ter impactos positivos, gerando um valor acrescentado regional:

1. Melhoria das capacidades do poder executivo para garantir a transparência fiscal e orçamental nos PALOP-TL.
2. Reforço das capacidades das Instituições Superiores de Controlo e de outras instituições de controlo externas para garantir a auditoria/controlo externo do SGFP nos PALOP-TL.
3. Reforço das capacidades dos parlamentos e das Organizações da Sociedade Civil (OSC) para assegurar de forma efetiva a fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP nos PALOP-TL.

O projeto desenvolverá um instrumento para apoiar e intermediar iniciativas de capacitação, sstc, intercâmbios de experiências e aprendizagem pelos pares, com a expectativa de promover dinâmicas transformacionais baseadas em instituições, processos e recursos humanos. Os beneficiários do projeto foram identificados através dos programas do 10.º fed - programa indicativo regional (pir) e programa indicativo nacional (pin) palop-tl - respetivos, a par com um processo de mapeamento, análise e diagnóstico detalhado realizado ao longo da implementação do pro palop-tl isc, entre 2014 e 2017⁵, complementado por um processo de mapeamento ad hoc de consulta nos 6 países em 2016-2017. Atendendo à sua experiência bem-sucedida na implementação do pro palop-tl isc, bem como no desenvolvimento/ disponibilização de ferramentas e processos de capacitação institucional, propõe-se a renovação da parceria com o pnud, na modalidade de gestão indireta da ação.

4 A definição operacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para a cooperação triangular é a de “parcerias orientadas pelo Sul entre dois ou mais países em desenvolvimento, apoiados por um país desenvolvido ou organizações multilaterais”.

5 Informações sobre todas as ações realizadas no âmbito do Pro PALOP-TL ISC podem ser encontradas no site (<https://agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/angola>) Portal AGORA (<https://www.agora-parl.org/palop>), Canal do YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCqQShed9k1_1tQqqduF_tcg) e página do Facebook (<https://www.facebook.com/propalop.tl>).



SECÇÃO I

ENQUADRAMENTO

CONTEXTO

Na última década, os países lusófonos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste implementaram progressos significativos na governação económica. As reformas recentes na Gestão das Finanças Públicas (GFP) são a principal razão para este sucesso.

Contudo, há pontos fracos, tais como a inadequação da capacidade institucional, competências e recursos humanos, que continuam a afetar os sistemas de

administração pública. Esta situação compromete a gestão eficaz das finanças públicas, a fiscalização orçamental e o controlo dos recursos públicos, e têm impacto significativamente adverso sobre outros setores de governação e desenvolvimento.

Com o objetivo de apoiar os países acima, que abordam tais desafios, a União Europeia (EU), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os Ordenadores Nacionais

do Fundo Europeu de Desenvolvimento (ON FED) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)⁶ e Timor-Leste (TL) juntam-se no Projeto de Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP e em Timor-Leste (**Pro PALOP-TL ISC**)⁷.

O projeto Pro PALOP-TL ISC foi integralmente financiado pela UE para promover a governação económica nos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) de língua portuguesa (PALOP e Timor-Leste) e reforçou as competências técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo (ISC), parlamentos e sociedade civil, no domínio da GFP.

O projeto possibilitou a capacitação de instituições beneficiárias, o desenvolvimento de habilidades, experiência e conhecimento das partes intervenientes na fiscalização. Portanto, o projeto teve um impacto real na vida das pessoas e no quadro geral da GFP e fiscalização orçamental nos PALOP-TL. A implementação do projeto começou em janeiro de 2014 e terminou em dezembro de 2017, tendo permitido importantes realizações (outputs entregues pelo projeto durante o período de implementação) no domínio do controlo externo (técnico/jurisdicional, político e social) das contas e políticas públicas e transformações no domínio da governação económica (outcome para o qual os outputs do projeto contribuíram) nos PALOP e Timor-Leste. Para uma consulta mais detalhada destes resultados, consultar o **Relatório Final Narrativo e Financeiro**⁸ do projeto.

Estas transformações representaram uma oportunidade de desenvolver, expandir e impulsionar progressos na promoção da boa governação económica e da transparência dos SGFP dos PALOP e de Timor-Leste.

Apesar da importância das concretizações na promoção do controlo externo do SGFP e transparência fiscal nos PALOP-TL, continuam a existir desafios substanciais. Tal como referido pelo Presidente da ISC de Portugal na reunião final da entidade implementadora: o reforço do controlo externo da despesa pública e a consolidação dos ecossistemas de GFP em qualquer país, principalmente numa região ou conjunto de países, é um esforço a longo prazo. O equilíbrio entre ganhos e perdas não pode ser medido a curto prazo e o trabalho realizado, ao lidar com os desafios e obstáculos que dificultam o trabalho das partes intervenientes e dos atores centrais dos sistemas, precisa de refletir essa realidade.

Aquando da formulação da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC, de acordo com os resultados⁹ do OBS da IBP, o controlo social e externo sobre a gestão da despesa

6 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

7 <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai>.

8 https://agora-parl.org/sites/default/files/relatorio_narrativo_e-financeiro_2013-2017_Web.pdf.

9 Guiné Bissau e Cabo Verde não estão abrangidos – Ver Anexo 4 para informação mais detalhada. Fonte: <http://www.internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/>

pública, bem como a capacidade de participação pública nos processos orçamentais e transparência orçamental, continuam a representar um desafio para a gestão eficiente das finanças públicas nos PALOP-TL. A atualização de dezembro de 2017 do OBS sobre transparência orçamental não registou grandes melhorias em Angola¹⁰, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. As avaliações¹¹ disponíveis da Metodologia de Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (PEFA) estão desatualizadas para a maioria dos países abrangidos, exceto para Cabo Verde (versão pública mais recente de 2016) e Moçambique (versão de 2015, realizada segundo a nova metodologia), mas os dados parecem confirmar a persistência de desafios quanto à eficiência das auditorias externas e fiscalização parlamentar dos relatórios de auditoria externa. No entanto, a divulgação e periodicidade da informação fiscal, bem como a abrangência da informação fiscal incluída nos relatórios de despesas, variam substancialmente entre os países avaliados. Dados recolhidos nas ações de terreno do Pro PALOP-TL ISC¹² indicam que a fiscalização parlamentar da lei anual do orçamento nos países PALOP-TL avaliados melhorou consistentemente. No entanto, em janeiro de 2018, entre todos os países PALOP-TL, a OGP¹³ registou apenas a adesão formal do governo de Cabo Verde à Parceria e Princípios do Governo Aberto (na qualidade de membro), sem que nenhum outro passo relevante tenha sido tomado pelo governo. Independentemente da existência de iniciativas *ad hoc* que promovem a transparência do parlamento ao público, nenhum dos países PALOP-TL tem um **Plano de Ação do Governo Aberto**, nem um **Plano de Ação do Parlamento Aberto** formalmente submetido à parceria, o que sustenta as avaliações da baixa abertura parlamentar nestes países¹⁴.

O desafio fundamental para a construção de SGFP sustentáveis e funcionais nos países PALOP-TL tem sido evidenciado nas avaliações referidas acima. A fraqueza geral da GFP é exacerbada por um exame minucioso da prestação de serviços, investimentos e SGFP pelas instituições de supervisão. Instituições como as ISC, parlamentos (em particular, Comissões Parlamentares do Orçamento) e as OSC continuam a enfrentar restrições consideráveis para garantir o controlo externo da GFP, a fiscalização parlamentar orçamental e a adoção de ferramentas para a monitoria social da despesa pública, devido à sua limitada capacidade. Além disso, dados insuficientes sobre GFP, transparência/prestação de contas e corrupção aumentam a complexidade dos assuntos relacionados com a GFP na maioria dos países em apreço. Têm vindo a ser feitos esforços, através de projetos/ atividades neste campo, a nível nacional e regional, que continuam a ser um valioso contributo na abordagem de tais questões.

Foi neste contexto que os serviços da UE e dos ON FED concordaram em abrir uma janela

10 <https://www.internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/country-info/?country=ao>.

11 Ver Anexo 4 para informação mais detalhada. Fonte: <https://pefa.org/assessments/listing>.

12 Fonte: Relatório final do projeto.

13 A Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership) é uma iniciativa multilateral cujo objetivo é assegurar compromissos concretos dos governos para a promoção da transparência, empoderamento das/os cidadãos/ãs, combate à corrupção e explorar as novas tecnologias para reforçar a governação.

14 Ver Anexo 4 para informação mais detalhada. Fonte: <https://www.opengovpartnership.org/participants>.

de financiamento, no âmbito do Programa Indicativo Nacional (PIN) do 11.º FED, para apoio aos PALOP-TL, para abordar os desafios da capacitação em matéria de governação económica, numa lógica de intervenção que visou maximizar os ganhos da primeira fase do Pro PALOP-TL ISC.

Depois de um processo inicial de identificação, cuidadosamente elaborado e executado, que envolveu uma análise interna com base em revisão de literatura assente em exercícios de reflexão acerca das lições aprendidas e de avaliação de capacidade, bem como de consultas inclusivas de potenciais intervenientes e beneficiários, estes serviços decidiram que o pilar do PIN PALOP-TL 11.º FED ‘Desenvolvimento das capacidades de governação’, deveria ser realizado por via de um **Programa de Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) nos PALOP-TL** – ampliação e fase II da intervenção lógica do Pro PALOP-TL ISC, baseada nas aprendizagens realizadas e no desenvolvimento de capacidades.

A ESTRATÉGIA E LÓGICA DE INTERVENÇÃO

Entre 2010 e 2017, no contexto da implementação de vários projetos do 9º e 10º FED PALOP-TL | EU, especialmente nos Projetos de “Apoio aos Ciclos Eleitorais nos PALOP e em Timor-Leste (PALOP-TL PACE¹⁵)” e de “Reforço das Competências **Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade** Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP-TL (Pro PALOP-TL ISC¹⁶)”, implementados pelo PNUD, a Cooperação Sul-Sul e Triangular (SStC) foi testada no terreno enquanto mecanismo de intercâmbio entre pares para o desenvolvimento de competências e assistência técnica.

A estratégia e lógica de intervenção da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC incorporou as lições aprendidas com essas iniciativas, consolidando-as num único mecanismo de cooperação Sul-Sul e Triangular para capacitação, assistência técnica.

A decisão de focar a lógica de intervenção na melhoria dos ecossistemas do SGFP e transparência orçamental nos PALOP-TL foi tomada pelos serviços da Comissão Europeia e dos Ordenadores Nacionais num contexto em que a maioria dos países beneficiários se deparava (e ainda se depara) com oportunidades e desafios à transparência orçamental e à consolidação dos seus respetivos ecossistemas de GFP. Essa decisão também aconteceu

15 [https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/GNB/Pro%20PALOP%20FINAL%20REPORT%20\(OFFICIAL%20VERSION\).pdf](https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/GNB/Pro%20PALOP%20FINAL%20REPORT%20(OFFICIAL%20VERSION).pdf).

16 <https://agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai>.

num momento em que a parceria EU | PNUD no âmbito do **Pro PALOP-TL ISC**¹⁷ promoveu uma alavancagem crítica das instituições estatais e não-estatais responsáveis pela eficiência e transparência dos sistemas de GFP em todos os PALOP-TL.

Neste cenário, o Pro PALOP-TL ISC Fase II desenvolveu-se a partir das linhas de base e concretizações do Pro PALOP-TL ISC Fase I, referidas na contextualização facultada no presente documento. A Fase II ampliou a lógica de intervenção, realçando a promoção de mais “instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ODS 16), construindo coligações entre as partes interessadas, para alcançar ainda mais em termos de transparência orçamental (executivo), controlo externo (ISC e parlamentos) e monitoria social (sociedade civil) das finanças, despesas públicas e contas nos PALOP-TL.

O quadro lógico e de resultados foi elaborado segundo a Teoria da Mudança (ToC), que estabeleceu uma hipótese de trabalho que já havia sido submetida a verificação com sucesso durante e após a implementação da fase I do Pro PALOP-TL ISC.

A ToC foi desenvolvida através da abordagem de ciclo tradicional: (1) análise da situação e contexto; (2) identificação das condições prévias; (3) identificação do papel das partes intervenientes; (4) elaboração de premissas e riscos explícitos; (5) validação da ToC; (6) a narrativa da ToC que está definida no presente documento. Para uma consulta mais detalhada da ToC, referir-se ao Anexo I do Acordo de Contribuição – a Descrição da Ação.

A estratégia do projeto foi totalmente alinhada com o Plano Estratégico do PNUD 2018-21 e foi configurada com a premissa de que “o desenvolvimento é cada vez mais complexo” e requer “múltiplos caminhos, com interligações, compromissos e sinergias”. Embora o projeto contribua para melhorar os três cenários de desenvolvimento¹⁸ dos países beneficiários identificados no Plano Estratégico do PNUD 2018-21, a lógica de intervenção do projeto e da ToC concentrou-se em promover transformações estruturais nestes países para superar “os desafios estruturais enfrentados pelos países, num contexto incerto e em rápida evolução com níveis mais altos de risco, transversal às questões económicas, sociais, ambientais e de governação”.

A estratégia do projeto visou fornecer respostas corporativas a “questões integradas e complexas” e “aplicáveis em todos os contextos de desenvolvimento” dos seis países ACP de língua portuguesa (ver contexto de cada país em anexo); e visou conseguir estabelecer “parcerias impulsionadoras” que sejam “transformadoras” e possam trazer “transformações significativas e quantificáveis”.

O projeto está alinhado com as soluções de assinatura do Plano Estratégico com o objetivo de “reforçar a governação efetiva, inclusiva e responsável” e “reforçar a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e raparigas”.

Os desafios que persistem ao nível dos objetivos específicos para a GFP (independentemente das concretizações e atividades de intervenções específicas,

¹⁷ <https://www.agora-parl.org/pro-palop-tl-sai>.

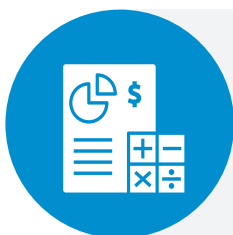
¹⁸ (1) Erradicar a pobreza; (2) Reforçar a Resiliência; e (3) Transformações Estruturais.

tais como o Pro PALOP-TL ISC) tem sido identificados por entidades como a *Budget International Partnership* (Parceria Internacional para o Orçamento), a *The Public Expenditure and Financial Accountability* (PEFA)¹⁹, pela Fundação Ibrahim, através do Índice de Governança em África (IIAG 2017)²⁰ e pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) no Relatório sobre Governança na África^{21, 22}. Os desafios são também mencionados em publicações pelo Instituto do Banco Mundial sobre a fiscalização parlamentar do orçamento e no Relatório Global Parlamentar de 2017 sobre 'Fiscalização parlamentar e o poder do parlamento para responsabilizar o governo'. Para além do recurso aos estudos e publicações referidas as análises sobre a GFP em cada país foram ainda confirmadas através de consultas públicas realizadas nos seis países PALOP-TL no período de 2016-2017.

A estratégia foi, portanto, concebida para responder aos 3 principais desafios



Capacitar as principais partes intervenientes na GFP dentro dos MF - aumentando a capacidade técnica do pessoal para garantir efetivamente que as funções básicas de um bom SGFP sejam respeitadas;



Melhorar as funções de supervisão das finanças públicas dos parlamentos, ISC e Sociedade Civil - aumentando a capacidade das Comissões de Contas Públicas no sistema Parlamentar, ISC e das OSC para lidar com os obstáculos ao envolvimento efetivo no processo orçamental aos níveis nacionais;



Reforçar os diálogos políticos e a cooperação Sul-Sul na área da GFP - a nível regional e internacional.

interligados e acima destacados, para reforçar o SGFP nos PALOP-TL, ao:

19 Ver as linhas de base dos objetivos específicos. Os desafios referidos podem ser encontrados nos exercício PEFA anuais realizados em cada país.

20 Idem.

21 AGR II. Disponível em: <https://www.uneca.org/publications/african-governance-report-iv>.

22 http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/parliamentary_development/global-parliamentary-report-2017.html.

Não obstante o atraso relativo no arranque e as dificuldades verificadas (ver ponto 2.1.4. sobre os riscos e medidas de mitigação), a implementação das atividades ao longo do período reportado tem permitido responder com relevância, eficácia, eficiência (e mantendo os elementos de sustentabilidade) aos desafios que se impõem aos SGFP dos PALOP-TL. O ponto 1.3 seguinte resume esse progresso numa matriz resumida dos resultados, indicadores e metas – em comparação com o esperado no quadro lógico (Quadro de Resultados e Recursos).

A intervenção favorece o intercâmbio de conhecimentos através de visitas virtuais e no terreno, que permitem o reforço da capacidade da administração pública e dos atores da governação. A implementação de projetos anteriores ao 10.º FED, nomeadamente o Pro PALOP-TL PACE e o Pro PALOP-TL ISC Fase I entre 2010-2017, permitiu conceber, testar, normalizar e ampliar a Cooperação Sul-Sul e Triangular (SStC) a nível institucional - desde os órgãos de gestão eleitoral até às partes intervenientes relevantes dos sistemas de GFP nos países PALOP-TL. Estes projetos foram construídos sobre a longa tradição de cooperação bilateral entre esses países a nível estatal e institucional.

A lógica de intervenção do projeto continua a privilegiar o uso sistemático da Cooperação Sul-Sul e Triangular (SStC) a nível institucional para maximizar as oportunidades entre pares, eventos de aprendizagem, CdP que promovem intercâmbios de experiências, acesso a bases de dados, etc.

A sistematização destas práticas numa Facilidade/Instrumento destina-se, na lógica de intervenção, a trazer sustentabilidade e transformação efetiva às práticas individuais e coletivas específicas das instituições da administração pública ao:

1. Utilizar o projeto como “intermediário” / facilitador/ broker e recorrer, sempre que possível e aceite pelos beneficiários, a outros mecanismos pré-existentes de SStC (e.g. plataformas, acordos institucionais bilaterais ou multilaterais, etc.), reforçando e progressivamente consolidando estes laços em práticas de trabalho e redes de aconselhamento e apoio.
2. Utilizar a aprendizagem pelos pares e o intercâmbio para promover a capacitação como principal instrumento de assistência técnica sempre que adequado, viável e desejável pelos beneficiários. Como demonstrado, nas experiências PALOP-TL anteriores, as instituições revelam maior confiança quando a assistência técnica e a partilha de informações e métodos de trabalho, resulta de contacto com as suas instituições homólogas e em ambientes semelhantes. Esta forma de aprendizagem e intercâmbio de pares incluirá, igualmente, boas práticas de países não PALOP-TL, com o sentido de expor estes países a outras experiências, que tenham demonstrado inovação e eficiência e que possam assim contribuir para o desenvolver das instituições.
3. Promover a exposição dos beneficiários a padrões estabelecidos, boas práticas

internacionais e formação com reconhecimento internacional

4. Identificar as necessidades específicas às quais projeto pode responder com valor acrescentado no plano regional em colaboração com instituições interessadas, de modo a implementar uma abordagem flexível e à medida, e concentrar os recursos escassos em intervenções específicas nas 3 áreas-chave, através da implementação de PTAs concertados.
5. Adotar uma abordagem de geometria variável, em que os países optam por participar nas atividades regionais selecionadas de acordo com as necessidades das instituições respetivas. Isso evitará o envolvimento dos participantes em atividades de capacitação com menor relevância ou adequação para o seu contexto. Também permitirá um equilíbrio entre os países, tendo cada um a possibilidade de estar “na liderança/ ser formador” e noutras ações ser “formando” - um equilíbrio que se espera que reforce o interesse e a apropriação dos países pela cooperação regional.

Durante a fase de implementação, que foi mais longa do que inicialmente previsto (último país a receber a missão de formulação foi Timor-Leste, em novembro de 2019), os PTA foram desenvolvidos com base na análise funcional de todas as partes intervenientes, bem como nas lições aprendidas mencionadas acima (e nas linhas de base). Esses planos de trabalho definiram *ações detalhadas através de um processo inclusivo* que permitiu identificar as lacunas nas capacidades de cada parte interveniente em relação ao respetivo mandato e as ações que o projeto deveria realizar para fazer face às mesmas. Este processo foi concluído com sucesso, tendo permitido importantes realizações no arranque do projeto e que serão reportadas mais adiante. Contudo, *há a reportar o impacto da* pandemia COVID-19 que está a impor desafios nunca antes enfrentados pelos Estados, a nível global, portanto, também nos países beneficiários do projeto. Este contexto tem óbvio impacto na implementação dos planos de trabalho previstos para 2019, e na formulação dos planos para 2020. Foi por isso necessário o executivo do projeto rever a estratégia inicial para dar resposta a este evento inesperado.

O executivo do projeto iniciou discussões com a DUE de Moçambique com o objetivo de realocar o saldo atual do primeiro pré-financiamento dos fundos da UE para o Pro PALOP-TL SAI (Fase II), visando obter uma resposta abrangente de médio prazo, financiada pela UE, ao impacto da pandemia do COVID- 19 aos SGFP e governação económica nos PALOP-TL.

A realocação desses fundos, referentes ao balanço não realizado em 2019 dos planos de trabalho, estaria sujeita a discussões com os beneficiários nacionais do projeto (MF, ISC, Parlamentos e OSC) e, eventualmente, com as plataformas regionais já envolvidas em iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Triangular promovidas pelo projeto (OISC | CPLP e AP | CPLP, nomeadamente a organização das instituições superiores de controlo da CPLP e a assembleia parlamentar da CPLP).

Essa iniciativa de impacto rápido beneficiaria todos os países do PALOP-TL e promoveria ações a serem implementadas diretamente por e em apoio aos beneficiários principais do projeto, como segue:



Executivo, em particular, Ministérios das Finanças (DGOs – Direção Geral de Orçamento - e IGF - Inspeção Geral das Finanças): facilitar e disponibilizar apoio técnico para abordar conjuntamente e com uma abordagem comum as iniciativas para mitigar o impacto do COVID-19 nas economias dos PALOP-TL, entre outros, através da consolidação da governação económica e da Gestão das Finanças Públicas.



Instituições Superiores de Controlo e outras Instituições Independentes de Controle Externo: facilitar e disponibilizar apoio técnico para abordar em conjunto e com uma abordagem comum as iniciativas para garantir controle independente e a auditoria ao uso de recursos públicos e contribuições dos parceiros de desenvolvimento utilizados pelo executivo para combater a pandemia do COVID-19 e seus impactos.

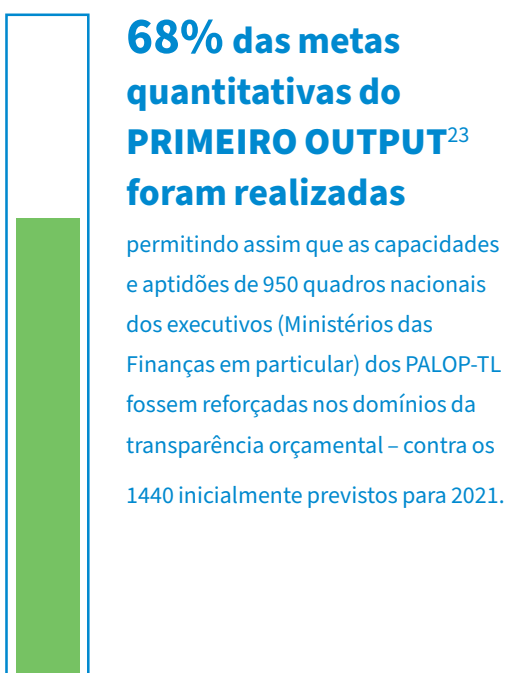


Parlamentos e OSC: facilitar e disponibilizar apoio técnico para abordar de maneira conjunta e com uma abordagem comum as iniciativas para escrutinar e garantir o escrutínio e a supervisão legislativa, bem como o monitoramento social, do uso dos recursos públicos e das contribuições dos doadores usados pelo executivo para combater a pandemia do COVID-19 e seus impactos.

Estas alterações verificar-se-ão ao nível das atividades e não implicariam uma revisão dos resultados. Esta opção permite adequar o uso do saldo remanescente dos fundos do ano 1 e permitiria à UE reforçar o seu contributo para mitigar o impacto da pandemia de COVID-19 no PFMS e na governação económica dos PALOP-TL.

MATRIZ DOS RESULTADOS, INDICADORES & METAS - PROGRESSO

Para efeitos de apresentação no presente relatório e mais fácil seguimento, foi feita uma racionalização dos indicadores e respetivas metas para os outcomes (objetivos específicos) e para os outputs (resultados esperados) do quadro lógico do projeto. Para o efeito, foi desenvolvida uma matriz de monitoria do projeto que agrupa e racionaliza os indicadores e metas iniciais do projeto em linha com o quadro lógico – anexo 1. Da análise cruzada da matriz de seguimento dos resultados, indicadores e metas, constata-se que:



²³ As capacidades do governo para garantir a transparência fiscal e orçamental nos PALOP-TL melhoradas

OUTPUT 1

Todos os PALOP-TL endossaram a metodologia OSG. Todos os PALOP-TL incluem total ou parcialmente planificação sobre OSG

- Cabo Verde usa a metodologia de OSG e tem um OGE na perspetiva de género – desde transversalização de metas e indicadores ao nível do plano estratégico nacional à utilização de marcadores de género no SIGOF.
- Timor-Leste usa a metodologia de OSG e tem um OGE na perspetiva de género – desde a transversalização de metas e indicadores ao nível do plano estratégico nacional à utilização de marcadores de género no FREEBALANCE .
- Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe transversalizaram as metas de género nos seus planos estratégicos nacionais, mas não elaboram ainda OGEs na perspetiva de género, nem têm marcadores de género.
- Moçambique transversalizou as metas de género no seu plano estratégico nacional e introduziu um classificador orçamental do género SISTAFE , mas não está operacional e nem tem sido usado.

AS RAZÕES DO PROGRESSO

Uma forte capacidade de execução confirmada pelos executivos, acompanhada de uma grande disponibilidade dos mesmos para realizar as ações do Pro PALOP-TL ISC . Esta realidade contrapõe o diagnóstico inicial, mais conservador, na fase de formulação assente no pressuposto de haver maior concentração de parcerias e apoios aos executivos através de projetos bilaterais e de outros atores multilaterais no domínio das FP.



41% das metas quantitativas do SEGUNDO OUTPUT²⁴ foram realizadas

permitindo assim que as capacidades e aptidões de 580 juizes, auditores e quadros das ISC dos PALOP-TL são reforçadas nos domínios do controlo externo das contas públicas e de auditorias (financeiras, de desempenho, concomitantes) para cobrir instituições cada vez mais complexas (PPPs e Setor Bancário) e os ODS – contra os 1630 inicialmente previstos para 2021.

²⁴ As capacidades para garantir um controlo externo/auditoria sobre o SGFP nos PALOP-TL das ISC e outras instituições relevantes reforçadas.

OUTPUT 2

Pelo menos 3 CdP de ISC para promover o controlo externo das FP nos PALOP-TL organizadas:

- 2 grupos de trabalho que juntaram 58 auditores e técnicos das ISC em Lisboa, Portugal, e na Cidade da Praia, Cabo Verde, para adaptar a ferramenta PFM-RF aos contextos nacionais dos PALOP-TL e preparar relatórios nacionais sobre a capacidade de implementação por parte dos executivos das metas nacionais dos ODS (Parceria com GIZ).
- 1 CdP da OISC | CPLP reuniu 96 juizes, auditores, técnicos das ISC dos PALOP-TL na Cidade da Praia, Cabo Verde, para analisar e adotar a ferramenta PFM-RF (instrumento de suporte às ISC na auditoria à capacidade de implementação por parte dos executivos das metas nacionais dos ODS).
- 1 CdP dos atores estatais dos SGPF juntou cerca de 140 delegados profissionais e especialistas em Luanda, Angola, para discutir o papel desses atores na promoção das Agendas 2030/2063 e as metas nacionais dos ODS nos PALOP-TL.
- 1 CdP reuniu cerca de 60 altos quadros dos atores estatais dos SGFP no contexto da implementação de um instrumento piloto de Diálogo de Políticas Públicas entre os PALOP-TL e a UE no domínio das finanças públicas.
- Pelo menos 4 ISC dos PALOP-TL realizam ou estão envolvidas em pelo menos uma ou mais auditorias coordenadas:
 - O plano para uma auditoria coordenada aos ODS 14 e 15 foi acordado no contexto da OISC | CPLP, mas ainda está por finalizar e operacionalizar. Deveria arrançar no segundo trimestre de 2020, mas o atual contexto marcado pela pandemia do COVID-19 vai ter um forte impacto no calendário.
 - Todos as ISC dos PALOP-TL realizaram procurement de TICs para reforçar suas capacidades e sistemas:
 - Procurements em curso em São Tomé e Príncipe e em Moçambique.
 - O TC de Cabo Verde está a capacitar os técnicos para uso do sistema integrado do TC.

AS RAZÕES DO PROGRESSO



Necessidade de adaptação às mudanças de liderança que recentemente ocorreram nas ISC de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe que, não bloqueando as ações ou acesso do projeto, não deixaram de ter impacto na apropriação dos planos de trabalho e ritmo de arranque das atividades.

14% das metas quantitativas do TERCEIRO OUTPUT²⁵ foram realizadas

permitindo assim que as capacidades e aptidões de 1,111 parlamentares, técnicos parlamentares, membros das OSC dos PALOP-TL são reforçadas nos domínios da fiscalização legislativa das finanças e políticas públicas, da abertura parlamentar, da monitoria social das despesas públicas e da simplificação orçamental – contra os 8040 inicialmente previstos para 2021.

25 Output 3: As capacidades dos parlamentares e das OSC para assegurar a fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP nos PALOP-TL reforçadas.

AS RAZÕES DO PROGRESSO



Significativas mudanças de regimento parlamentar em Cabo Verde, a realização de eleições em Moçambique e instabilidade política relevante na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste tiveram um forte impacto no arranque das atividades de reforço parlamentar.

OUTPUT 3

Parlamentares (Comissões Parlamentares Orçamentais e Grupos/Redes de Mulheres Parlamentares) e membros das OSC dos PALOP-TL são treinados e capazes de usar a metodologia Pro PALOP-TL ISC para fiscalizar as despesas e políticas públicas com enfoque no género:

- Todos os parlamentos dos PALOP-TL foram treinados e estão familiarizados com a metodologia, devendo continuar a ser atualizados os métodos e informação para maior sistematização.
- OSC de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram treinados e estão familiarizados com a metodologia, devendo continuar a ser atualizados os métodos e informação para maior sistematização.
- Pelo menos 4 países dentre os PALOP-TL promulga OGEs incluindo OSG:
 - Cabo Verde e Timor-Leste já o fazem na íntegra;
 - Moçambique promulga o OGE com os classificadores, mas não estão a ser usados pelos ministérios.
 - Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe ainda não o fazem de todo.
- Todos os parlamentos dos PALOP-TL usam mecanismos formais de diálogo (encontros formais e/ou sessões públicas) entre parlamentos, ISC, MF e OSC fora do quadro legal e regimental formal no domínio das FP:
 - Em Angola, o parlamento tem a prática formal de reunir tanto com o MF como com as OSC, para além do quadro legal e regimental. Em 2019, pela primeira vez, os contributos da sociedade civil foram integrados na Proposta do Orçamento do Executivo por ação do parlamento.
 - Em Cabo Verde, o parlamento tem a prática formal de reunir com a ISC e MF, para além do quadro legal e regimental. O parlamento está a iniciar um programa de abertura parlamentar ao público com o apoio do Pro PALOP-TL ISC e, nesse contexto, começaram a realizar-se encontros com a sociedade civil. Contudo, devido à fraca capacidade das OSC, ainda não se tem registado a prática de integração dos seus potenciais contributos.
 - Em Moçambique, existe a prática formal do parlamento encontrar-se com todos esses atores para além do quadro legal e regimental.
 - Em São Tomé e Príncipe, o parlamento tem a prática formal de reunir com o MF e a Sociedade civil para além do quadro legal e regimental. Contudo, os encontros com a ISC resumem-se ao previsto na lei.

- Em Timor-Leste, a prática anterior que consistia na discussão e aprovação por unanimidade do OGE, aprovado numa comissão parlamentar eventual, que reunia todos os atores estatais e não estatais do SGFP, foi abandonada. Desde então, à semelhança dos demais parlamentos dos PALOP, o parlamento reúne formalmente com o MF e as OSC para além do quadro legal e regimental. Os encontros com a ISC resumem-se ao previsto na lei.

Todos os parlamentos PALOP-TL usam plataformas TIC para promover a abertura parlamentar e eficácia dos processos legislativos e parlamentares:

- Em Cabo Verde, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC, a plataforma SILP (sistema Integrado Legislativo e Parlamentar) está funcional e promove a abertura parlamentar.
- Em São Tomé e Príncipe, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC, existe uma base de dados parlamentar e um plano de constituição de uma plataforma TIC integrada para reforço da abertura parlamentar e eficácia legislativa.

Cursos eLearning do Pro PALOP-TL ISC hospedados na plataforma AGORA continuam a ser utilizados por cidadãos dos PALOP-TL e do mundo:

- No total dos utilizadores registados nesta nova fase da plataforma LMS AGORA (alinhada com os requisitos GDPR da CE), 102 utilizadores registaram-se a partir dos PALOP-TL, Brasil e Portugal – 29,56% do total dos inscritos.
- Dos 6 cursos disponibilizados nas Línguas Portuguesa e Inglesa (financiados e produzidos pelo Pro PALOP-TL ISC – Fase I), um total de 199 utilizadores optou por usar a Língua Portuguesa – 57,71% do total dos inscritos no período reportado.
- Do total dos utilizadores inscritos, apenas 143 concluíram com sucesso os cursos – 41,44% do total dos inscritos. As médias de sucesso/interesse mais elevadas verificaram-se para os cursos “Parlamentos e TIC” (48,2% certificados), “Orçamentos Abertos” (40,3% certificados); as médias relativamente baixas de sucesso/interesse verificaram-se para os cursos “Parlamentos na prática: introdução” (37,3% certificados) e “Gestão das Finanças Públicas” (33,9% certificados); as médias muito baixas de sucesso/interesse registaram-se nos cursos

“Fiscalização das Indústrias Extrativas” (8,3% certificados) e “Parlamentos, Orçamentos e ODS” (7,1% certificados).

Todos os PALOP-TL têm uma plataforma online das Organizações da Sociedade Civil com informação das Contas Públicas, em especial, dos Orçamentos de Estado, numa perspectiva de facilitação de análise e simplificação orçamental:

- Ainda não existe uma tal plataforma em nenhum PALOP-TL, contudo, com o apoio financeiro e técnico do Pro PALOP-TL ISC está a ser desenvolvida uma plataforma que englobará os 6 países. A equipa de consultoria de longo prazo iniciou já o desenvolvimento de forma sustentável desta plataforma – ver com mais detalhe na Secção IV.

Uma análise mais detalhada da matriz de seguimento (Anexo 2) complementar a informação acima resumida sobre o progresso nas metas quantitativas e qualitativas estabelecidas para 2021.

ENTRE AGOSTO DE 2019 E FEVEREIRO 2020, REGISTRARAM- SE NA PLATAFORMA 345 UTILIZADORES, DOS QUAIS:

- 📍 **48** registaram-se a partir de Angola
- 📍 **36** registaram-se a partir de São Tomé Príncipe
- 📍 **7** registaram-se a partir de Cabo Verde
- 📍 **6** registaram-se a partir de Moçambique
- 📍 **3** registaram-se a partir da Guiné-Bissau
- 📍 **2** registaram-se a partir de Timor-Leste
- 📍 **3** registaram-se a partir do Brasil
- 📍 **6** registaram-se a partir de Portugal



SECÇÃO II

IMPLEMENTAÇÃO

ATIVIDADES REALIZADAS

No âmbito de cada resultado esperado, foi desenhado um conjunto de atividades estruturais envolvendo as partes intervenientes do projeto em cada país beneficiário ou através de plataformas transversais, com o objetivo de:

- **treinar e desenvolver competências e capacidades** (formação, assistência técnica, apoio entre pares, etc.), promovendo sinergias com as instituições nacionais de capacitação existentes, bem como acordos bilaterais ou multilaterais e instrumentos de capacitação;
- **promover a disseminação de informação e campanhas de sensibilização;**

- **promover reformas legais e institucionais;**
- **realizar aquisições e melhorar os sistemas de TIC;**
- **promover uma CdP através de um mecanismo de SStC**, usar a aprendizagem pelos pares e troca de experiências, com foco na exposição e assimilação das melhores práticas, como estímulos para a transformação.

Estes 5 tipos de atividades estruturais guiaram o desenho dos PTAs nos diferentes países beneficiários de ações que visaram responder às necessidades nacionais/institucionais. Estas atividades estruturais basearam-se nas linhas de base existentes estabelecidas por intervenções anteriores, particularmente pela primeira fase do Pro PALOP-TL ISC.

Em complemento a estas linhas de base, os desafios persistentes que foram identificados na contextualização e análise das partes intervenientes (baseados em avaliações e relatórios internacionais tidas em consideração na análise) ajudaram a moldar as atividades estruturais e orientaram a elaboração dos PTA para cada uma das seguintes atividades. Os PTA foram desenvolvidos durante a fase inicial do projeto, delineando resultados e adaptando ações e atividades com o objetivo de assegurar que os resultados esperados possam vir a ser alcançados, juntamente com as metas e os indicadores.

OUTPUT 1: AS CAPACIDADES DO GOVERNO PARA GARANTIR A TRANSPARÊNCIA FISCAL E ORÇAMENTAL NOS PALOP-TL MELHORADAS

Este output compreende as atividades de 1 a 5 que visam apoiar os governos dos PALOP e Timor-Leste (em particular, MF e do Planeamento) para desenvolverem as competências dos seus quadros e as suas capacidades institucionais, com vista a produzir e divulgar documentos orçamentais padronizados, em conformidade com as normas internacionais e mantenham ativas CdP dinâmicas que envolvam os MF e outras partes intervenientes relevantes dos sistemas de GFP nos PALOP e Timor-Leste.

Durante o período reportado, com o apoio da UGP do Pro PALOP-TL ISC, foram realizadas nos PALOP as atividades gerais sucintamente descritas em baixo.

Atividade Geral 1: Treinar e desenvolver competências e capacidades

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Cursos de pós-graduação em língua portuguesa, ministrados por universidades internacionalmente reconhecidas, com foco em GFP e adaptados ao enquadramento jurídico e contexto institucional dos PALOP-TL;
- ✓ Eventos de formação para reforçar a prática profissional (cursos presenciais e/ou *eLearning*) acreditados com credenciais profissionais;
- ✓ Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ Visitas de estudo para troca de experiências; e
- ✓ Assistência técnica direcionada/altamente especializada facultada por prestadores de serviços disponibilizados pela UGP, todos voltados para a GFP e transparência orçamental.

O Orçamento Sensível ao Género (OSG) estará entre as áreas de foco para formação e desenvolvimento de capacidades. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Seminário para reforço das capacidades dos quadros do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe em matéria de Orçamentação Sensível ao Género

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 19 a 21 de novembro de 2019

Entre os dias 19 e 21 de novembro, o Pro PALOP-TL ISC (FASE II) facilitou nas instalações do PNUD de São Tomé e Príncipe, um Seminário sobre Orçamentação Sensível ao Género, com o objetivo de informar e sensibilizar os quadros do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe (MPFEA) sobre a igualdade de género e a importância da transversalização das metas de promoção dessa igualdade tanto nos documentos programáticos, planos estratégicos nacionais, como nos documentos orçamentais. Tratou-se de reforçar os seus conhecimentos dos quadros do ministério no domínio da Orçamentação Sensível ao Género. Participaram do seminário vários departamentos do referido Ministério e ainda de outras instituições governamentais, nomeadamente, o Instituto Nacional para a Promoção e Equidade de Género (INPG), assim como outros parceiros internacionais-chave no trabalho da promoção da igualdade de género em São Tomé e Príncipe.

Número de participantes: 39 (todas as direcções do MPFEA) – subactividade 1.1.3 da matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Rádio São Tomé “A Voz do Povo” | Facebook Pro PALOP-TL ISC | Idem | Delegação da União Europeia Mali | PNUD de São Tomé e Príncipe | Soares Octavio Soares | Jornal Tropical | Jornal Transparência



Reforço de competências técnicas e funcionais dos Inspectores Sectoriais de nível Provincial em Moçambique

Moçambique, Maputo | 28 outubro a 20 novembro de 2019

Os Órgãos do Controlo Interno (OCI) de nível Provincial das províncias de Nampula, Sofala, Cabo Delgado, Zambézia, Niassa, e Inhambane, receberam formações sobre a planificação, execução, emissão de relatórios de auditorias, monitorização e avaliação das recomendações de auditorias emitidas pelo Tribunal Administrativo e pelos órgãos de Controlo Interno, no âmbito da Conta Geral do Estado. Esta atividade foi levada a cabo pela Inspeção-geral de Finanças (IGF) com o apoio técnico e financeiro do Pro PALOP-TL ISC (FASE II) com o objetivo de reforçar as competências técnicas e funcionais dos Inspectores Sectoriais de nível provincial.

A formação decorreu em simultâneo em várias cidades e foi ministrada por diferentes equipas, composta pelos vários quadros superiores da Inspeção Geral de Finanças, com a supervisão do Inspetor-Geral Adjunto de Finanças. Dos 5 dias de formação para cada província, 2 dias foram dedicados a sessões de capacitação em sala e nos restantes dias usou-se o método “*training on-the-job*” e a capacitação foi nos escritórios dos OCI, sem, no entanto, afetar o normal funcionamento dos Serviços. A capacitação incidiu sobre o uso do Sistema de Gestão de Recomendações para a monitorização e avaliação de recomendações das auditorias. Durante a formações foram feitas apresentações da plataforma informática concebida pela IGF para o suporte da monitoria e avaliação das recomendações, designada Sistema de Gestão de Recomendações.

O lançamento oficial da atividade aconteceu na cidade da Beira na presença do Secretário Permanente da Província de Sofala, do Inspetor-Geral Adjunto de Finanças, quadros seniores da IGF e do PNUD em Moçambique.

Número de participantes: 439 quadros dos OCIs provinciais – subactividade 1.1.4 da matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook PALOP-TL | UE](#) | [Notícias Online](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#)



Troca Experiências num contexto de cooperação sul-sul e triangular entre ARAP & IMPIC para reforço da regulação do Sistema Nacional da Contratação Pública em Cabo Verde – elaboração de relatórios de contratação pública e tratamento de dados com base nas novas tecnologias

Portugal, Lisboa | 14 a 24 de outubro

Uma delegação da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP) realizou, entre os dias 14 e 24 de outubro de 2019, uma visita de estudo ao Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, IMPIC, em Portugal. Esta troca de experiências foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC (FASEII) por via da cooperação Sul-Sul/Triangular. A missão teve como objetivo principal permitir à ARAP apropriar-se da metodologia utilizada pelo seu congénere português (IMPIC) na elaboração do relatório de contratação pública. A visita permitiu também conhecer o funcionamento do portal base e a respetiva metodologia de tratamento das informações. Os 10 dias de trabalho permitiram aos dois quadros da Unidade de Supervisão Auditoria e Estudos (USAE), um auditor e um técnico de tratamento de dados estatísticos: (a) adquirir um conhecimento exaustivo do “portal base” para a desmaterialização do procedimento da Contratação pública; (b) apropriar-se da metodologia usada para a recolha e

tratamentos dos dados e para a elaboração de relatórios de regulação; (c) explorar novas parcerias com instituições, e.g. ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, no que diz respeito aos acordos quadros, nomeadamente na questão dos modelos de avaliação e critérios de adjudicação. A ARAP apreendeu nesta troca de experiências com a IMPIC, que é importante reforçar as articulações com a Direção Geral do Património e Contabilidade Pública (DGPCP) para operacionalizar a plataforma eletrónica de contratação pública, como via mais eficaz de atuação da ARAP na regulação dos contratos públicos.

Número de participantes: 2 quadros técnicos da Unidade de Supervisão Auditoria e Estudos– subatividade 1.1.4 da matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível.



Troca de experiências entre os Ministério das Finanças de Moçambique e de África de Sul no contexto da conceção do Subsistema de Planificação e Orçamentação e da adoção futura da metodologia de orçamento-programa em Moçambique

Moçambique, Maputo | 1 a 5 de outubro de 2019

Uma delegação do Ministério de Economia e Finanças de Moçambique, Direção Nacional de Planificação e Orçamento (DNPO), realizou, entre os dias 1 e 5 de outubro de 2019, uma missão de troca de experiências com a instituição congénere na África do Sul no âmbito da conceção do Subsistema de Planificação e Orçamentação. A missão permitiu identificar subsídios importantes

para o desenho do subsistema num formato compatível com a abordagem de planificação e orçamentação programática, em contexto de governação descentralizada.

Esta atividade foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC (FASE II), num quadro de cooperação sul-sul e triangular, assente na aprendizagem entre pares e troca de experiências sobre processos orçamentais abertos e focados nos resultados.

Nº de Participantes: 9 quadros Direção Nacional da Planificação e Orçamento e 4 do Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças – subactividade 1.1.1 da matriz de seguimento (Anexo 2) com desagregação por género.

Fontes de verificação: [A Semana](#) | [Ricardo Godinho Gomes](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [PALOP-TL](#) | [UE](#) | [Idem](#)



Troca Experiências num contexto de cooperação sul-sul e triangular entre ARAP & IMPIC para reforço da regulação do Sistema Nacional da Contratação Pública em Cabo Verde – a contraordenação

Portugal, Lisboa | 23 de setembro a 4 outubro

A ARAP Cabo Verde realizou, entre os dias 23 de setembro e 4 de outubro de 2019, para uma visita de estudo ao Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, IMPIC de Portugal - instituição com quem a ARAP mantém um protocolo de cooperação. O objetivo de missão foi de reforçar a regulação do Sistema Nacional da Contratação Pública (SNCP), através da implementação do sistema de contraordenação (fiscalização, tratamento de denúncias e participações). Esta atividade foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC (FASEII), através da cooperação Sul-Sul/Triangular. Realizado num quadro de troca de experiências e de aprendizagem entre pares, o estágio foi realizado por uma equipa que integrava dois quadros dirigentes da ARAP, nomeadamente um Jurista da Unidade de

Supervisão Auditoria e Estudos e a Chefe da unidade e administradora da ARAP. Os 10 dias de trabalho permitiram à instituição passar a conhecer os trâmites legais que o IMPIC utiliza para fiscalizar, tratar as informações e/ou denúncias, investigar as infrações nos domínios da construção e do imobiliário, bem como com a instauração dos correspondentes processos de contraordenação. Um outro resultado da troca de experiências foi a identificação das bases de referência e informação necessária para o desenvolvimento de um plano (*Roadmap*) de implementação do sistema de contraordenação para Cabo Verde, considerando o quadro legal e as necessidades da ARAP, bem como o sistema técnico ou informático mais adequado para o tratamento de queixas, denúncias e infrações das normas e dos procedimentos sobre a contratação pública.

Número de participantes: 2 quadros dirigentes da Unidade de Supervisão Auditoria e Estudos (USAE) – subatividade 1.1.4 da matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Website ARAP](#) | [Facebook ARAP](#) | [Facebook RGG](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#)



Atividade Geral 2: Promover Campanhas de disseminação de informação e de sensibilização

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Campanhas de informação e sensibilização dirigidas ao público em geral utilizando meios audiovisuais, incluindo programas de televisão e rádio, Twitter, Facebook, YouTube, podcasts, etc.;
- ✓ Encontros com atores locais;
- ✓ Publicação de newsletters, publicidade em jornais e outros tipos de iniciativas de sensibilização recorrendo à imprensa escrita, etc., todos com foco na transparência orçamental e acessibilidade da informação fiscal, combate à corrupção, participação pública nos processos orçamentais, etc.

O OSG estará entre as áreas de foco dessas campanhas. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Sessão de Trabalho Exercício de Inquérito de Orçamento Aberto no Ministério das Finanças de Cabo Verde

Praia, Cabo Verde | 19 de fevereiro de 2020

O Ministério das Finanças de Cabo Verde organizou, como o apoio técnico e no contexto do Pro PALOP-TL ISC, uma sessão de trabalho com os quadros técnicos e demais staff do Ministério para a introdução/informação e a aplicação da Metodologia do Inquérito Aberto (IOA) / *Open Budget Survey* usada pela International Budget Partnership²⁶ para a avaliação das capacidades do Executivo na promoção da transparência orçamental.

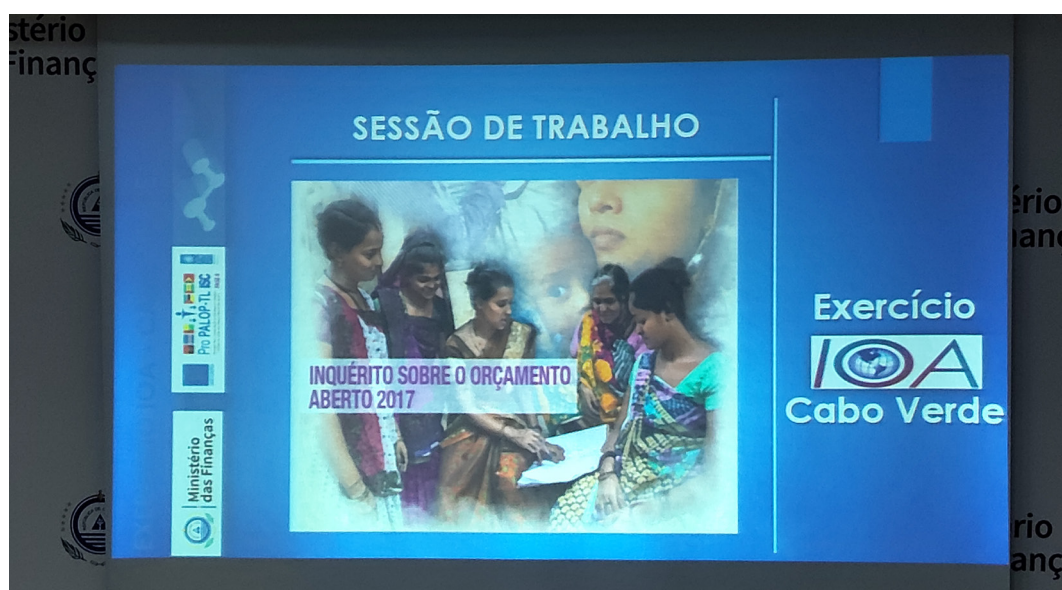
Estiveram a acompanhar esta atividade, o Conselheiro Técnico Principal e Gestor do

Pro PALOP-TL ISC, Ricardo Godinho Gomes e a Conselheira Sénior do Pro PALOP-TL ISC para o Controlo Externo, Maria Jesus Andrade, que fez a apresentação da metodologia e a facilitação do referido exercício. De notar que, por decisão do IBP, Cabo Verde não está incluído no grupo de países analisados no estudo comparativo de Orçamento Aberto. Apesar do país não estar abrangido, o Ministério das Finanças, considerou importante realizar o exercício de resposta ao questionário cientificamente realizado pela IBP. Este exercício serve como um teste de stress para avaliar qualitativamente a transparência orçamental em Cabo Verde. Com base nas respostas ao questionário, o Ministério das Finanças identifica as áreas que requerem intervenção para melhorar a transparência orçamental e pode assim desenhar um *road map* para dar respostas às mudanças que entendam ser relevantes.

²⁶ <https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/methodology/>.

Número de participantes: 20 quadros superiores do Ministério das Finanças – subactividade 2.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível.



Divulgação de Relatórios e Estatísticas das Finanças Públicas de 2018 na Guiné-Bissau

Bissau, Guiné-Bissau | 28 a 30 de janeiro de 2020

A cidade de Canchungo, região de Cacheu, acolheu, durante três dias, o workshop para a divulgação e socialização do Relatório e Estatísticas das Finanças Públicas, no qual se apresentam as informações sobre a evolução das Finanças Públicas do país no período de janeiro a dezembro de 2018. Esta ação foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC(FASEII).

O objetivo desta ação de divulgação foi de promover a transparência orçamental e melhorar a prestação de contas pelo Estado, através da publicação periódica e regular das informações relativas à Gestão das Finanças Públicas, conforme previsto no Código da Transparência e Gestão sobre as Finanças Públicas (Lei N° 01/2015) e as Leis do Orçamento (Lei n° 02/2015), no espaço da UEMOA²⁷, aprovadas na Assembleia Nacional Popular (ANP). Por outro lado, esta atividade serviu para sensibilizar e consciencializar, os atores políticos e económicos no sentido de prestarem uma

maior contribuição na integração das ferramentas de gestão a nível regional, assim como no processo de saneamento das Finanças Públicas.

O relatório foi produzido pelo Ministério da Economia e Finanças e apresenta dados estatísticos compilados da situação das finanças públicas da República da Guiné-Bissau no ano de 2018. A Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos do Ministério da Economia e Finanças apresentou o documento na presença do Governador da Região Cacheu e das demais autoridades locais, organizações da sociedade civil, deputados eleitos pelos círculos desta região e demais forças vivas presentes nesta região.

Número de participantes: 90 representantes das estruturas locais e quadros superiores do Ministério das Finanças – subactividade 2.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: PNUD Guiné-Bissau | Fédération Atlantique des Agences de Presse Africaines | Notabanca.blogspot.com

27 União Económica e Monetária da Africa Ocidental.



Troca experiências entre MPFEA de STP e congénere do Chile no domínio de gestão dos investimentos públicos

São Tomé e Príncipe | 7 a 11 de outubro de 2019

O Pro PALOP-TL ISC financiou a visita de estudo da equipa de Coordenação da Reforma do Investimento Público, ao Chile, para troca de experiência com a instituição congénere, entre os dias 7 e 11 de outubro 2019. A missão incluiu quadros da Direção do Planeamento do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) e membros da equipa de assistência técnica. O objetivo geral da visita foi de capacitar os quadros da Direção de Planeamento no domínio da transparência do investimento publico, para garantir a execução bem-sucedida da reforma da gestão do investimento publico. A delegação era composta por 4 delegados do Ministério.

A sugestão da visita ser à República do Chile foi dos especialistas do Banco Mundial, parceiro do Governo de São Tomé e Príncipe. Segundo o Banco Mundial o caso do Chile permite ensinamentos para São Tome e Príncipe relativa à gestão do investimento publico.

Número de participantes: 4 (Diretora de Departamento Planeamento; Chefe do departamento do planeamento e prospetiva; Especialista investimento Públicos/Assistência Técnica; Especialista Tecnologia de informação / Assistência Técnica). Subactividade 2.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível. Sensibilização e divulgação de informação nos meios de comunicação e redes sociais da missão e importância da transparência na contratação pública

COMPRAS PÚBLICAS

Acompanhe!
Hoje às 17h50

**Rádio Comunitária Voz
de Ponta D'Água, Santiago**

Saiba a importância da regulação para a
promoção da transparência nas Compras Públicas

Divulgação financiada por

ARAP

EUROPEAN UNION
Pro PALOP-TL ISC
FASE II

COMPRAS PÚBLICAS

Acompanhe!
Hoje às 12h15
Reposição às 18h15

**Rádio Comunitária para o
Desenvolvimento da Mulher, Paul**

Saiba a importância da regulação para a
promoção da transparência nas Compras Públicas

Divulgação financiada por

ARAP

EUROPEAN UNION
Pro PALOP-TL ISC
FASE II

COMPRAS PÚBLICAS

Acompanhe!
Hoje às 15h30

Rádio Comunitária de Espargos, Sal

Saiba a importância da regulação para a
promoção da transparência nas Compras Públicas

Divulgação financiada por

ARAP

EUROPEAN UNION
Pro PALOP-TL ISC
FASE II

Programas de informação e sensibilização da ARAP nas rádios comunitárias de Cabo Verde e conceção de um programa vídeo institucional da ARAP

Cabo Verde, Praia | setembro & outubro de 2019

A Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas (ARAP) de Cabo Verde difundiu, durante os meses de setembro e outubro de 2019, 12 programas de rádio sobre o tema - “Compras Públicas”. Os programas foram transmitidos em vários **rádios comunitárias visando informar o público sobre a missão desta instituição e a importância da transparência no processo da contratação pública**. Os programas foram difundidos nas ilhas de Santiago,

Sal, Santo Antão, Boavista, São Nicolau. A atividade contou com o apoio técnico e financeiro do Pro PALOP-TL ISC (FASEII), no âmbito da sua intervenção para reforçar a sensibilização e informação sobre a transparência orçamental nos PALOP-TL.

Indicador qualitativo: difusão de 10 Programas Radiofónicos sobre Compras Públicas e Produção de 1 Programa **vídeo sobre a imagem Institucional da ARAP e da Contratação Pública. Entre setembro e outubro de 2019, cerca de 10** rádios comunitárias difundiram 12 programas de nas ilhas de Santiago, Sal, Santo Antão, Boavista, São Nicolau. – Subactividade 2.1.4 na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Facebook da ARAP](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [RTCV](#) | [Sapo.CV](#) | [InfoARAP](#) | [ARAP Sound Cloud](#)

Atividade Geral 3: Promover Reformas Institucionais e Legais

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Apoio tutorial de pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ Assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/as e/ou prestadores/as de serviços disponibilizadas/os pela UGP;
- ✓ Visitas de estudo para intercâmbios de experiências, visando reformas jurídicas e institucionais no campo da GFP e da transparência orçamental;

A publicação de informações orçamentais, promoção do OSG e de um maior envolvimento do público, bem como de outros atores relevantes do SGFP no processo orçamental, estarão entre as áreas de foco dessas ações.

No período reportado, foram realizadas as ações que a seguir se elencam.

Assistência Técnica para a elaboração do Plano Estratégico (2020-2022) da IGF e do regulamento interno (incluindo proposta de diploma)

Praia, Cabo Verde | 14 fevereiro de 2020

O processo foi concluído com sucesso, no entanto o arranque da consultoria foi colocado em standby durante o período de estado de emergência relacionado com a pandemia COVID-19.

Fontes de verificação: Nações Unidas de Cabo Verde | Facebook Pro PALOP-TL ISC



The banner features logos for the European Union, the PALOP-TL SAI program (Phase II), and the United Nations Development Programme (UNDP). The text is in Portuguese and provides details about a technical assistance tender for the strategic plan and internal regulations of the IGF of Cabo Verde.

CONSULTORIA INDIVIDUAL

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DA PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA (2020-2022) E REGULAMENTO DA INSPEÇÃO GERAL DAS FINANÇAS DE CABO VERDE

Data limite : 29 de Fevereiro de 2020 às 23h59 de CV
Publicado em: 14 – Fevereiro de 2020

Período de contrato: 8 semanas

As propostas deverão ser submetidas via email:
procurement.cv@cv.jo.un.org

Para mais informações e acesso a documentação do concurso favor dirigir à Casa Das Nações Unidas de Cabo Verde, Praia, Ilha de Santiago

Troca de experiências entre o IGF de São Tomé e Príncipe e Moçambique em Sistema de recomendações do Tribunal Administrativo (SGR)

Maputo, Moçambique | 8 a 11 de outubro de 2019

Esta ação realizou-se no contexto do Pro PALOP-TL ISC, por via da cooperação Sul-Sul e Triangular envolvendo as IGFs de São Tomé e Príncipe e de Moçambique. Ao longo de 1 semana de trabalho, dois quadros superiores da IGF de São Tomé e Príncipe, respetivamente a Inspectora-geral e o Inspector-Geral Adjunto, deslocaram-se a Moçambique para, junto da instituição congénere daquele país, por via da troca de experiências e da aprendizagem entre pares, passar a conhecer melhor as metodologias, técnicas e procedimentos usados pela IGF de Moçambique. A missão visou contribuir para melhorar as ações de acompanhamento junto aos setores auditados para aferir sobre o grau de cumprimento das recomendações, com enfoque na experiência deste país na desconcentração dos órgãos de controlo interno a nível provincial.

Número de participantes: 2 (Inspector-geral e Inspector Geral Adjunto de São Tomé e Príncipe) – subactividade 3.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Relatório da atividade disponível.

Atividade Geral 4: Realizar Procurement e reforçar os sistemas das TIC

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Apoio tutorial de pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ Assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritas/os e/ou prestadores/as de serviços disponibilizados/as pela UGP;
- ✓ Aquisição de *hardware*, *software* e Sistema de Gestão da Informação (IMS); e
- ✓ Organização de visitas de estudo para trocas de experiências, sendo que todas elas visam promover o uso das TIC para aumentar a eficiência na gestão, produção, divulgação e controlo externo das informações orçamentais.

No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Aquisição de modems de acesso à internet para os órgãos de Controlo Interno (OCIs) da IGF nas províncias

Maputo, Moçambique | dezembro de 2019

Esta atividade visou dotar as estruturas descentralizadas da IGF de condições para poderem aceder à plataforma online de seguimento das recomendações do TA.

A aquisição de 70 modems de acesso à internet veio contribuir significativamente para que os órgãos de Controlo Interno (OCIs) da IGF nas províncias passassem a poder assegurar melhor a monitoria e avaliação do seguimento das recomendações do Tribunal Administrativo ao nível provincial.

Indicador qualitativo: Aquisição de 70 modems de acesso a internet para os OCIs nas províncias para a poio a monitoria e avaliação do seguimento das recomendações do TA – subactividade 4.1.1 na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível.



Apresentação Pública do Portal da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Cabo Verde, Praia | novembro de 2019

A Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública (DNOCP), do Ministério das Finanças de Cabo Verde, apresentou ao público o seu portal onde disponibiliza todas as informações das despesas e contas públicas em tempo real. Trata-se de uma plataforma digital temática, do executivo, que visa reforçar e otimizar a comunicação com os cidadãos de forma geral e, de forma mais específica, com investigadores, académicos, OSC especializadas, media, parceiros de desenvolvimento, entre outros atores relevantes.

A apresentação pública do Portal foi feita, no dia 19 de novembro, pela Diretora Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, e contou com as intervenções do Secretário de Estado para as Finanças, Gilberto Barros, do

Chefe de Escritório Conjunto a.i. do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, Boubou Camara, e do Chefe da Cooperação da EU em Cabo Verde, Jose Roman Leon Lora.

Indicador qualitativo: Aquisição de hardware e de software permite desenvolvimento e apresentação pública do Portal da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública que torna assim disponível ao público em geral, em qualquer lugar do mundo, informação detalhada e compreensiva sobre as contas públicas, orçamentos e despesa, em tempo real. Subactividades A.4.1.1/A.1.2/A.1.3 da matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Sapo Notícias](#) | [Facebook Olavo Correia](#) | [Idem](#) | [Adilson Silva Fernandes](#) | [Lourença Tavares](#) | [Vitor Carvalho](#) | [Monte Cara Ramos](#) | [Aguinaldo Cabral](#) | [Facebook ONU Cabo Verde](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Infopress](#) | [TCV](#) | [EU Cabo Verde](#)



Troca de experiências entre MPFEA (STP) com IMPIC (Portugal) sobre sistemas online de publicação (disclosure) de informação sobre aquisições públicas (procurement)

São Tomé e Príncipe | 24 a 30 de outubro

No âmbito do plano de ação para a reforma das Finanças Públicas em S. Tomé e Príncipe, o Pro PALOP-TL ISC apoiou uma iniciativa de capacitação e troca de experiências do Gabinete de Coordenação e Seguimento de Sistema de Licitações e Contratações Públicas (COSSIL) e a Direção de Tecnologia de Informação (DITEI). A ação teve como objetivo reforçar o conhecimento e as capacidades daquele Ministério no domínio de sistema online de publicação (disclosure) de informação sobre aquisições públicas (procurement).

A visita de estudos e troca de experiências decorreu de 24 a 30 de outubro, tendo envolvido como parceiros o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC), Entidade de Serviços Partilhados de Administração Pública (ESPAP). A mesma foi realizada em modelo de Conferência organizada no Museu de Geológico. A delegação do MPFEA foi composta por uma equipa de técnicos da Direção de Tecnologia de Informação e do Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações.

A troca de experiências permitiu à delegação do MPFEA: (1) analisar aspetos

relevantes para a reestruturação do Sistema de Licitação e Contratação Pública de São Tomé e Príncipe; (2) confirmar a necessidade de constituir-se uma plataforma eletrónica de contratação pública em São Tomé e Príncipe que passará a constituir uma grande mudança face ao modelo tradicional existente; (3) a familiarização e conhecimento efetivo das ferramentas de compras e contratação pública eletrónica que contribuem para o aumento da eficácia da Administração Pública e a necessidade de introdução das mesmas no procedimento aquisitivo devido às muitas vantagens a elas associadas, entre outros a redução de custos, a racionalização de meios, a diminuição de burocracia. Relatório da missão salientou a importância da sustentabilidade na instalação de qualquer sistema em São Tomé e Príncipe, assente numa estrutura robusta, blindada, testada, que ofereça todas as garantias ao processo de licitação. A missão concluiu ainda no mesmo relatório sobre a importância de um tal sistema para a modernização da gestão da Administração Pública e melhoraria do desempenho do sector público numa ótica de transparência e de contabilidade.

Indicador qualitativo: 4 técnicos da Direção de Tecnologia de Informação e do Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações – subactividade A.4.1.1 da matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível.

Atividade Geral 5: Promoção Comunidade de Práticas – cooperação sul-sul e triangular de ministérios das finanças dos PALOP-TL

Esta atividade foi concebida para usar a aprendizagem pelos pares e troca de experiências, nomeadamente através da publicação de documentação relevante em língua portuguesa, permitindo a exposição e assimilação de melhores práticas, e desta forma estimular a transformação.

A CdP é baseada em grupos de trabalho de alto nível que incluem representantes dos vários beneficiários, e tem como temas principais: (a) SGFP, (b) transparência orçamental e (c) desafios e questões de abertura na governação (mesmo a adesão à OGP).

As CdP incluem seminários, intercâmbios de experiências e grandes conferências - envolvendo o Estado (MF, ISC e outras instituições de controlo externo independentes, tal como o parlamento) e não estatais (OSC e plataformas regionais) intervenientes do SGFP – dedicados à temática do SGFP, transparência orçamental, abertura legislativa e transparência fiscal, entre outras questões relevantes nestes domínios.

As instituições e beneficiários-alvo, em geral, são os MF e/ou Planeamento, incluindo a Inspeção Geral de Finanças, entre outras unidades responsáveis pela consolidação e/ou publicação de informação orçamental/fiscal, unidades responsáveis pela execução e/ou regulação dos contratos estatais/ públicos. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Primeira Comunidade de Práticas dos Atores Estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas - “O Contributo para as Agendas 2030 e 2063 nos PALOP-TL”

Luanda, Angola | 27 a 29 de janeiro de 2020

A Assembleia Nacional de Angola acolheu, entre os dias 27, 28 e 29 de janeiro, a primeira Comunidade de Práticas dos Atores Estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas - “O Contributo para as Agendas 2030 e 2063 nos PALOP-TL”. Esta reunião de alto nível foi organizada pelo Pro PALOP-TL ISC e contactou com mais de 140 delegados dos 6 Parlamentos, 6 Tribunais de Contas e 6 Ministérios das Finanças dos PALOP e de Timor-Leste, assim como palestrantes e pessoas-recurso dos tribunais de contas do Brasil e de Portugal, e ainda um

representante da AFROSAI-E.

A cerimónia de abertura foi presidida pela 2ª Vice-presidente da Assembleia Nacional de Angola, Suzana de Melo, na presença do Especialista de Programa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, em Angola, Zeferino Teka, da Chefe da Cooperação da Delegação da União Europeia em Angola, e da Chefe de Cooperação da Delegação da União Europeia em Angola, Manuela Navarro. Tomaram ainda parte desta cerimónia, os convidados e figuras institucionais, nomeadamente representantes dos Serviços do Ordenadores Nacionais do Fundo do Desenvolvimento Europeu (ON-FED), e do corpo diplomático.

A primeira Comunidade de Práticas do Pro PALOP-TL ISC (FASE II) teve como objetivo a troca de experiências entre os referidos atores estatais, tendo como pano de fundo

os desafios e boas práticas relacionados com a adaptação, aos contextos nacional, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2063 da União Africana, sob o lema “A África que queremos”. Parlaentos, Tribunais de Contas e Ministério de Finanças dos PALOP-TL desempenham papeis diferentes, mas complementares para o bom funcionamento do Sistema de Gestão das Finanças Públicas, com vista a uma governação mais eficiente e ao alcance do desenvolvimento.

Combate e prevenção à corrupção, metodologias de Orçamento de Estado, ferramentas de fiscalização, são alguns dos temas que serão debatidos nestes três dias de trabalho que decorrerão num contexto de cooperação sul-sul e triangular e entre pares. A agenda inclui intervenções de académicos, de profissionais e de especialistas e divide-se em três grandes módulos:

1) “O impacto da transparência orçamental na implementação dos ODS e Agendas 2030/2063 - orçamentos-programa & contabilidade patrimonial” –

Entre os PALOP e Timor Leste existe a vontade de implementar a Orçamentação-Programa que irá permitir maior fiscalização da execução das despesas públicas. O processo de conceção e adoção de metodologias de orçamentos programáticos e de contabilidade patrimonial irá ter os contributos de especialistas internacionais, mas também exemplos práticos de países PALOP e TL;

2) “O papel dos parlamentos na implementação e fiscalização dos ODS e Agenda 2063” –

As agendas de desenvolvimento e as metas definidas pelos países nas Agendas 2030 e 2063 dependem das políticas públicas devidamente definidas nos Orçamentos de Estados. A necessidade de envolvimento dos Parlamentos é



reconhecida, mas existem ainda desafios de ‘como o fazer’. Os 6 Parlamentos trocaram experiências e discutir como reforçar o seu papel nestas agendas.

3) “As ISC e a auditoria da implementação dos ODS – desafios e boas práticas” – Os 6 Tribunais de Contas analisaram os desafios no controlo técnico e jurisdicional das

contas públicas, focando-se nas ferramentas de avaliação de implementação dos ODS. O Tribunal de Contas de Portugal e do Brasil partilharam também a sua experiência.

Os custos desta atividade de cariz transversal foram equitativamente distribuídos pelas atividades gerais 5, 10 e 15.



Número de participantes: 143 delegados em representação dos atores estatais dos SGFP dos PALOP-TL – subactividade 5.1.2 (15.1.2 também) na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Jornal de Angola](#) | [Ministério da Economia de Portugal - Gabinete de Estratégia e Estudos](#) | [Idem](#) | [A Nação](#) | [O País](#) | [Assembleia Nacional de Angola](#) | [E-Global](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Facebook UE Angola](#) | [Idem](#)

Workshop Regional sobre Mecanismo de Diálogo das políticas públicas PALOP-TL | UE

Luanda, Angola | 30 a 31 de janeiro de 2020

Entre os dias 30 e 31 de janeiro de 2020, o Pro PALOP-TL organizou e facilitou o primeiro Workshop Regional sobre Diálogo das Políticas Públicas entre os PALOP-TL e a UE no domínio da Gestão das Finanças Públicas. O workshop de dois dias foi realizado sob os auspícios da Assembleia Nacional de Angola, reunindo cerca de 60 delegados, altos quadros e dirigentes das instituições estatais (Ministérios das Finanças e Plano, Tribunais de Contas e Parlamentos) do sistema de gestão das finanças públicas, representantes dos Ordenadores Nacionais do FED, Embaixadores e quadros das Delegações da EU nos 5 PALOP e Timor-Leste e serviços centrais da Comissão Europeia (Bruxelas). O





workshop regional inseriu-se num exercício piloto concebido com o apoio do Pro PALOP-TL ISC para o uso do instrumento “Diálogo de Políticas Públicas – DPP” da UE no domínio da gestão das finanças públicas e da governação económica nos PALO-TL.

O primeiro dia dividiu-se em 3 painéis com várias apresentações e discussões dedicadas aos “Desafios para as Instituições superiores de controle dos PALOP-TL na auditoria dos ODS”; “O papel do Governo no seguimento e revisão em relação aos progressos feitos na implementação dos ODS” e “Qual é o papel dos Parlamentos para promover e garantir a supervisão dos ODS incluindo a contribuição para as auditorias dos ODS”. O segundo dia dedicou-se à apresentação das prioridades regionais dos 6 países PALOP-TL e as prioridades da União Europeia e como estas se entrecruzam. Caminhos para o futuro.

O desafio para este primeiro diálogo foi preparar os países PALOP-TL para o exercício de identificar as prioridades comuns e criar uma visão conjunta de parceria com a União Europeia. Este exercício tenciona servir de

base para uma futura estratégia e para a continuação do diálogo de políticas públicas no futuro. A reunião regional foi coroada de sucesso, tendo os vários participantes terem manifestado a sua satisfação, como por exemplo, o comentário da DUE de São Tomé e Príncipe, os *“resultados foram muito encorajadores e parabenizamos todos os participantes”*.

Os custos desta atividade de cariz transversal foram equitativamente distribuídos pelas atividades gerais 5, 10 e 15.

Número de participantes: 60 delegados em representação dos atores estatais dos SGFP dos PALOP-TL, Ordenadores Nacionais do FED, Delegações e Serviços Centrais da UE – subatividade 5.1.3 (15.1.3 também) na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Pro PALOP-TL ISC](#); [Idem](#); [Idem](#); [Assembleia Nacional de Angola](#) | [União Europeia do Gabão](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Elisabete Azevedo-Harman](#)

Formação de Executivos IPP | Carlos Lopes – Com financiamento Pro PALOP-TL ISC

Cabo Verde, Praia | 17 de outubro de 2019

No dia 17 de outubro, o Pro PALOP-TL ISC (FASE) promoveu, em parceria com o Instituto Pedro Pires, um dia de formação ‘*tailor made*’ para o governo de Cabo Verde. Esta formação de alto nível foi lecionada em formato de seminário pelo Professor Carlos Lopes, sob o tema “Transformação estrutural da economia de Cabo Verde” e contou com a presença de 25 quadros executivos da administração pública, nomeadamente Diretores Nacionais e Gerais, e conselheiros e assessores dos gabinetes ministeriais. Para além deste seminário-curso, no final do dia, o Professor teve ainda uma sessão de trabalho com o Conselho de Ministros, esta realizada à porta de fechada.

O Seminário abordou os subtemas: (i) diálogo e partilha sobre o conceito de Transformação Estrutural e a sua evolução ao longo do tempo, (ii) análise comparativa da evolução de Cabo Verde em relação aos seus pares mais próximos e (iii) apreciação de possíveis políticas públicas mais arrojadas e inventivas, que poderão aumentar o poder negocial do país.

Na abertura da formação estiveram o Patrono do Instituto Pedro Pires, IPP, Presidente Pedro Pires, e o Chefe da Cooperação da União Europeia, José Roman Leon Lora. Pedro Pires aproveitou a ocasião para realçar a ousadia do pensamento do Professor Carlos Lopes sobre o futuro de África, de forma diferente e inovadora, e também dirigiu as palavras de acolhimento à enorme plateia presente, incitando-os a usufruir e a dialogar ao máximo. José

Roman Leon Lora, realçou o “o sentido da cooperação bilateral da União Europeia com Cabo Verde”.

Número de participantes: 25 quadros executivos da administração pública e conselheiros especiais dos ministros – subactividade 5.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Website IPP](#)



IPP | IV Annual Lecture do IPP com o Professor Carlos Lopes

Cabo Verde, Praia | 16 de outubro de 2019

Carlos Lopes esteve em Cabo Verde no âmbito da parceria do Pro PALOP-TL ISC (FASEII) com a IPP e UniCV, para ser o preletor da IV Aula Anual (Annual Lecture), com o tema **“África na era da integração comercial”**. Será este o novo Pan-Africanismo?” O Professor Carlos Lopes, economista e académico, antigo Subsecretário Geral das Nações Unidas e ex-chefe da Comissão Económica das Nações Unidas para a África.

A palestra contou com a presença do Patrono do IPP, o Presidente Pedro Pires, do Ministro da Cultura de Cabo Verde, Abrão Vicente, do Representante do Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF, Boubou Camara, da Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde, Sofia Moreira. A aula-palestra foi transmitida em direto no Facebook tendo esta transmissão sido seguida no mundo, em especial, nos PALOP e em Timor-Leste.

Número de participantes: 223 participantes, incluindo jovens universitários, académicos, quadros do executivo e administração pública, membros das OSC, parceiros de desenvolvimento – subactividade 5.1.1 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook do Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Facebook IPP](#) | [Idem](#) | [Facebook Mo Ibrahim Foundation](#) | [Infopress](#) | [Idem](#) | [RCV](#) | [TCV](#) | [Facebook IPP](#) | [Terra Nova](#)



Seminários Nacionais sobre o Mecanismo de Diálogo de Políticas Públicas entre PALOP-TL e União Europeia

PALOP-TL | outubro de 2019 a janeiro de 2020

No contexto do exercício piloto de diálogo de políticas públicas com a União Europeia e os beneficiários Pro PALOP TL, foram realizados seminários nacionais em todos os PALOP-TL, entre o último trimestre de 2019 e janeiro de 2020. Os seminários reuniram, em todos os países, os atores estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas, permitindo a familiarização destes atores com mecanismo de Diálogo de Políticas Públicas utilizado pela União Europeia. Foram realizados seminários nacionais em cada um dos PALOP-TL envolvendo quadros superiores e decisores do Executivo, parlamentares e técnicos dos Paramentos, juízes e auditores das Instituições Superiores de Controle (ISC) nos PALOP-TL.

Este exercício piloto contou com o apoio técnico, facilitação e secretariado da unidade de gestão do Pro PALOP-TL ISC, em apoio aos Ordenadores Nacionais do

FED e às Delegações da União Europeia nos PALOP-TL, no contexto da cooperação entre os PALOP-TL e a EU.



Número de participantes: 105 representantes dos atores estatais dos SGFP dos PALOP-TL, Ordenadores Nacionais do FED, Delegações da UE – subactividade 10.1.1 a 10.1.11 (5.1.1 também) na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação:

Tomé e Príncipe, São Tomé | 7 a 11 de outubro de 2019

Fontes de verificação: [PALOP-TL](#) | [UE](#) | [CNMC - Mudanças Climáticas](#) | [PNUD São Tomé e Príncipe](#)

Cabo Verde, Praia | 14 a 18 de outubro de 2019

Fontes de verificação: [Facebook do Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Facebook Cooperação TL](#) | [UE](#) | [Sapo CV](#) | [Assembleia Nacional de Cabo Verde](#)

Guiné-Bissau, Bissau | 21 a 25 de outubro de 2019

Fontes de verificação: [PALOP-TL](#) | [UE](#) | [Idem](#) | [União europeia na Guiné-Bissau](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau](#)

Moçambique, Maputo | 12 a 15 novembro de 2019

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#)

Timor Leste, Díli | 04 a 8 novembro

Fontes de verificação: [União europeia em Timor Leste](#) | [Gregório Ferreira Da Silva](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Idem](#)

Angola, Luanda | 21 a 24 de janeiro de 2020

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#)

Em conclusão, para o período reportado, foram realizadas todas as atividades gerais previstas na Descrição da Ação neste output.

OUTPUT 2: AS CAPACIDADES PARA GARANTIR UM CONTROLO EXTERNO/AUDITORIA SOBRE O SGFP NOS PALOP-TL DAS ISC E OUTRAS INSTITUIÇÕES RELEVANTES REFORÇADAS

O segundo output compreende as atividades 6 a 10, abaixo referidas, cujo objetivo é assegurar que as ISC e outras instituições de controlo externo relevantes dos PALOP e de Timor-Leste desenvolvam competências e capacidades para realizar diferentes tipos de exercícios de auditoria e produzir relatórios de auditoria em conformidade com os padrões internacionais.

Durante o período reportado, com o apoio da UGP do Pro PALOP-TL ISC, foram realizadas nos PALOP as atividades sucintamente descritas abaixo.

Atividade Geral 6: Treino e desenvolvimento de aptidões e capacidades

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Organização de cursos de pós-graduação em Língua Portuguesa, ministrados por universidades internacionalmente reconhecidas, com foco em GFP e adaptados ao enquadramento jurídico e contextos institucionais dos PALOP-TL;
- ✓ Eventos de formação para reforço da prática profissional (cursos presenciais e/ou eLearning) acreditados com credenciais profissionais;
- ✓ Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC; visitas de estudo para troca de experiências; e assistência técnica direcionada/altamente especializada através de especialistas/prestadores de serviços disponibilizados/as pela UGP – todas/os voltados/as para a auditoria e controlo externo da despesa pública, regulamentação de compras públicas e controlo da corrupção.

A auditoria e o controlo externo da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco para formação e capacitação.

No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Seminário de Capacitação dos Auditores e Verificadores do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau em Auditoria Financeira e Demonstrações Numéricas

Guiné-Bissau, Bissau | 17 a 21 de fevereiro de 2020

Entre os dias 17 e 21 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Contas da Guiné Bissau (TCGB) realizou o Seminário de capacitação dos auditores e verificadores nos domínios de auditoria financeira e demonstrações numéricas, por forma a dotar os técnicos desta instituição das ferramentas que lhes permitirão realizar com sucesso e de forma autónoma a análise das contas de gerência, realizar auditorias e outros tipos de controlo às entidades sujeitas à sua jurisdição. Esta atividade foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC, tendo como grupo-alvo os técnicos afetos aos Departamentos da Verificação Interna de Contas (DVIC) e de Auditoria Externa (DAE).

Durante o Seminário, os participantes aprofundaram conhecimentos em processos de auditoria financeira e demonstrações numéricas, nomeadamente as fases do planeamento, execução e relatório de auditoria. O programa de formação incluiu um conjunto de matérias relevantes, tais como o balanço; a demonstração de resultados do exercício; a demonstração do fluxo de caixa; a demonstração de origem e aplicação de fundos; os anexos ao balanço e demonstração de resultados de exercício; a análise aos extratos bancários; as técnicas de amostragem.

Número de participantes: 30 técnicos afetos aos Departamentos da Verificação Interna de Contas (DVIC) e de Auditoria Externa (DAE) – subactividade 6.1.5 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#)



Seminário de Análise Metodológica do Orçamento Geral de Estado (OGE) de Angola

Luanda, Angola | 30 de janeiro de 2020

No contexto do apoio técnico ao Tribunal de Contas de Angola (TCA) pelo Pro PALOP-TL ISC, no dia 30 de janeiro, a Especialista Sénior do projeto em Controlo Externo do Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SNA-PFMS) e Transparência Orçamental, Maria Jesus Andrade, facilitou um seminário de um dia para a análise metodológica do OGE de 2020. Com base na metodologia de análise orçamental do Pro PALOP-TL ISC, a SNA-PFMS fez a apresentação e a análise sistematizada do OGE de 2020 no auditório do TCA, no período da manhã. No período da tarde, a analista do projeto facilitou uma sessão de trabalho que envolveu a Equipa Técnica do Parecer sobre a CGE e demais dirigentes da instituição para trabalharem num roteiro-base de suporte à Equipa Técnica Institucional para a preparação e socialização interna dos próximos OGE. Esta ação foi realizada no seguimento, e em consequência, da realização das

primeiras Oficinas de Análise Orçamental (OAO) de novembro último em Angola, que envolveu o TCA incluindo as Oficinas de Orçamentação Sensível ao Género (OSC) que teve lugar em Benguela, envolvendo as OSC de Angola.

Número de participantes: 185 Juízes, Auditores e quadros técnicos do TCA – subactividade 6.1.3 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#)



Participação de auditores do TA no curso de certificação de revisores de controlo e garantia de qualidade dos procedimentos de auditoria (ISSAI) da AFROSAI-E

Moçambique, Maputo | 20 a 22 janeiro de 2020

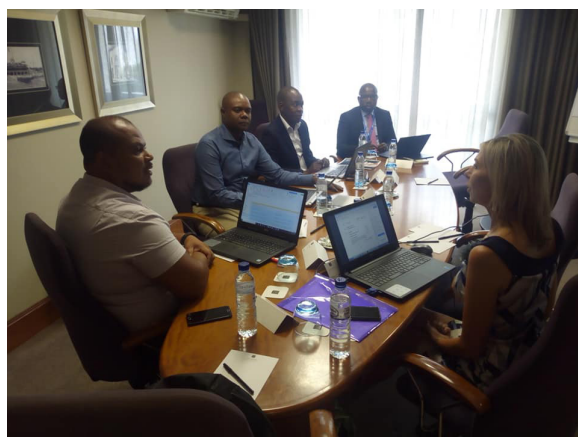
Entre os dias 20 e 22 de janeiro de 2020, o Tribunal Administrativo de Moçambique realizou o Workshop interno para aprimoramento do Programa de Profissionalização e Certificação dos Auditores de controlo externo desta instituição. No âmbito do Plano de Trabalho acordado com este Tribunal, o Pro PALOP-TL ISC apoiou financeiramente a vinda da especialista em gestão de recursos humanos e profissionalização da Organização Africana das Instituições Supremas de Controlo de expressão Inglesa, AFROSAI-E, para a facilitação dos trabalhos da Comissão Técnica, composta por cinco quadros seniores do Tribunal Administrativo criada para coordenar este Projeto.

O workshop teve como objetivo colher subsídios da AFROSAI-E para o aprimoramento dos relatórios da consultoria e o seu alinhamento com as recomendações da INTOSAI em matéria de profissionalização e dentro da perspetiva da sub-região. Como resultado deste workshop, espera-se que a Comissão Técnica possa ter documentos consolidados para o lançamento do Programa de Profissionalização e Certificação junto dos

diversos atores.

Número de participantes: 4 Auditores e quadros técnicos do TAM – subactividade 6.1.3 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Facebook do Pro PALOP-TL ISC



O Tribunal Administrativo de Moçambique visita Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para melhorar a sua auditoria aos municípios

Moçambique, Maputo | 18 a 29 novembro de 2019

12 auditores e quadros técnicos do Tribunal Administrativo de Moçambique (TAM), estiveram entre os dias 18 e 29 de novembro, realizaram visita de estudos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), no Brasil, para a troca de experiências e cooperação sul-sul e triangular visando o reforço de capacidades dos auditores do TAM no que respeita aos procedimentos adotados por outras ISCs nas auditorias à gestão Municipal e na prestação de contas. Esta visita realizou-se no âmbito do apoio do Pro PALOP-TL ISC (FASE II) ao TAM visando o reforço de capacidades de fiscalização das contas públicas.

Os objetivos da missão dos Auditores foi de aperfeiçoar os procedimentos de fiscalização dos Municípios e dos Órgãos de Governação Descentralizada.

Número de participantes: 12 auditores e quadros técnicos do TAM – subatividade 6.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook do Pro PALOP-TL ISC](#) | [Arsénio Paulo](#)

Apoio Técnico ao Tribunal de Contas da Guiné Bissau para a emissão do Parecer sobre a Conta Geral de Estado (PCGE) referentes aos exercícios orçamentais de 2014, 2015 e 2016

Guiné-Bissau, Bissau | 25 de novembro a 6 de dezembro de 2019

Entre os dias 25 de novembro e 06 de dezembro de 2019, o Tribunal de Contas da Guiné Bissau (TCGB) acolheu a Conselheira Sénior Nacional em Controlo Externo do Sistema de Gestão das Finanças Públicas e Transparência Orçamental, Maria Jesus Andrade, para apoiar nos trabalhos preparatórios para a emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE) de 2014, 2015 e 2016.

Este apoio, enquadrou-se no âmbito do plano de trabalho anual acordado entre o TCGB e o Pro PALOP-TL ISC para 2019, e decorreu em sinergia com o Programa da Delegação da União Europeia da Guiné-Bissau (DUE), visando o desenvolvimento de capacidades do quadro técnico desta Instituição nos domínios do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE) com base nas boas práticas e normas internacionais.



Este apoio técnico está previsto ser de forma faseada, prevendo-se para abril de 2020 a segunda fase para a realização das auditorias no terreno e formação “*on the job*”, (em local e ambiente de trabalho) com a Equipa Técnica do PCGE, seguindo-se de uma terceira e última fase para a consolidação pareceres, antes da aprovação plenário pelo Tribunal.

Também se prevê, na fase final a elaboração de um Guião Metodológico enquanto suporte de apoio à equipa técnica na emissão dos pareceres subsequentes.

Número de participantes: 13 auditores e quadros técnicos do TCGB – subactividade 6.1.3 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Facebook PALOP-TL](#) | [UE](#) | [Facebook Ricardo Godinho Gomes](#)



Oficinas Análise Orçamental Tribunal de Contas de Angola

Angola, Luanda | 04 a 08 novembro de 2019

Entre os dias 4 e 8 de novembro, o Tribunal de Contas de Angola (TCA) acolheu “Oficinas de Análise Orçamental”, visando a análise do Orçamento Geral de Estado (OGE), respetiva Revisão, e o Relatório de Execução Trimestral do OGE (REOGE) do exercício orçamental de 2019, bem como o último Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2017, emitido pelo TCA e já entregue ao Legislativo. As Oficinas, que envolveram 51 participantes, entre auditores e demais quadros técnicos, e tiveram como objetivo o desenvolvimento de instrumentos e capacidades para a fiscalização e controlo jurisdicional das despesas públicas ao longo do ciclo orçamental. Esta atividade enquadrou-se no Plano de Trabalho Anual acordado entre Pro PALOP-TL ISC (FASE II) e o TCA para 2019.

Número de participantes: 51 auditores e quadros técnicos do TCA – subactividade 6.1.3 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Tribunal de Contas de Angola](#) | [Website União Europeia em Angola](#) | [Facebook União Europeia em Angola](#) | [Jornal Online “O País”](#) | [Sapo Notícias](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Evento Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Embaixada de Angola na Alemanha](#) | [Jornal de Angola](#) | [ANGONotícias](#)



Socialização do PEDS pelo Ministério das Finanças de Cabo Verde ao Tribunal de Contas de Cabo Verde

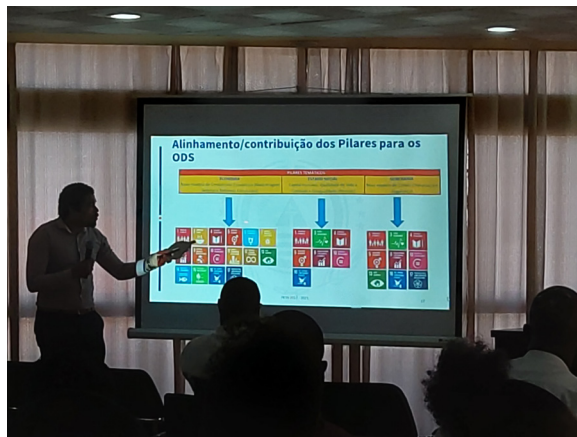
Cabo Verde, Praia | 18 de outubro de 2019

No contexto do Plano de Trabalho do PALOP-TL ISC, o Tribunal de Contas realizou um workshop para a socialização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde (PEDS) pelo Ministério das Finanças. O workshop foi realizado no dia 18 de outubro e visou familiarizar os juizes, auditores e quadros do TCCV com o PEDS, assim como a apresentação do Plano de Desenvolvimento Estratégico dos Municípios, no contexto da preparação da instituição para auditorias de desempenho à capacidade de realização das metas nacionais dos ODS.

O Presidente do Tribunal de Contas, João da Cruz, abriu a sessão de trabalhos, na presença do Conselheiro Técnico Principal e Chefe da Equipa de Gestão do Pro PALOP-TL ISC (Fase II), Ricardo Godinho Gomes, do Diretor Nacional do Planeamento, Gilson Pina, e demais quadros e técnicos superiores das duas instituições. Os ODS têm sido tema constante e atual das reuniões no seio das Instituições Superiores de Controlo, ISC, nos últimos anos e, nesta senda, o papel do Tribunal de Contas é crucial para apoiar na medição dos resultados e na avaliação do impacto da implementação dos ODS.

Número de participantes: 25 auditores e quadros técnicos do TCA e quadros do ministério das finanças, direção nacional do plano – subactividade 6.1.3 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Facebook Pro PALOP-TL ISC | Idem | Página Particular de facebook | Idem | Boletim Informativo do Tribunal de Contas de Cabo Verde nº 63.



Oficinas de Análises Orçamentais TCSTP

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 19 a 30 de agosto de 2019

Entre os dias 19 e 30 de agosto, decorreram no Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe (TCSTP), as “Oficinas de Análise Orçamentais”, promovidas pelo Pro PALOP-TL ISC (FASEII), no âmbito do apoio técnico e financeiro do Programa ao Tribunal. As oficinas para a análise dos principais documentos orçamentais ao longo do ciclo orçamental beneficiaram 25 quadros desta Instituição, dentre os quais, auditores e demais quadros técnicos, com o objetivo de reforçar as suas capacidades de fiscalização jurisdicional das despesas públicas em São Tomé e Príncipe.

Número de participantes: 25 auditores e quadros técnicos do TCA – subactividade 6.1.3 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook PALOP-TL](#) | [UE](#) | [Idem](#) | [A Semana](#) | [Twitter PNUD São Tomé e Príncipe](#) | [Álbum Pro PALOP-TL ISC](#)



Atividade Geral 7: Promover a disseminação de informação e campanhas de sensibilização

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a UE) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Promoção de campanhas de informação e sensibilização dirigidas ao público em geral utilizando meios audiovisuais, incluindo programas de TV e rádio, *Twitter*, *Facebook*, *YouTube*, *podcast*, etc.;
- ✓ Reuniões com a Câmara Municipal; publicação de *newsletters*, publicidade em jornais e outros tipos de iniciativas de sensibilização usando a imprensa escrita, etc. - todos com foco no controlo externo da despesa pública, combate à corrupção, abertura fiscal e maior envolvimento do público no trabalho da ISC e outras instituições de relevo no campo da luta contra a corrupção e controlo externo, etc.

Estas campanhas são focadas nas seguintes áreas: auditoria e controlo externo da igualdade de género, bem como maior envolvimento do público no trabalho da ISC, a auditoria e o controlo externo da afetação da despesa pública para promover a realização dos ODS, entre as áreas de foco. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Programas audiovisuais do Tribunal de Contas para reforço do controlo externo e promoção do envolvimento do público na agenda do TC

São Tomé e Príncipe | em curso

No contexto do Pro PALOP-TLISC, no seguimento do trabalho iniciado na primeira fase do projeto, foi lançado um concurso público para a contratação de uma empresa/consultor nacional para a conceção de programas audiovisuais de sensibilização e melhoria de comunicação entre o Tribunal de Contas e os parceiros externos, bem como de envolvimento público no controlo externo das finanças públicas.

O concurso foi concluído com sucesso, encontrando-se na fase de arranque da atividade que visa a produção e edição de 12 programas com o objetivo de: (1) informar o cidadão e os parceiros externos sobre a organização, funcionamento, competências e atribuições do Tribunal de Contas; e (2) envolver mais o público e permitir que passe a acompanhar melhor as recomendações e conclusões das ações de controlo do Tribunal de Contas.

Devido ao evoluir da pandemia COVID-19, considerando a implementação do estado de emergência nacional em São Tomé e Príncipe, o arranque da atividade foi adiado para o segundo semestre de 2020 – uma vez levantadas as restrições de atividade laboral e social que hoje se aplicam.

Indicador qualitativo: 1 programa televisivo de 10 minutos, uma vez por semana, ao longo de 3 meses (um total de 12 programas televisivos) permitem ao cidadão, e público em geral, acompanhar de forma adequada e atempada as recomendações resultantes das ações de controlo do Tribunal de Contas; participar e contribuir para a melhoria do programa de atividades do Tribunal de Contas, através de denúncias, queixas e outras sugestões; estar melhor informado e sensibilizado sobre as conclusões das ações de controlo do Tribunal de Contas.

Fontes de verificação: atividade em curso (sem links).

Atividade Geral 8: Promover Reformas Institucionais e Legais

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/prestadores de serviços disponibilizados pela UGP;
- ✓ visitas de estudo para intercâmbios de experiências, todas com o objetivo de alcançar reformas legais e institucionais no campo do controlo externo da despesa pública – particularmente legislação aplicável às ISC, planeamento estratégico das ISC e SAI-PMF;
- ✓ Independência das ISC, âmbito do controlo externo exercido pelas ISC e contribuição pública para a agenda das ISC estarão entre as áreas de foco dessas ações destinadas a promover reformas legais e institucionais.

A auditoria e o controlo externo da afetação da despesa pública para promover a realização dos ODS, em particular da igualdade de género, estarão entre as áreas de foco. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Ação de formação em Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Auditoria e Atualização dos Manuais de acordos com os Standards Internacionais (ISSAI´s) do TAM junto a AFROSAI-E

Pretoria, África do Sul | 24 a 28 fevereiro 2020

No âmbito apoio do Pro PALOP-TL ISC para o reforço de capacidades, 5 quadros seniores do Tribunal Administrativo de Moçambique participaram numa ação de formação em Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Auditoria e Atualização dos Manuais de acordos com os Standards Internacionais (ISSAI´s).

A formação visou, entre outros, buscar subsídios que permitam proceder a atualização dos Manuais de Auditoria do Tribunal Administrativo, bem como obter conhecimentos e tomar contacto prático (manipulação) com o Sistema Informático desenvolvido pela AFROSAI-E para a

realização de auditorias.

Esta ação de formação decorreu na sede da AFROSAI-E, em Pretoria, a delegação do TA foi chefiada pelo Contador-geral da Contadoria de Contas e Auditoria.

Número de participantes: 5 auditores e quadros técnicos do TA – subactividade 8.3.1 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#)



Edição e Apresentação Pública do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2019-2022 do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 29 de novembro de 2019

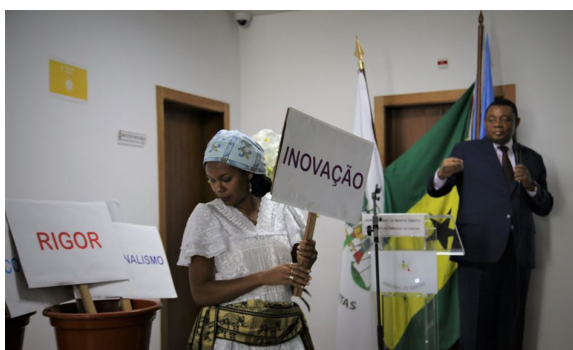
No dia 29 de novembro, o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe realizou a apresentação pública do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, que estabelece um novo ciclo de planeamento para o período 2019-2022. À semelhança do anterior Plano Estratégico do Tribunal, também este plano foi desenvolvido com o apoio financeiro e técnico do Pro PALOP-TL ISC (FASEII).

A cerimónia de apresentação do Plano Estratégico foi presidida pelo Juiz Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas, seguida da intervenção da Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, na presença de um representante da União Europeia, dos Juizes Conselheiros, dos representantes das instituições do Estado, nomeadamente, da Presidência da República, da Assembleia Nacional, do Executivo e seus Ministros, do Procurador-Geral da República, e do Ministério Público. Entre os distintos convidados estiveram ainda as representações diplomáticas e organismos internacionais sediados em São Tomé e Príncipe.

Indicador qualitativo: foram produzidos 250 exemplares do Plano Estratégico 2019-2022 do TCSTP que foram distribuídos a todos os órgãos de soberania, executivo e principais parceiros nacionais e

internacionais de cooperação. Foram ainda partilhados exemplares com as ISC dos PALOP-TL e o plano foi disponibilizado online.

Fontes de verificação: Facebook PNUD São Tomé e Príncipe | Website PNUD São Tomé e Príncipe | UE STP/Gabão



Atividade Geral 10: Promoção Comunidade de Práticas – cooperação sul-sul e triangular das Instituições Superiores de Controlo dos PALOP-TL

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a UE) no seguinte tipo de ações:

- ✓ Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento institucional e implementação do plano estratégico da OISC | CPLP;
- ✓ Organização CdP baseada em grupos de trabalho de alto nível que reúnem representantes das ISC para abordar: (a) o controlo externo do SGFP e (b) exercícios do SAI-PMF;
- ✓ CdP baseadas em Seminários de Intercâmbio de Experiências e Grandes Conferências envolvendo os intervenientes estatais (MF, outras instituições de controlo externo independentes e parlamentos) e não estatais (OSC e plataformas regionais) do SGFP;
- ✓ publicação de bibliografia relevante em língua portuguesa, relativa ao SGFP, transparência orçamental, abertura legislativa e transparência fiscal, entre outras questões prementes nestes domínios.

A auditoria e controlo externo da afetação da despesa pública para promover a realização dos ODS, em particular da igualdade de género, estarão entre as áreas de foco para as CdP.

Controlo externo/auditoria (principalmente através de auditorias colaborativas/ coordenadas de desempenho), auditorias ISC, fiscalização parlamentar e monitoria social das despesas públicas com foco nas metas nacionais de ODS relevantes (incluindo questões ambientais e relativas a mudanças climáticas) podem ser implementadas transversalmente. O último resultado das discussões entre o Pro PALOP-TL ISC e a OISC | CPLP, no final de 2017, permitiu incluir tais metas no plano estratégico daquela organização regional. Mais recentemente, o AFROSAI-E e a Associação Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) desenvolveram uma estrutura para incorporar o ambiente de GFP num país como contribuição para o ODS 16.4 - instituições eficazes, responsáveis e transparentes. O projeto estabelecerá parcerias com estas instituições no âmbito do seu programa com a OISC | CPLP para desenvolver um quadro geral para a elaboração de relatórios de GFP, com o objetivo de capacitar as ISC dos PALOP-TL e, desta forma, contribuir significativamente para a implementação dos ODS.

No período reportado, foram realizadas as ações que ao lado se elencam.

Participação das ISC PALOP-TL no XXIII Congresso da INTOSAI

Rússia, Moscovo | 23 a 27 de setembro de 2019

Entre os dias 23 e 27 de setembro, os dirigentes das ISC dos PALOP-TL participaram no XXIII Congresso da INTOSAI (Organização Mundial dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres), que teve lugar em Moscovo. A participação do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe neste Congresso foi financiada pelo Pro PALOP-TL ISC (FASE II), no âmbito da cooperação entre o projeto e a organização que, entre outros, constituiu uma Comunidade de Práticas das Instituições Superiores de Controlo (ISC). Durante 5 dias os congressistas debruçaram-se sobre dois temas de grande relevância e atualidade: As tecnologias de informação para o desenvolvimento da administração

pública, e o papel das Instituições Superiores de Controlo (ISC) na execução das prioridades e metas nacionais. O papel da base de dados digitais no reforço e desenvolvimento da administração pública, a avaliação de metas, impactos e riscos associados a programas e políticas governamentais, as dimensões ambientais e sociais do desenvolvimento sustentável, entre outras são questões que estarão na agenda das discussões dos participantes deste congresso.

Indicador qualitativo: Custos de participação de um presidente de ISC financiados pelo Pro PALOP-TL ISC, mas todas as ISC PALOP-TL foram representadas a alto nível – subactividade 10.1.4 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.



Fontes de verificação: INTOSAI

VI Seminário da OISC/CPLP

Cabo verde, Praia | 6 a 7 de junho de 2019

O Tribunal de Contas de Cabo Verde acolheu, entre os dias 3 e 7 de junho, na cidade da Praia, o VI Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP (OISC CPLP), sob o lema “O Aperfeiçoamento da Gestão das Finanças Públicas e a Agenda 2030: O PFM-RF, seus Benefícios e Desafios”. Esta reunião contou com a parceria do Pro PALOP-TL ISC, que permitiu reunir em Cabo Verde 101 representantes das Instituições Superiores de Controlo (ISC) que integram esta organização regional, dentre os quais os seus dirigentes e presidentes, para além dos auditores e quadros.

O Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde presidiu a cerimónia de abertura, acompanhado pelo Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde e do Chefe do Escritório Conjunto a.i. do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde e ainda da Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde. Estiveram ainda presentes os Presidentes das ISC da CPLP e de Macau, dois quadros da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), Deputados e Magistrados de Cabo Verde, entre outros convidados.

Número de participantes: 101 juízes, auditores e quadros técnicos das ISC dos PALOP-TL – subactividades 10.1.3 e 15.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: OISC | CPLP | A Nação | PALOP-TL | EU | Embaixada Brasil em CV | Portal do Governo da RAE de Macau | Parlamento CV



Grupo de Trabalho das ISC para a finalização da aplicação da nova ferramenta PMF-RF

Cabo verde, Praia | 3 a 5 de junho de 2019

No contexto do VI Seminário da OISC/CPLP que se realizou na Cidade da Praia, Cabo Verde, entre 6 e 7 de junho de 2019, o Pro PALOP-TL ISC apoiou, entre os dias 3 e 5 de junho de 2019, a realização de um grupo de trabalho avançado com mais de 35 auditores das ISC dos PALOP para finalizar a aplicação da nova ferramenta denominada de “Quadro de Reporte de Gestão das Finanças Públicas – (GFP-RP)”. Esta ferramenta é utilizada pelas ISC para fazer a avaliação das finanças públicas tendo por referência as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A aplicação da ferramenta permite

aos tribunais de contas abranger, nas suas auditorias e demais ações de controlo externo, as principais instituições de formulação de políticas para a gestão das finanças públicas, como o Ministério das Finanças, o Parlamento e a Autoridade Tributária, bem como os Ministérios e departamentos que, por sua natureza, são considerados importantes para o alcance dos ODS.

Número de participantes: 35 auditores e quadros técnicos das ISC dos PALOP-TL – subactividade 10.1.2 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: [OISC](#) | [CPLP](#) | [A Nação](#) | [PALOP-TL](#) | [EU](#) | [Embaixada Brasil em CV](#) | [Portal do Governo da RAE de Macau](#) | [Parlamento CV](#)



Formação do Trabalho do Tribunal de Contas de Cabo Verde em Public Financial Management - Reporting Framework (PFM-RF)

Portugal | março de 2019

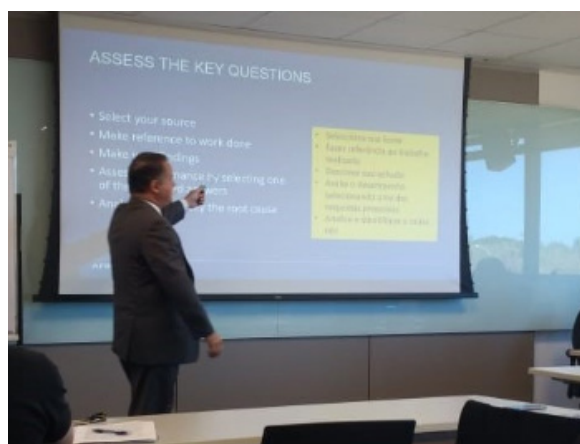
Em março de 2019, foi realizada no Tribunal de Contas de Portugal (TCP), uma ação de capacitação sobre a ferramenta *PFM-RF* em benefício das ISC membros da OISC/CPLP. A capacitação foi realizada pela GIZ e AFROSAI E, no contexto do programa de consolidação da ferramenta *PFM-RF* desenvolvida por essas instituições. As ISC da CPLP passariam assim a fazer parte do grupo piloto para a aplicação e adaptação da ferramenta aos contextos legais e institucionais dos respetivos países e sistemas de governo e de gestão das Finanças Públicas. O Pro PALOP-TL ISC associou-se à iniciativa com a participação do seu Conselheiro Técnico Principal (os custos de participação das ISC foram integralmente cobertos pela GIZ), com o objetivo de desenvolver uma parceria sul-sul e triangular com a OSIC | CPLP, a AFROSAI E e a GIZ no sentido de assegurar a aplicação efetiva da ferramenta nos PALOP-TL.

A avaliação levada a cabo pelas ISC com base nesta importante ferramenta, *PFM-RF*, abrange as principais instituições de formulação de políticas para a gestão das finanças públicas, como o Ministério das Finanças, o Parlamento e a Autoridade Tributária, bem como, os outros Ministérios e departamentos que, pela sua natureza, são considerados importantes para a consecução dos ODS.

Número de participantes: 23 auditores e quadros técnicos das ISC dos PALOP-TL – subactividade 10.1.1 na matriz de seguimento com desagregação por sexo.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível.

Em conclusão, para o período reportado, não foram realizadas as atividades gerais 7 (Promover Campanhas de disseminação de informação e de sensibilização) e 9 (Realizar Procurement e reforçar TIC), tendo demais sido realizadas – nomeadamente a 6, 8 e 10.



OUTPUT 3: AS CAPACIDADES DOS PARLAMENTOS E DAS OSC PARA ASSEGURAR A FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR E MONITORIA SOCIAL DO SGFP NOS PALOP-TL REFORÇADAS

O terceiro output compreende as atividades 11 a 15 cujo objetivo é de garantir que as/os deputados/as, funcionárias/os parlamentares e membros das OSC nos PALOP-TL desenvolvam capacidades internas com vista a assegurar iniciativas de fiscalização e abertura parlamentar; analisem e examinem informações orçamentais sobre despesas; realizem a monitoria social das finanças públicas e simplifiquem as informações orçamentais públicas de acordo com os padrões internacionais.

Durante o período reportado, com o apoio da UGP do Pro PALOP-TL ISC, foram realizadas nos PALOP as atividades sucintamente descritas em baixo.

Atividade Geral 11 Treino e Desenvolvimento de Capacidades

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Organização de cursos de pós-graduação em língua portuguesa, ministrados por universidades internacionalmente reconhecidas, com foco em GFP e adaptados ao enquadramento jurídico e contextos institucionais dos PALOP-TL;
- ✓ Eventos de formação para reforço da prática profissional (cursos presenciais e/ou *eLearning*), acreditados com credenciais profissionais;
- ✓ Apoio tutorial por pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ Visitas de estudo para troca de experiências; e
- ✓ Assistência técnica direcionada/altamente especializada através de peritas/os e/ou prestadores/as de serviços individuais disponibilizados pela UGP - voltados/as para o reforço parlamentar e das OSC, bem como para a fiscalização parlamentar orçamental, a transparência fiscal, a regulamentação da contratação pública e o controlo da corrupção.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública com enfoque no género estarão entre as áreas principais para formação e capacitação. Por outro lado, o projeto vai apoiar as OSC a desenhar e realizar um programa integrado PALOP-TL de combate à corrupção, promoção da transparência e da monitoria social da despesa pública.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco para formação e capacitação.

No período reportado, foram realizadas as ações que a seguir se elencam.

Reforço das capacidades da Sociedade Civil para a Análise e Monitoria do Orçamento e em Orçamentação Sensível ao Género

Angola, Benguela | 16 a 20 de dezembro de 2019

Entre os dias 16 e 20 de dezembro decorreram, na cidade de Benguela, as “Oficinas de Análise Orçamental e de Orçamentação Sensível ao Género”, no âmbito do programa de reforço da governação económica nos PALOP e Timor Leste, o Pro PALOP-TL ISC. A formação envolveu 36 membros dirigentes das Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Angola, nomeadamente o Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA), a Acção para Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), e a Plataforma das Mulheres em Ação (PMA). As oficinas foram facilitadas pelos especialistas do projeto, em parceria com as OSC angolanas, e incluíram as intervenções do Ministério das Finanças, sobre o ciclo orçamental em Angola, e da Direção Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade no Género, sobre a política.

As oficinas foram facilitadas pela Conselheira Sénior Nacional em Controlo Externo do Sistema de Gestão das Finanças Públicas e Transparência Orçamental e pela Oficial Nacional para o Empoderamento da Mulher e Orçamentação Sensível ao Género. As Oficinas assentam na metodologia do Pro PALOP-TL ISC para análise dos documentos orçamentais standard que devem ser produzidos ao longo do ciclo orçamental e ano fiscal, assim como na metodologia do Pro PALOP-TL para escrutínio das despesas públicas com enfoque no género. As Oficinas em causa tiveram como documentos de

referência o Orçamento Promulgado, a revisão orçamental e os relatórios de execução trimestral (1º e 2º trimestres) do ciclo orçamental de 2019.

Número de participantes: 36 membros dirigentes das OSC de Angola – subactividades 11.2.2 e 11.2.3 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Facebook Pro PALOP-TL ISC | ADRA | Facebook União Europeia Angola | Isidoro Mamponda Rontech



Formação de Formadores das OSC nos Cursos Online do Pro PALOP-TL ISC

Angola, Luanda | 25 a 29 de novembro de 2019

Entre os dias 25 e 29 de novembro de 2019, decorreu em Luanda a formação de formadores nos cursos eLearning do Pro PALOP-TL ISC “Parlamentos na prática” e “Orçamentos Abertos” disponibilizados na [plataforma LMS do portal AGORA](#) e que foram produzidos na primeira fase. Foram identificados cursos modelo para familiarizar 33 formadores das OSC com a metodologia, temática e módulos dos cursos, por forma a que esses formadores possam replicar sessões de formação lideradas pelas OSC com base nos cursos eLearning do Pro PALOP-TL ISC sobre diferentes temas relevantes na gestão das finanças públicas, o papel e escopo de intervenção de cada um dos atores relevantes nesses sistemas –



casos práticos e boas práticas. Existem seis cursos eLearning traduzidos em Língua Portuguesa para advocacia e familiarização da prática profissional na área de gestão de contas públicas para as OSC e demais atores estatais do SGFP (Parlamentos, Tribunais de Contas e Ministérios das Finanças). Os cursos serão usados pelas OSC como instrumento de capacitação e de consciencialização cívica sobre a importância da transparência na gestão dos fundos públicos, o combate à corrupção e promoção da transparência e de uma cidadania mais ativa. A formação foi ministrada pela Especialista Sénior do Pro PALOP-TL ISC em Governança, Fiscalização e Abertura Parlamentar e os futuros formadores foram familiarizados com as metodologias e a estrutura dos cursos de formadores para que os mesmos possam replicar as futuras formações entre os seus pares nos respetivos contextos.

No contexto desta formação de formadores, num “side-event” com abordagem de “roleplay”, a sociedade civil de Angola visitou o parlamento e ocupou o lugar dos deputados do hemiciclo da Assembleia Nacional de Angola. A Assembleia Nacional de Angola recebeu os 30 visitantes e convidou os membros das organizações da sociedade civil a sentarem no plenário e a serem deputados por uma tarde. Viram o vídeo institucional de apresentação da Assembleia Nacional, receberam o guia parlamentar publicado em colaboração com o Pro PALOP-TL ISC e tiveram uma palestra apresentada pelo Secretário-Geral, Pedro Agostinho de Neri. O parlamento e o processo legislativo e a relação do parlamento e sociedade civil são temas do curso dado pelo Pro PALOP-TL ISC.

Número de participantes: 33 membros das OSC de Angola – subactividades 11.2.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Facebook Pro PALOP-TL ISC | Idem | Idem | Facebook Elisabete Azevedo-Harman | ADRA



Reforço das capacidades do Parlamento e da Sociedade Civil para a Análise e Monitoria do Orçamento e em Orçamentação Sensível ao Género

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 11 a 18 de novembro de 2019

Entre os dias 11 e 18 de novembro, decorreram, na cidade de São Tomé, as “Oficinas de Análise Orçamental e de Orçamentação Sensível ao Género”, no âmbito do programa de reforço da governação económica nos PALOP e Timor Leste, o Pro PALOP-TL ISC. A primeira sessão decorreu de 11 a 13 de novembro e foram capacitados 32 Deputados/Deputadas e staff parlamentar. A segunda sessão decorreu de 14 a 18 de novembro e foram capacitados 32 membros das organizações da sociedade civil que seguem as contas públicas em São Tomé e Príncipe, nomeadamente a Plataforma para os Direitos Humanos e Equidade de Género (PDHEG), a WEBETO, o Centro de Integridade Pública (CIP-STP) e a Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe-FONG STP.

As oficinas foram facilitadas pela Conselheira Sénior Nacional em Controlo Externo do Sistema de Gestão das Finanças Públicas e Transparência Orçamental e pela Oficial Nacional para o Empoderamento da Mulher e Orçamentação Sensível ao Género. As Oficinas assentam na metodologia do Pro PALOP-TL ISC para análise dos documentos orçamentais standard que devem ser produzidos ao longo do ciclo orçamental e ano fiscal, assim como na metodologia do Pro PALOP-TL para escrutínio das despesas públicas com enfoque no género. As Oficinas

em causa tiveram como documentos de referência o **Orçamento Promulgado** e os relatórios de execução trimestral (1º e 2º trimestres) do ciclo orçamental de 2019.

Número de participantes: 64 parlamentares, staff parlamentar e membros das OSC de São Tomé e Príncipe – subactividades 11.2.2 e 11.2.3 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Facebook Ju Correia](#) | [Dalila Agostinho Das Neves](#) | [Mirita Nicolau](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Facebook Assembleia Nacional São Tomé e Príncipe](#) | [Idem](#) | [YouTube Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe](#) | [Idem](#)



Reforço das capacidades da Sociedade Civil para a Análise e Monitoria do Orçamento e em Orçamentação Sensível ao Género

Cabo Verde, Praia | 21 a 25 de outubro de 2019

Entre os dias 21 a 25 de outubro decorreram, na cidade da Praia, as “Oficinas de Análise Orçamental e de Orçamentação Sensível ao Género” no âmbito do programa de reforço da governação económica nos PALOP e Timor Leste.

A formação envolveu 23 membros dirigentes das OSC, entre outras, a Plataforma das ONGs, a Associação para Defesa dos Consumidores de Cabo Verde (ADECO), a Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC) – às quais se juntaram instituições académicas institutos de formação, Associações e ONGs que intervêm nos domínios do género e com interesses na monitoria de despesas e políticas públicas ligadas ao género.

As oficinas foram facilitadas pela Conselheira Sénior Nacional em Controlo Externo do Sistema de Gestão das Finanças Públicas e Transparência Orçamental e pela Oficial Nacional para o Empoderamento da Mulher e Orçamentação Sensível ao Género.

Durante as sessões de trabalhos das Oficinas foram convidados a fazerem apresentações especialistas do Ministério das Finanças, do ICIEG e da ONU Mulheres. Estes especialistas apresentaram temas atuais relacionados com a abertura orçamental e engajamento do público no processo orçamental, a política nacional de igualdade de género, além da transversalidade da abordagem género.

As Oficinas assentam na metodologia do Pro

PALOP-TL ISC para análise dos documentos orçamentais standard que devem ser produzidos ao longo do ciclo orçamental e ano fiscal, assim como na metodologia do Pro PALOP-TL para escrutínio das despesas públicas com enfoque no género. As Oficinas em causa tiveram como documentos de referência o Proposta do Orçamento de Estado e os relatórios de execução trimestral (1º e 2º trimestres) do ciclo orçamental de 2019.

Número de participantes: 23 membros dirigentes das OSC – subactividades 11.2.2 e 11.2.3 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [A Nação](#) | [Idem](#) | [ADECO](#) | [RTC](#) | [Idem](#)



Formação para formadores dos cursos online Pro PALOP-TL ISC

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 08 a 11 de outubro de 2019

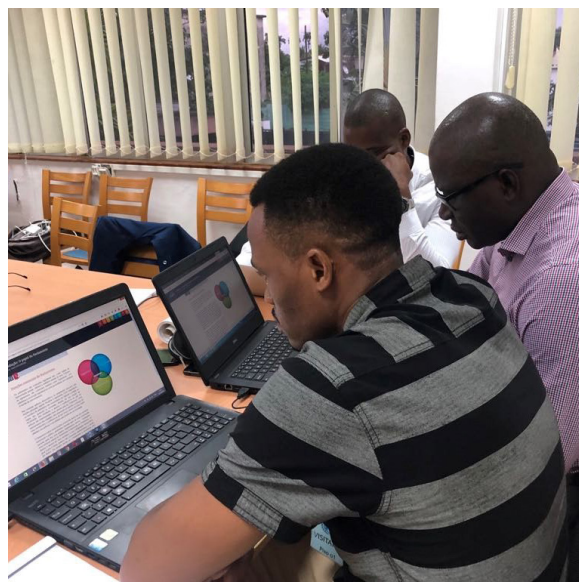
Técnicos da Assembleia Nacional e membros das Organizações da Sociedade Civil de São Tomé e Príncipe participaram, entre 8 e 11 de outubro, numa formação para formadores dos cursos online promovidas pelo Pro PALOP-TL ISC (FASE II).

Como já referido, existem 6 cursos e-learning disponibilizados na [plataforma LMS do portal AGORA](#) e que foram produzidos na primeira fase do projeto.

Os cursos serão usados pelas OSC como instrumento de capacitação e de consciencialização cívica sobre a importância da transparência na gestão dos fundos públicos, o combate à corrupção e promoção da transparência e de uma cidadania mais ativa. A formação foi ministrada pela Especialista Sénior do Pro PALOP-TL ISC em Governança, Fiscalização e Abertura Parlamentar e os futuros formadores foram familiarizados com as metodologias e a estrutura dos cursos de formadores para que os mesmos possam replicar as futuras formações entre os seus pares nos respetivos contextos.

Número de participantes: 17 formadores dentre quadros da assembleia nacional e membros das OSC – subactividades 11.1.1 e 11.2.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Evento Pro PALOP-TL ISC](#)



Atividade Geral 12 Promover Campanhas de disseminação de informação e de sensibilização

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Promoção de campanhas de informação e sensibilização utilizando meios audiovisuais, incluindo programas de TV e rádio, Twitter, Facebook, YouTube, podcast, etc.;
- ✓ Town-hall meetings;
- ✓ newsletters, publicações, correspondência de e-mail, jornais, etc. - todos com foco na fiscalização parlamentar orçamental, abertura legislativa, códigos parlamentares de ética e reformas institucionais, monitoria social da despesa pública, simplificação da informação orçamental e envolvimento do público nos processos orçamentais, etc.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género e maior transparência legislativa e fiscal estarão entre as áreas de foco dessas campanhas, bem como a criação uma plataforma multinacional para as OSC partilharem informações e experiências.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Mesa Redonda sobre o ciclo orçamental

Angola, Luanda | 13 a 14 de novembro de 2019

As Organizações Sociedade Civil (OSC) angolanas, nomeadamente o Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA), a Ação Angolana para Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), e a Plataforma das Mulheres em Ação (PMA) – organizaram entre os dias 13 e 14 de novembro, no Hotel Trópico, em Luanda, a Mesa Redonda sobre o Ciclo Orçamental. A Mesa Redonda reuniu 18 altos representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSC), o Parlamento, o Tribunal de

Contas e o Ministério das Finanças para debaterem questões relacionadas com a transparência orçamental e o escrutínio externos das contas públicas em Angola. Esta que veio reforçar as sinergias e canais de comunicação entre, por um lado, as OSC que acompanham a execução orçamental e monitoram as despesas e políticas públicas e, por outro lado, os atores estatais das Finanças Públicas em Angola. A atividade foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC.

Número de participantes: 18 altos representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSC), o Parlamento, o Tribunal de Contas e o Ministério das

Finanças – subactividades 12.1.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Facebook União Europeia Angola Facebook ADRA | Facebook Pro PALOP-TL ISC | Facebook dos Participantes | *Idem* | Website União Europeia em Angola | PNUD Angola | Sapo Notícias



Advocacia da Sociedade Civil junto da Assembleia Nacional para sensibilização e informação sobre a proposta de lei para o acesso à informação e promoção da participação

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 3 de outubro de 2019

Representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSC) de São Tomé e Príncipe levaram a cabo uma campanha de advocacia e informação que culminou com a entrega à Mesa e Presidente da Assembleia Nacional de um exemplar do Anteprojeto da Lei de Acesso aos Documentos, Informações Administrativas e Promoção da Participação Pública. A elaboração do anteprojeto esteve a cargo da Plataforma para os Direitos Humanos e Equidade de Género (PDHEG), envolvendo as organizações da sociedade civil WEBETO, o Centro de Integridade Pública (CIP-STP) e a Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe-FONG STP. A iniciativa realizou-se no âmbito do Plano de Trabalho Anual das OSC de São Tomé e Príncipe acordadas com o Pro PALOP-TL ISC (FASEII) para o ano 2019.

A entrega do anteprojeto de Lei à Assembleia Nacional representa para estas OSC o culminar de um esforço de advocacia que tem vindo a ser feito junto dos parlamentares acerca dos objetivos do documento e da importância do acolhimento desta proposta por parte dos respetivos Grupos Parlamentares.

Número de participantes: 8 altos representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Parlamento – subactividades 12.2.3 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Pro PALOP-TL ISC | [Jornal Transparência](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#)



Atividade Geral 13 Promover Reformas Institucionais e Legais

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a UE) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/as e/ou prestadoras/es de serviços disponibilizados pela UGP;
- ✓ visitas de estudo para trocas de experiências - todas focadas em reformas legais e institucionais, incluindo exercícios/atualizações de planeamento estratégico, no campo da GFP.

As áreas de foco das ações que promovam as reformas legais e institucionais serão: o poder e a capacidade do parlamento de exercer a fiscalização (particularmente a fiscalização orçamental), bem como a abertura legislativa e o envolvimento do público no processo orçamental.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género e maior transparência legislativa e fiscal estarão entre as áreas de foco dessas campanhas.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da afetação da despesa pública para promover a igualdade de género estarão entre as áreas de foco. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Reunião Open Government Partnership e OSC de Cabo Verde

Praia, Cabo Verde | 21 de fevereiro de 2020

O Pro PALOP-TL ISC facilitou, no dia 21 de fevereiro, um encontro entre as Organizações da Sociedade Civil de Cabo Verde e os especialistas da *Open Government Partnership*, com o objetivo de sensibilizar as OSC para a importância da sociedade civil na promoção da transparência, e ainda, melhor informar as OSC o seu papel e a importância do seu envolvimento no processo de elaboração do Plano *Open Government Partnership* de Cabo Verde - 2020-2022.

Pela primeira vez, a planificação do plano de ação para a Governança Aberta em Cabo Verde contará com a participação das OSC e do parlamento. No contexto dos planos de trabalho do executivo, parlamento e OSC no contexto do Pro PALOP-TL ISC, foram previstas medidas para promover o reforço e maior inclusividade da governação aberta no contexto da parceria global para a governação aberta (Open Government Partnership - OGP) – estas iniciativas estão a ser realizadas em parceria com a OGP. Cabo Verde é o único, dentre os PALOP-TL, a pertencer a esta importante parceria para a abertura da governação aos demais atores relevantes dos sistemas democráticos, neste caso particular ao parlamento e OSC.

Número de participantes: 23 representantes das Organizações da Sociedade Civil (OSC) – subactividades 13.1.2 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Link relacionados: [Facebook Pro PALOP-TLISC](#)



Elaboração inclusiva do novo Plano de Governação Aberta juntando a Assembleia Nacional, o Governo e a Sociedade Civil

Cabo Verde, Praia | 20 de fevereiro de 2020

No dia 20 de fevereiro, a Assembleia Nacional e o Governo de Cabo Verde realizou, com o apoio do Pro PALOP-TLISC, o Workshop “Parceria Governação Aberta”, com o objetivo de estabelecimento do Roteiro e propostas de conteúdo para elaboração do próximo Plano de Ação “*Open Government Partnership (OGP)*” – Cabo Verde, 2020-2022. Nesta sessão de trabalhos participaram ainda especialistas e representantes da Iniciativa OGP que partilharam a análise do conceito Governação Aberta e a sua importância para o reforço da democracia e do Estado de direito democrático, e como os Parlamentos e a sociedade civil devem fazer parte deste processo. De seguida realizou-se a avaliação do primeiro Plano de Ação *Open Government* 2018-2020, tendo em conta a visão e o percurso de Cabo Verde até ao momento. Trabalhos em grupos permitiram desenhar um roteiro com mais contributos e mais inclusivo que o seu precedente. Assim, a elaboração do Plano de Ação OGP 2020-2022 para Cabo Verde vai assentar num trabalho inclusivo que vai trazer para o centro de decisão a sociedade civil e o parlamento, ao lado do executivo, permitindo consequentemente a identificação de mais domínios em que o país pode ainda melhorar para uma governação mais aberta, inclusiva e transparente.

Esta ação envolveu cerca de 80 pessoas, dentre parlamentares e staff parlamentar, quadros dirigentes do executivo e membros

das organizações da sociedade civil (ONGs, a Associação Nacional de Municípios, entre outros), representantes da OGP e a equipa de gestão do Pro PALO-TL ISC. A cerimónia contou com as presenças do Presidente da Assembleia Nacional, a Embaixadora da União Europeia, e o Representante Residente a.i do PNUD em Cabo Verde, tendo sido encerramento da mesmo marcado pela presença do Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto.

Número de participantes: 81 pessoas, dentre parlamentares e staff parlamentar, quadros dirigentes do executivo e membros das organizações da sociedade civil – subactividade 13.1.2 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Assembleia Nacional de Cabo Verde](#) | [Facebook Fernando Elísio Freire](#) | [A Semana](#) | [Infopress](#)



Apoio especializado para a reformulação do Plano Estratégico e Plano de Abertura Parlamentar da Assembleia Nacional de STP

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 10 a 14 de fevereiro de 2020

A Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe realizou no dia 10 de fevereiro, a palestra sob o lema “Planificar para Alcançar” como mote de lançamento dos trabalhos de reformulação do Plano Estratégico e Plano de Abertura Parlamentar da ANSTP, que se seguiram até dia 14 do referido mês. O grupo de trabalho da administração parlamentar contou com o apoio técnico e financeiro do Pro PALOP-TL ISC e realiza-se no quadro da XI legislatura.

O processo de elaboração do plano teve início com as palestras “Alcançar ODS 16: Parlamentos mais eficazes, abertos, inclusivos e representativos” e “Processo de integração dos ODS no Plano Nacional” foram apresentados, respetivamente, pela Especialista Parlamentar Sénior do Pro PALOP-TL ISC e Encarregado de Programa do GON-FED, Ministério dos Negócios estrangeiros Cooperação e comunidades.

No âmbito da reformulação do Plano Estratégico, foi ainda realizada uma exposição na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe submetida ao tema “Plano Estratégico ANSTP: passado, presente e Futuro”. O desenvolvimento do Plano Estratégico para o período 2020-2022 foi feito com base na metodologia Pro PALOP TL ISC que consiste na inclusão de todos os deputados e funcionários nas sessões de trabalhos. De recordar que o primeiro Plano Estratégico da Assembleia Nacional foi concebido em 2015, no âmbito da primeira fase do Pro PALOP-TL ISC, tendo vigorado até dezembro de 2019. A abertura

dos trabalhos contou com as intervenções da representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Senhora Katarzyna Wawiernia, do representante da União Europeia, senhor Albert Losseau, e do Vice-presidente da Assembleia Nacional, Deputado Levy Nazaré, na presença de todos os Deputados e dos quadros da Administração Parlamentar.

Número de participantes: 125 pessoas envolvidas na planificação estratégica, dentre parlamentares e staff parlamentar – subactividade 13.1.3 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Facebook Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe](#)



Troca de experiências e cooperação sul-sul entre Organizações da Sociedade Civil de São Tomé e Príncipe e Angola em monitoria social das finanças públicas

Luanda, Angola | 11 a 14 de fevereiro de 2020

A visita a Angola decorreu entre 11 e 14 de fevereiro e foi promovida pelo Pro PALOP-TL ISC. A missão dos representantes da sociedade civil são-tomense a Angola teve como objetivo conhecer de perto o trabalho de campo desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e dos atores estatais dos sistemas de gestão das finanças públicas de Angola e ter acesso a casos de estudo e boas práticas no país.

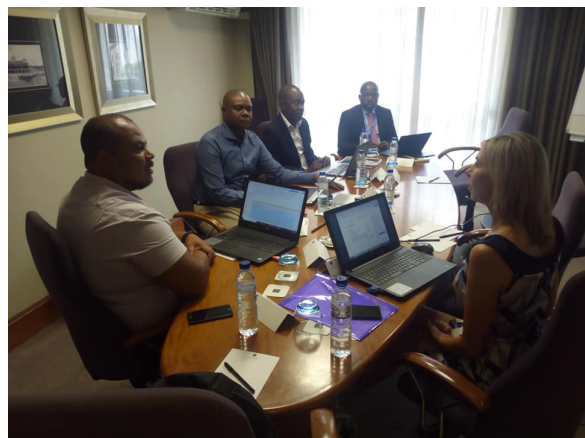
Delegados são-tomenses das organizações Webeto, Centro de Integridade Pública – CIPSTP, a Federação das Organizações não Governamentais de São Tomé e Príncipe-FONG STP, e Plataforma dos Direitos Humanos e Equidade de Género, foram recebidos pelas suas congéneres angolanas, o Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), a Ação para Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), e a Plataforma das Mulheres em Ação (PMA), entidades igualmente parceiras do Pro PALOP-TL ISC na área da monitoria social das contas públicas.

Esta visita de troca de experiências e aprendizagem entre as OSC de São Tomé e Príncipe e as de Angola realizou-se num quadro de cooperação sul-sul e triangular e constituiu uma oportunidade para as organizações são-tomenses conhecerem *in loco* os trabalhos realizados pelas OSC angolanas na área da monitoria social das finanças públicas, com o apoio do Pro PALOP-TL ISC. O programa de trabalho incluiu encontros com o CICA, ADRA, PMA

e outras OSC angolanas que trabalham também no domínio da monitoria social do Orçamento Geral do Estado. A delegação de São Tomé e Príncipe teve ainda a oportunidade de realizar uma visita à Assembleia Nacional de Angola.

Número de participantes: 18 membros das OSC de São Tomé e Príncipe e de Angola – subactividade 13.2.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Facebook PNUD São Tomé e Príncipe](#) | [Pro-São Tomense](#) | [Kasia Wawiernia](#) | [Pro PALOP-TL ISC share folder](#)



Troca de experiências entre Parlamentos de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde sobre processo da elaboração da Lei de Paridade cabo-verdiana e a fiscalização do parlamento de Cabo Verde à Lei da Violência Baseada no Género

São Tomé e Príncipe, São Tomé | 9 a 13 de dezembro de 2019

Uma delegação da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe esteve em Cabo Verde, entre os dias 9 e 13 de dezembro, com objetivo de colher experiências do Parlamento de Cabo Verde sobre a fiscalização parlamentar ex-post da Lei da Violência Baseada no Género, sobre a recente Lei da Paridade, e sobre a análise da proposta de Orçamento de Estado na perspetiva do género.

A delegação de São Tomé e Príncipe integrou 7 parlamentares da Rede das Mulheres Parlamentares, da 5ª Comissão Especializada Permanente para o Género, da 2ª Comissão Especializada Permanente para o Orçamento e um assessor Parlamentar da 2ª Comissão.



Ao longo dos 5 dias de trabalho foram realizados encontros de trabalhos com as Comissões Parlamentares e instituições que tiveram maior intervenção no processo de elaboração e aprovação da Lei de Paridade em Cabo Verde. A troca de experiências foi consolidada numa Declaração Conjunta final que veio reforçar a cooperação entre as Redes de Mulheres Parlamentares dos dois parlamentos.

Número de participantes: 7 parlamentares de São Tomé e Príncipe, dentre os quais a Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares e a Presidente da 5ª Comissão Especializada Permanente para o Género – subactividades 12.1.1 13.1.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Facebook Pro PALOP-TL ISC; Facebook Pro PALOP-TL ISC; Idem; Idem; Idem; ANCV; Sapo Notícias; RCV; TCV; santoantaonews.cv; A Semana; Expresso das Ilhas | <https://web.facebook.com/propalop.tl/videos/444093919815137/>



Troca de experiências entre as Assembleias da República de Moçambique e de Portugal em matéria de Análise e Fiscalização Orçamental e instituição sustentável de Gabinetes Parlamentares Independentes para Análise Orçamental

Portugal, Lisboa | 30 de setembro a 4 de outubro de 2019

Entre os dias 30 de setembro a 2 de outubro, 4 quadros seniores da Assembleia da República de Moçambique que integram a Unidade de Estudos Económicos Financeiros e Orçamentais (UEEFO) e o Secretariado da Comissão Especializada do Plano e Orçamento (CPO) realizaram uma visita de Estudos à Assembleia da República de Portugal para troca de experiência em matérias de análise orçamental com a Unidade Técnica de Análise Orçamental (UTAO). Esta atividade visou fortalecer as capacidades dos parlamentares e dos quadros do Parlamento afetos à UEEFO e Secretariado da CPO, em matérias de Análise Orçamental e de Fiscalização Legislativa Orçamental e da constituição sustentável de gabinetes parlamentares independentes de análise orçamental em linha com os standards e boas práticas. A ação foi realizada no contexto do Pro PALOP-TL ISC (FASEII).

Número de participantes: 4 quadros seniores da Assembleia da República de Moçambique que integram a Unidade de Estudos Económicos Financeiros e Orçamentais (UEEFO) e o Secretariado da Comissão Especializada do Plano e Orçamento (CPO) – subactividade 13.1.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: Facebook Pro PALOP-TL ISC | Palop-tl | UE | UE Moçambique | Zambeze | Txopela



Atividade Geral 14: Realizar aquisições e melhorar os sistemas de TIC

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Apoio tutorial pelos pares usando a abordagem de SStC;
- ✓ assistência técnica orientada/altamente especializada através de peritos/as prestadoras/es de serviços disponibilizados pela UGP;
- ✓ aquisição de *hardware*, *software* para plataformas parlamentares e legislativas do Sistema de Gestão da Informação e plataformas TIC das OSC, permitindo simplificar as informações sobre orçamento e despesas; e
- ✓ visitas de estudo para trocas de experiências - visando a mobilização das TIC no apoio à abertura legislativa e transparência fiscal.

A fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública destinada à promoção da igualdade de género e maior transparência legislativa e fiscal estão entre as áreas de foco dessas campanhas, bem como a criação uma plataforma multinacional para as OSC partilharem informações e experiências. No período reportado, foram realizadas as ações que abaixo se elencam.

Apoio em aquisição de equipamentos (hardware e software) para a instalação sustentável de um sistema de informação legislativa parlamentar e instalação de uma unidade de comunicação.

São Tomé e Príncipe | em curso

No contexto do Pro PALOP-TL ISC, foram adquiridos equipamentos (Hardware e Software) com o objetivo de apoiar a instalação sustentável de um sistema de informação legislativa parlamentar, de promover iniciativas de abertura parlamentar através das TIC e de lançar as bases de um futuro gabinete de comunicação da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

O concurso foi concluído com sucesso, encontrando-se na fase de arranque da atividade com a entrega e montagem dos equipamentos. Devido ao evoluir da pandemia COVID-19, considerando a implementação do estado de emergência nacional em São Tomé e Príncipe, a

instalação dos equipamentos aguarda o levantamento das restrições de atividade laboral e social que hoje se aplicam.

Indicador qualitativo: Aquisição de equipamentos (Hardware e Software) contribui para a consolidação da intranet e bases de dados parlamentares, bem como para a instalação de um gabinete de comunicação parlamentar.

Fontes de verificação: Relatório de atividade disponível.



Atividade Geral 15: Promoção Comunidade de Práticas – cooperação sul-sul e triangular de Parlamentos e de Organizações da Sociedade Civil dos PALOP-TL

Esta atividade geral deveria consistir, de acordo com a Descrição da Ação (Anexo I do contrato com a EU) no seguinte tipo de ação:

- ✓ Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento institucional e implementação do plano estratégico da AP | CPLP (foco particular na Associação dos/as Secretários Gerais, CoP de administração parlamentar no contexto da AP | CPLP);
- ✓ CdP baseada em grupos de trabalho de alto nível que reúnem representantes das Comissões Parlamentares de Orçamento, administração do parlamento e parlamentares para tratar da fiscalização parlamentar orçamental;
- ✓ CdP baseada em grupos de trabalho de alto nível que reúnem representantes de OSC, da comunicação social e academia para abordar a abertura legislativa, o acesso à informação orçamental e a participação do público nos processos orçamentais;
- ✓ CdP baseada em seminários de intercâmbio de experiências e grandes conferências envolvendo as instituições estatais (MF, ISC e outras instituições de controlo externo independentes) e não estatais (redes de mulheres parlamentares e outros grupos parlamentares relevantes, OSC e plataformas regionais) do SGF – todos com foco no SGFP, transparência orçamental, abertura legislativa e transparência fiscal, entre outras questões relevantes nesses domínios.

Os destinatários e os beneficiários em geral serão os parlamentos, incluindo as/os funcionários/as administrativas/os do parlamento (especialmente os/as que apoiam as Comissões Parlamentares especiais), Parlamentares, AP | CPLP (incluindo a Associação dos/as Secretários Gerais), OSC, Comunicação Social e Instituições de Ensino Superior, entre outros.

As atividades transversais que promovem a Orçamentação Sensível ao Género, a fiscalização parlamentar e a monitoria social da despesa pública com enfoque no género serão implementadas no âmbito de cada resultado esperado.

Parlamento de Cabo Verde participa e representa os PALOP-TL na Cimeira Mundial da Parceria para o Governo Aberto

Canadá, Otava | 29 a 30 de maio de 2019

O Presidente da Assembleia Nacional Cabo Verde e mais dois deputados da nação participaram na Cimeira Mundial sobre o Governo Aberto, que decorreu entre 29 e

30 de maio em Otava, no Canadá. Durante a sua intervenção falou da luta contra a corrupção, e, segundo o Presidente, um dos grandes desafios da atualidade, que é a questão do desemprego. “Sem a participação da juventude nas políticas ativas de emprego, é impossível construir soluções sustentáveis para enfrentar essa grande questão”.

Durante a Cimeira Mundial do Governo Aberto foram abordados diferentes temas,

nomeadamente a abertura dos parlamentos à sociedade, a transparência e a corrupção, a paridade e igualdade de género, assim como a questão da participação da juventude. A presença de Cabo Verde neste evento de alcance global veio marcar a consolidação e reforço da adesão do país à iniciativa (não apenas o executivo, mas também o parlamento assumem um papel central na participação – ver reporte da ação sobre a organização do seminário nacional para avaliação do anterior plano de ação de Cabo Verde para a Iniciativa OGP e para o estabelecimento de um roadmap para a elaboração de um próximo plano mais inclusivo. Por outro lado, a participação de Cabo Verde inscreveu-se no plano de cooperação do Pro PALOP-TL ISC com a Assembleia Parlamentar da CPLP com o objetivo de incluir na agenda dessa associação regional a participação

dos demais PALOP-TL na iniciativa OGP. Cabo Verde é o único dos PALOP-TL a pertencer à Parceria Global Orçamento Aberto considerado uma referenciada nos relatórios da Transparência Internacional a nível global, como primeiro entre os países africanos de língua portuguesa; terceiro entre todos os países da África e quinto no contexto geral.

Número de participantes: 4 representantes da Assembleia Nacional de Cabo Verde, dentre os quais o Presidente da Assembleia Nacional – subactividade 15.1.1 com desagregação por sexo na matriz de seguimento.

Fontes de verificação: [Website da Assembleia Nacional](#) | [Website da TCV](#) | [Jornal online Expresso das Ilhas](#)



MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO – COMPONENTE DE GESTÃO DO PROJETO

As atividades 16 a 19 foram desenhadas com o objetivo de apoiar a gestão corrente do projeto (incluindo a fase inicial e os custos administrativos); assegurar a adequada visibilidade das iniciativas e da parceria entre a UE e o PNUD no contexto do projeto, bem como das comunicações com os parceiros do projeto; garantir o seguimento e a avaliação eficientes e tempestivos do projeto.

Atividade Geral 16: Comunicação e Visibilidade

O Plano de Comunicação e Visibilidade constitui o Anexo VI do acordo de contribuição assinado entre a EU e o PNUD. A implementação das atividades de comunicação e visibilidade são da responsabilidade do PNUD, entidade implementadora, e são financiadas pelos montantes indicados no Anexo III do referido acordo – e no próprio plano.

O Plano de Comunicação e Visibilidade tem um orçamento de funcionamento e, além desse orçamento, foram alocadas linhas orçamentais em cada atividade geral para ‘custos de comunicação, visibilidade, audiovisual e impressão’. Esta atividade está detalhada no anexo 3 do presente relatório.

Atividade Geral 17: Fase de arranque do projeto

Durante esta fase inicial e de arranque do projeto, foram realizadas missões de formulação a todos os PALOP-TL e formulados de forma inclusiva os respetivos Planos de Trabalho Anuais para o período 2019-21 (PTA 2019-21), devidamente orçamentados e calendarizados. Com uma abordagem ancorada em resultados e uma formulação de baixo para cima, os PTAs refletem as necessidades reais e efetivas identificadas em cada beneficiário.

Durante esta fase inicial do projeto, a ‘estratégia de saída’ foi finalizada, permitindo a atualização do quadro de resultados/quadro lógico (particularmente as linhas de base dos resultados esperados e indicadores) com base nos resultados recolhidos durante a formulação dos PTA – sem interferir com o orçamento global aprovado. Dessas constatações resultará uma proposta de emenda do projeto e do quadro lógico inicial. As principais **ações realizadas durante a fase inicial** foram, nomeadamente:

- (A17.1) Desenvolvimento de Termos de Referência (TdR) e recrutamento da UGP e/ou todo o pessoal relevante. Esta ação foi realizada com sucesso, não obstante o atraso inicial no estabelecimento da unidade de gestão do projeto.
- (A17.2) Preparação e acordo com todos os intervenientes dos países beneficiários

no calendário de missões. Esta ação foi realizada com sucesso, não obstante o atraso na confirmação de algumas missões de formulação, tendo sido realizadas missões em todos os países beneficiários.

- (A17.3) Formulação e aprovação (pelos Comitês de Coordenação de País) dos planos de trabalho plurianuais dos países que incluem o período de implementação. Esta ação foi realizada com sucesso, embora o comité de coordenação de país não se tenha reunido para aprovação do PTA em Timor-Leste.
- (A17.4) Atualização do plano de seguimento e avaliação do projeto e da estratégia de saída. Esta ação foi realizada com sucesso, embora tenha sido concluída já depois do período previsto para a fase de implementação.
- (A17.5) Atualização e aperfeiçoamento das ‘comunicações e visibilidade’ do projeto. Esta atividade está em curso e tem sido realizada com bastante sucesso.

De forma mais concreta, as ações acima elencadas estão descritas com maior detalhe abaixo.

Fase de arranque e formulação dos planos de trabalho nacionais nos PALOP-TL

PALOP-TL | janeiro a novembro de 2019

O arranque da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC foi marcado, em primeiro lugar, pela apresentação oficial do projeto, por ocasião

da VIII Sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, realizada nos dias 10 e 11 de janeiro corrente. Foi uma apresentação breve na qual o CTP e chefe da unidade de gestão do Projeto apresentou o quadro geral, a estratégia e lógica de intervenção, as atividades, o orçamento geral e a estrutura de gestão do projeto a altos dignatários e



representantes dos parlamentos da CPLP.

Workshops de formulação dos PTAs e primeiros Comitês de Coordenação de País

Entre janeiro e novembro de 2019, foram realizadas missões de formulação dos Planos de Trabalho Anual, PTA, para o período 2019-21 em todos os PALOP e em Timor Leste. Estas missões permitiram organizar sessões de trabalho por via de workshops de planificação com os beneficiários e atores do Projeto em cada país – os Executivos, nomeadamente os Ministérios das Finanças e do Plano, as Instituições Superiores de Controlo, ISC, os Parlamentos e Organizações da Sociedade Civil, OSC – e com os principais parceiros do Projeto, nomeadamente as representações das Delegações da União Europeia, DUE, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, e os Gabinetes dos Serviços do Ordenador Nacional do Fundo Europeu para o Desenvolvimento, GON-FED.

Num período médio de duas semanas, os representantes das instituições beneficiárias foram familiarizados com a abordagem geral do projeto, seguindo-se do processo de planificação, assente numa abordagem de orçamentação com base em resultados, para dar resposta efetiva às necessidades de cada instituição beneficiária, sem perder de vista o escopo da intervenção do Projeto.

As reuniões de trabalho com os beneficiários serviram para desenhar de forma participada as ações do programa para reforço da transparência orçamental por parte do Ministério das Finanças, as ações de controlo externo das despesas públicas por parte das ISC, as ações de fiscalização parlamentar e monitoria social das contas públicas e sistema de gestão das finanças públicas no

país, por parte do Parlamento e das OSC.

Destes workshops resultaram os PTA de todos os beneficiários e de todos os países, cuja implementação tem vindo a ser feita, conforme se poderá verificar ao longo deste relatório.

Quadro geral das missões de formulação:

Missão de Formulação a Timor Leste, Díli | 4 a 15 de novembro de 2019

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Idem](#)

Missão de Formulação a Guiné-Bissau, Bissau | 2 a 15 de setembro de 2019

Fontes de verificação: [PALOP-TL | UE](#) | [Idem](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#)

Missão de Formulação a São Tomé e Príncipe, São Tomé | 24 de abril a 17 de maio 2019

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Link da RTP Africa](#) | [Facebook Ricardo Godinho Gomes](#) | [Facebook Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe](#) | [Idem](#) | [Idem](#)

Missão de Formulação a Moçambique, Maputo | 04 a 22 de março

Fontes de verificação: [Twitter Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#)

Missão de Formulação a Angola, Luanda | de 04 a 25 de fevereiro de 2019

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Twitter Ricardo Godinho Gomes](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [Website das NU em Angola](#) | [Tribunal de contas Angola](#) | [Website da ADRA Angola](#) | [PNUD Angola](#) | [Delegação da União Europeia em Angola](#)

Atividade de Planificação em Cabo Verde, Praia de 10 a 23 de janeiro de 2019

Fontes de verificação: [Vídeo da Sapo Oline](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Sapo online CV](#) | [Website do Tribunal de contas de Cabo Verde](#) | [Documento de Apresentação no portal do Parlamento CV](#) | [Sapo CV](#) | [Twitter Pro PALOP-TL ISC](#) | [RTP Africa](#) | [Rádio Moçambique](#) | [PALOP-TL | UE](#) | [Nações Unidas Cabo Verde](#) | [União europeia Angola](#) | [E&M Moçambique](#) | [Pro PALOP-TL ISC](#) | [ANCV – Canal streaming](#) | [Portal Parlamento da CPLP](#) | [Twitter Pro PALOP-TL ISC](#) | [YouTube PALOP-TL / UE](#)

Planificação estratégica e transversalização da inovação na lógica de intervenção da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC

Cabo Verde, Santiago | 2 a 4 de outubro de 2019

A Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC organizou um retiro com o objetivo de assegurar um plano estratégico, holístico e coerente para a implementação integrada dos PTAs e das Comunidades de Práticas (ações transversais) do projeto. O retiro serviu também para familiarizar a unidade de gestão com todos os documentos orientadores do projeto, assim como para assegurar a transversalização eficaz do género e da inovação nas intervenções esperadas do projeto.

Para o efeito, foi recrutado um especialista em inovação que facilitou algumas das sessões do retiro, apresentando as ideias-chave para a transversalização da inovação na estratégia de intervenção e de implementação dos planos de trabalho anuais. Durante as sessões de trabalhos, os especialistas da unidade de



gestão do projeto fizeram apresentações dos diferentes produtos e trocaram ideias sobre as melhores abordagens, os resultados esperados, as atividades gerais e planos de trabalho do programa que serão desenvolvidos ao longo da sua implementação, procurando identificar de forma inclusiva e partilhada uma direção estratégica.

Número de participantes: 7 membros da UGP (3 homens e 4 mulheres) e um especialista em inovação.

Fontes de verificação: [Facebook Graça Sanches](#) | [Ricardo Godinho Gomes](#) | [Maria Andrade](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Álbum Pro PALOP-TL ISC](#)

Conversas Ao Sul – iniciativa de informação e divulgação do arranque do projeto:

Portugal, Lisboa | 11 julho de 2019

O Conselheiro Técnico Principal e Chefe da Unidade de Gestão do Pro PALOP-TL ISC esteve no programa “Conversas ao Sul” que foi emitido no dia 11 de julho, às 22h30 na RTP-África. O CTP do projeto apresentou o trabalho que vem sendo feito pelo projeto numa iniciativa que visou reforçar a visibilidade da parceria entre a EU e o PNUD no contexto da cooperação PALOP-TL | EU e do reforço da governação económica e democrática nos PALOP e Timor-Leste.

Fontes de verificação: [RTP PLAY Conversas ao Sul](#) | [Facebook Conversas ao Sul](#) | [Idem](#) | [Facebook PALOP-TL | UE](#) | [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Facebook Nações Unidas de Cabo Verde](#) | [Twitter Pro PALOP-TL ISC](#)



Seminário EUROSAI-AFROSAI “Partilha de experiência sobre auditoria dos ODS: uma visão de diferentes regiões”

Portugal, Lisboa | 21 a 22 de novembro de 2019

A convite do Tribunal de Contas de Portugal (TCP), o Pro PALOP-TL ISC participou no Seminário Conjunto EUROSAI-AFROSAI sobre o tema “Partilha de experiência sobre auditoria dos ODS: uma visão de diferentes regiões”, que teve lugar, entre os dias 21 e 22 de novembro de 2019, no Salão Nobre do Tribunal de Contas de Portugal, em Lisboa. Esta foi a primeira iniciativa conjunta, resultante da cooperação dos dois grupos regionais, a EUROSAI e a AFROSAI, e a cooperação do TCP, na qual as Instituições Superiores de Controlo (ISC) partilharam práticas e experiências na área da auditoria, tendo em vista o cumprimento da agenda 2030 da ONU, e contribuir, simultaneamente, para alcançar metas, projetos e/ou tarefas incluídas nos Planos Estratégicos destas organizações regionais relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Pro PALOP-TL ISC foi convidado na qualidade de parceiro e ator relevante nos domínios em discussão. Durante o seminário, o CTP e Chefe da UGP do Pro PALOP-TL ISC participou de uma reunião de alto nível, organizada pelo TCP e em que participaram os altos representantes de todas as ISC da CPLP membros da OSIC | CPLP, a GIZ e a INTOSAI. Na referida reunião foram confirmadas as iniciativas e ações de cooperação entre este bloco regional e o projeto.

Por fim, o CTP e chefe da UGP do projeto participou numa sessão de trabalho com a especialista em Finanças Públicas da DEVCO Susanne Wille, para desenhar o Workshop Regional sobre Diálogo de Políticas Públicas entre os PALOP-TL e a UE no domínio das Finanças Públicas (atividades gerais 5 e 15), organizado em janeiro de 2020, em Luanda, pelo Pro PALOP-TL ISC, sob os auspícios da Assembleia Nacional de Angola.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Idem](#) | [TC Portugal](#) | [Idem](#) | [Idem](#)



INTERPARES – Apresentação dos Principais resultados do Pro PALOP-TL ISC

Bélgica, Bruxelas | 11 a 12 de julho de 2019

A convite da União Europeia (DEVCO), o Pro PALOP-TL ISC participou, entre 11 e 12 de julho de 2019, em Bruxelas, na conferência de lançamento do projeto global da EU para reforço parlamentar INTERPARES. O Pro PALOP-TL ISC foi convidado enquanto um dos atores importantes financiado pela UE e com relevantes realizações no domínio do reforço parlamentar por via da cooperação sul-sul e triangular. Durante o lançamento, o gestor do Pro PALOP-TL ISC apresentou o impacto da primeira fase e a teoria de mudança do projeto, tendo ainda sido convidado a participar nas fases seguintes da operacionalização do Portal Parlamentar Global AGORA – portal onde se encontra o website e a plataforma eLearning do Pro PALOP-TL ISC. Nesse contexto, o INTERPARES e o Pro PALOP-TL ISC estabeleceram uma importante parceria de cofinanciamento da operacionalização do portal AGORA.

Fontes de verificação: [Facebook Pro PALOP-TL ISC](#) | [Idem](#) | [Facebook PALOP-TL](#) | [UE](#) | [Facebook INTERPARES](#)



Reunião dos Ordenadores Nacionais do FED (RON-FED) – apresentação e assinatura Oficial do Pro PALOP-TL ISC

Maputo, Moçambique | 8 de março de 2019

No contexto da RON entre os PALOP-TL e a EU, realizada em março de 2019 em Maputo, foi realizada uma cerimónia oficial de assinatura do Acordo de Contribuição entre a Delegação da União Europeia (UE) de Moçambique e o Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de Cabo Verde.

Fontes de verificação: [Projeto FASE II/ Bruxelas/Acordo Contribuição](#)

Atividade Geral 18: Gestão e custos do projeto

Tal como previsto na secção sobre a Gestão de projetos e os custos administrativos do projeto, Anexo I (Descrição da Ação), a implementação desta atividade geral tem sido feita de forma a assegurar a execução quotidiana do projeto, incluindo a garantia de qualidade e apoio ao projeto, em todos os países beneficiários. Tais ações operacionais e de gestão necessárias à execução do projeto permitiram, entre outros:

- (A18.1) Garantir o início operacional do projeto;
- (A18.2) Configurar as ferramentas e diretrizes administrativas e financeiras do projeto;
- (A18.3) Assegurar a realização das atividades diárias de gestão do projeto;
- (A18.4) Prestar apoio a nível nacional e garantir a implementação do calendário de missões;
- (A18.5) Organização de Comités de Pilotagem (física ou virtualmente) – ainda não foi possível formalmente organizar o comité de pilotagem.

Estas atividades foram realizadas e permitiram assegurar a gestão eficiente do projeto, a garantia de qualidade e o apoio às operações. Os recursos humanos específicos de apoio a essas atividades foram inscritos no orçamento do projeto e descritos na no Anexo I do Acordo de Contribuição, na rubrica dos **custos administrativos do projeto**.

Recrutamento e constituição da Unidade de gestão e especialistas do projeto

Praia, Cabo Verde | janeiro a junho de 2019

A Unidade de Gestão do Projeto (UGP) é uma pequena equipa de especialistas, flexível e dedicada à administração, gestão e apoio quotidiano para a execução das atividades do Projeto nos diferentes países beneficiários. Baseada na Cidade da Praia, Cabo Verde, a equipa é apoiada por experts e técnicos para implementação das atividades a realizar nos outros países beneficiários. A equipa inclui especialistas nos diferentes domínios específicos do Projeto e pessoal familiarizado com os procedimentos do PNUD, relativos a recrutamento, a aquisição e a modalidades de execução do Projeto.

A referida equipa é liderada pelo Conselheiro Técnico Principal e Chefe da UGP, apoiado por especialistas nos diferentes domínios do projeto, por um assistente financeiro e administrativo e uma oficial de comunicações e visibilidade.

Entre janeiro e julho de 2019, com o apoio dos escritórios do PNUD em Cabo Verde, conforme previsto no Anexo I do Acordo de Contribuição, foram realizadas as principais ações para o recrutamento dos membros staff da UGP constantes na Ficha Técnica e com informações em detalhe sobre o perfil²⁸ no *website* do Projeto.

Estes recursos humanos formam a UGP que está baseada no escritório do PNUD em

²⁸ <https://www.agora-parl.org/pt/pro-palop-tl-sai/ca-bo-verde>



Cabo Verde e inclui:

- **Conselheiro Técnico Principal (CTP):** chefia a UGP e supervisiona todas as atividades do projeto em todos os países beneficiários (PALOP-TL). Staff internacional de projeto com 100% do seu tempo dedicado ao projeto.
- **Especialista em fiscalização e abertura legislativa:** presta aconselhamento ao CTP e apoio especializado aos parlamentos no domínio do reforço parlamentar e do controlo legislativo, com foco na fiscalização orçamental, mas também no que diz respeito à abertura parlamentar, em todos os países beneficiários. Staff internacional de projeto com 100% do seu tempo dedicado ao projeto.
- **Conselheira Nacional Sénior para o controlo externo do SGFP e transparência orçamental:** fornece aconselhamento especializado e apoio

especializado ao CTP no que respeita aos três resultados esperados do projeto, em particular ao resultado 1, relativo à transparência orçamental, e ao resultado 2, que incide sobre o controlo externo do SGFP pela ISC, apoia ainda o GP no seguimento da implementação do projeto em todos os países beneficiários. Pessoal de projeto com 100% do seu tempo dedicado ao projeto.

- **Oficial Nacional para as comunicações e visibilidade:** fornece aconselhamento ao CTP e apoio especializado para a integração dos requisitos de comunicação e visibilidade em todas as atividades do projeto, contribuindo para a implementação efetiva e eficiente do plano de comunicações e visibilidade. Pessoal de projeto com 100% do seu tempo dedicado ao projeto.
- **Oficial Nacional para seguimento e avaliação:** fornece aconselhamento ao

CTP e apoio especializado para garantir a implementação eficaz e eficiente (incluindo revisão e atualização) do plano de seguimento e avaliação. Pessoal de projeto com 100% do seu tempo dedicado ao projeto (baseado no escritório do PNUD em Moçambique).

- **Especialista em género e empoderamento da mulher:** esta especialista deveria inicialmente ser uma consultora com um acordo de longa duração para simultaneamente assegurar a capacitação dos atores em OSG e escrutínio das despesas públicas com enfoque no género, a transversalização do género nos 3 resultados esperados do projeto, o reporte e publicações de relatórios, handbooks e artigos especializados. Não foi possível conseguir num só perfil todas as valências e esta posição foi redesenhada por forma a: (i) recrutar uma especialista formação e liderança para o empoderamento da

mulher e a orçamentação sensível ao género; e (ii) uma consultoria de longo prazo para pesquisa, transversalização, reporte e publicações sobre o trabalho de transversalização de género do projeto e, adicionalmente, apoio às iniciativas de desenvolvimento de capacidades e treinos realizados no contexto do projeto.

- **Assistente Administrativo e Financeiro:** responsável pelas atividades de gestão administrativa e financeira relacionadas com o programa e apoia a implementação do projeto em todos os países beneficiários. Pessoal de projeto com 100% do seu tempo dedicado ao projeto.

- **Motorista:** fornece serviços de transporte para a equipa do projeto em Cabo Verde e dedicará 100% do seu tempo a este projeto.

Para além das posições descritas, para a realização das diferentes atividades a nível nacional e transversal, foram recrutadas as seguintes consultorias:

“PALOP-TL CSO online budget platform – Senior Economist (Team Leader)”

“Individual Consultant - PALOP-TL CSO online budget platform – IT Programmer”

Atividade Geral 19: Plano de Seguimento & Avaliação

O **seguimento** corrente, técnico e financeiro, **da implementação** do projeto tem sido um processo contínuo que integra as responsabilidades da entidade implementadora, ou seja, do PNUD. Para este fim, a UGP estabeleceu um sistema interno de seguimento técnico e financeiro permanente das ações (ver matriz de seguimento no Anexo 2), para além da elaboração dos relatórios periódicos de progresso e o relatório final previstos nas disposições contratuais (Anexos I e II).

A UGP, com apoio dos escritórios do PNUD e parceiros de implementação nos diferentes países beneficiários, tem vindo a documentar o progresso nas linhas de base para cada indicador do projeto. Neste contexto, em concertação com a DUE de Moçambique, por forma a melhorar a mensurabilidade dos indicadores e metas do projeto, foi decidida uma revisão do quadro lógico para racionalização dos indicadores de impacto (objetivo geral), outcome (objetivo específico) e output (resultado esperado) que será objeto de uma emenda ao contrato.

A UGP deve facilitar a organização dos Comités de Coordenação de País e do Comité de Pilotagem. Os primeiros instrumentos de seguimento foram realizados em todos os países, exceto em Timor-Leste, mas o segundo instrumento, o Comité de Pilotagem, ainda não foi realizado.

No entanto, deve ser realçado a dificuldade em assegurar a realização atempada e regular destes dois tipos de instrumentos, a saber:

- Reuniões semestrais de Coordenação de País e reuniões anuais do Comité de Pilotagem (físicas ou virtuais) para informar sobre o progresso da implementação do projeto e aprovar os resultados da avaliação intermédia. Apenas foram realizadas as primeiras para aprovação dos PTAs – e em Timor-Leste não foi possível realizar o CCP.
- Missões de seguimento trimestrais levadas a cabo pela UGP em cada país beneficiário. Ainda não foi necessário realizar estas missões de forma regular.
- Plano de avaliação a meio percurso do projeto, que é um exercício limitado e independente para medir resultados e gestão, já está disponível. A avaliação de meio-percurso deverá ser realizada a meio de 2020.

O plano de seguimento (Anexo 4) foi atualizado e melhorado durante a fase inicial. O objetivo principal do seguimento do projeto é aprender lições e incorporá-las para a melhoria dos projetos atuais e/ou futuros. Todas as atividades do projeto estão a ser acompanhadas de perto pela UGP com o apoio das representações do PNUD nos PALOP e em Timor-Leste.

GESTÃO DE RISCOS: OS DESAFIOS ENCONTRADOS E AS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

O PNUD, enquanto executor do projeto, é responsável pela gestão dos riscos, pelo que se encontra sujeito ao Programa de Políticas e Procedimentos de Operações do PNUD, no seio do qual foi desenvolvida uma Matriz de Risco (Anexo 9) para assegurar o devido seguimento e gestão, nos termos da qual as seguintes disposições são aplicadas à gestão dos riscos. Essa matriz resume-se abaixo:

Riscos	Nível de risco (A/ M / B)	Medidas de mitigação
Degradação da situação política em alguns países beneficiários, com impacto na estabilidade política.	M	Este risco manteve-se médio, considerando que a Guiné-Bissau e Timor-Leste experimentaram uma degradação da situação política. No entanto, medidas de mitigação tiveram impacto positivo na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, permitindo uma boa taxa de realização dos planos de atividades. Em Timor-Leste, não foi possível ter o mesmo sucesso devido ao presente contexto político e institucional. As medidas de mitigação mantêm-se: consolidar as plataformas regionais existentes e compensar os atrasos em alguns países, desenvolvendo outras atividades abertas a atores individuais dos países afetados.
Falta de disposição dos governos para fornecer dados sobre a execução orçamental ou outros dados relevantes.	B	Este risco passou a ser baixo, em resultado das constatações realizadas durante as missões de formulação dos planos de trabalho anuais. Todos os países beneficiários continuam a desenvolver esforços consideráveis de transparência orçamental e de melhoria da prestação de contas. A medida de mitigação mantém-se: diálogo que traga dados analíticos sólidos sobre os benefícios da transparência em documentos orçamentais entre a UE (outros países doadores) e cada PALOP-TL, no âmbito de conselhos e grupos de trabalho de apoio orçamental direto, pressão de pares com vista à transparência orçamental, especialmente naqueles países que recebem apoio orçamental da UE.
Falta de capacidade dos beneficiários para se envolverem, acompanharem e partilharem os resultados das atividades do projeto.	A	Este risco verificou-se, no entanto mais ao nível da disponibilidade dos beneficiários para envolverem-se nas atividades do projeto. Por razões diferentes e devidamente catalogadas, o risco manifestou-se em Angola (Ministério das Finanças), em Cabo Verde (Parlamento e OSC), Moçambique (Parlamento), Timor-Leste (todos os beneficiários). Assim sendo, manteve-se o nível do risco e as medidas de mitigação, a saber: forte componente de assistência técnica, para apoiar a elaboração participativa de PTA pelos beneficiários, permitindo respostas efetivas à procura e necessidades concretas através de planeamento e dotações orçamentais eficientes, tanto a nível nacional como multinacional. Assegurar que os Comités de Coordenação de País do Projeto reúnam e acompanhem a implementação das atividades a nível nacional.

Riscos	Nível de risco (A/ M / B)	Medidas de mitigação
Instabilidade do governo ou mudança na sua composição pode alterar as prioridades políticas.	M	Este risco manifestou-se na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, contudo as medidas usadas de mitigação permitiram realizar as atividades e ter uma boa taxa de execução. As medidas de mitigação mantiveram-se, mas houve uma subida do nível para médio, continuando as mesmas a ser: a fase de formulação e a fase inicial do projeto permitirão reconfirmar a conformidade com as prioridades nacionais respetivas.
Diferentes níveis de capacidade das partes intervenientes dos diferentes países que participam das atividades do projeto.	B	Este risco não representa qualquer ameaça para a realização das atividades.
PRESSUPOSTOS		
<p>O principal pressuposto é o de que o clima político nos países PALOP-TL permanece estável sem sérios problemas de segurança e que há estabilidade, continuidade de políticas e instituições beneficiárias nos países PALOP-TL.</p> <p>Através de intervenções anteriores, a UE já apoiou a participação da sociedade civil na monitoria do orçamento e isto foi percecionado como uma fonte de risco, em termos da segurança ou capacidade das OSC para desempenhar esse papel sem o assédio das autoridades. Presume-se, portanto, que o mesmo clima de transparência continuará a vigorar nos países PALOP-TL.</p>		

No contexto do presente relatório, importa realçar que foram identificados na formulação do projeto alguns **pressupostos** e estabelecidas premissas claras na ToC para que a transformação e o objetivo geral pudessem ser alcançados.

Na medida em que se espera que a intervenção contribua para o reforço das capacidades e práticas de prestação de contas, eficácia e transparência dos atores intervenientes da GFP nos PALOP-TL (objetivos específicos), devem observar-se os seguintes pressupostos:

- Utilização oportuna e efetiva dos produtos pelos beneficiários.
- Implementação progressiva dos planos de trabalho e quadros de referência acordados de acordo com o cronograma planeado.

A este propósito, como já referido na matriz de riscos acima e não obstante os pressupostos

acima elencados referirem-se ao objetivo específico do projeto (outcome), cuja transformação não depende diretamente do projeto e espera-se nos médio e longo prazos, importa, contudo, realçar os desafios abaixo destacados que, nos médio e longo prazos, poderão ter um impacto negativo nos pressupostos acima referidos:

- Ao longo de 2018, intervalo entre o fecho da primeira e o arranque da segunda fase do Pro PALOP-TL ISC, os ganhos e avanços registados na primeira foram capitalizados em intervenções realizadas por outros atores e parceiros. Dessa realidade resultou a necessidade de, em determinados contextos nacionais e institucionais, como por exemplo em Moçambique e Timor-Leste, reavaliar a lógica de intervenção.
- 2019 ter sido marcado por processos eleitorais (Moçambique) e instabilidade política (Guiné-Bissau e Timor-Leste) o que teve um impacto considerável na planificação dos planos de trabalho e arranque das atividades, logo, na entrega e subsequente utilização efetiva dos produtos pelos beneficiários.
- Em 2019 foram registadas mudanças nas lideranças das ISC de Angola, Cabo Verde e Moçambique que levaram a algum atraso no arranque e demora na apropriação dos planos de trabalho, resultando em algum atraso na utilização efetiva dos produtos.
- O arranque de 2020 estar a ser marcado pela pandemia do COVID-19 que está a impor desafios nunca antes enfrentados pelos Estados, a nível global. O impacto da pandemia em todo o mundo, portanto, também nos países beneficiários, faz-se sentir na implementação dos planos de trabalho previstos para 2019 e na formulação dos planos para 2020.

Espera-se que a intervenção seja diretamente responsável pela/o (resultado esperado 1) melhoria das capacidades dos executivos dos PALOP-TL para garantir transparência fiscal e orçamental; (resultado esperado 2) reforço das capacidades das ISC e de outras instituições externas de controlo relevantes no PALOP-TL para assegurar a auditoria externa/controlo do SGFP; (resultado esperado 3) reforço dos parlamentos e OSC dos PALOP-TL para assegurar a fiscalização parlamentar e monitoria social do SGFP, pelo que os seguintes pressupostos foram tidos em consideração:

- Participação do pessoal formado pela ação participa nas respetivas reformas e aplicação das suas novas competências e conhecimentos/resultados.
- Existência de financiamento suficiente e prestação de apoio, por pessoal capacitado, aos sistemas de informação e a outros sistemas físicos.
- Regulamentação que permita a promulgação do novo orçamento sensível às questões de género, metodologia de supervisão, manuais de auditoria e outros novos produtos de controlo e supervisão externos da GFP.

Embora ainda seja muito cedo, pode dizer-se que os pressupostos acima elencados estão a confirmar-se.

O principal pressuposto foi de que o clima político nos países PALOP-TL permaneça estável, sem sérios problemas de segurança e que haja estabilidade, a nível de continuidade de

políticas e instituições beneficiárias nos PALOP-TL. Na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe e Timor-Leste atravessaram e continuam a atravessar crises político-constitucionais e eleitorais que merecem um seguimento próximo por parte do executivo do projeto.

Por fim, como já referido acima, o evento inesperado da pandemia COVID-19 representa um risco elevado com impacto global e nos PALOP-TL. Os estados de emergência nacional declarados e as medidas de confinamento e distanciamento social adotadas em todos os países PALOP-TL, torna evidente a necessidade de identificar medidas de mitigação que permitam avançar na implementação do projeto, no curto-prazo no atual contexto global marcado pelo COVID-19.

Dada a situação sem precedentes criada pelo COVID-19, o Escritório Regional do PNUD para a África decidiu aumentar rapidamente sua resposta e apoiar os países da África a permanecerem à frente da curva como primeira prioridade ou a aplainá-la na pior das hipóteses. O objetivo é obter rapidamente um impacto maciço, apoiando a resposta imediata no nível do país com uma injeção de recursos. A abordagem é testar em toda a ampla gama de intervenções priorizadas em nível corporativo (como compras e sistemas de saúde pública; preparação do setor público a médio prazo; uso de redes para curar soluções inovadoras e financiamento) em uma região cuja transmissão do COVID 19 está apenas crescendo. As medidas indicadas no ponto referente à estratégia do projeto foram identificadas como medidas de mitigação deste risco não antecipado e incluem:

- **Executivo, em particular, Ministérios das Finanças** (DGOs – Direção Geral de Orçamento - e IGFs - Inspeção Geral das Finanças): facilitar e disponibilizar apoio técnico para abordar conjuntamente e com uma abordagem comum as iniciativas para mitigar o impacto do COVID-19 nas economias dos PALOP-TL, entre outros, através da consolidação da governação económica e da Gestão das Finanças Públicas.
- **Instituições Superiores de Controlo** e outras Instituições Independentes de Controlo Externo: facilitar e disponibilizar apoio técnico para abordar em conjunto e com uma abordagem comum as iniciativas para garantir controle independente e a auditoria ao uso de recursos públicos e contribuições dos parceiros de desenvolvimento utilizados pelo executivo para combater a pandemia do COVID-19 e seus impactos.
- **Parlamentos e OSC**: facilitar e disponibilizar apoio técnico para abordar de maneira conjunta e com uma abordagem comum as iniciativas para escrutinar e garantir o escrutínio e a supervisão legislativa, bem como o monitoramento social, do uso dos recursos públicos e das contribuições dos doadores usados pelo executivo para combater a pandemia do COVID-19 e seu impacto.

Para além destas ações, como forma de fazer face à redução brutal do ritmo de implementação das atividades nacionais, a unidade de gestão do projeto está a acelerar a criação de novos cursos eLearning a e promover o uso alargado dos cursos eLearning já existentes em ambiente controlado de aprendizagem à distância. Por outro lado, este período vai ser usado para a edição dos produtos das duas fases do projeto e sua partilha online com os beneficiários e parceiros.

QUESTÕES TRANSVERSAIS

Igualdade de Género e abordagem baseada em direitos

O projeto tem seguido as recomendações e metas das políticas nacionais e da UE, incluindo o ‘Manual da UE para a Integração da Igualdade de Género na Cooperação para o Desenvolvimento’ da CE, mas também a promoção da igualdade de género e direitos humanos em todos os seus componentes, como os Planos de Ação de Género (PAG) da UE e o ‘Plano Estratégico da CPLP para a Igualdade e o Empoderamento das Mulheres’.

Nesse sentido, o projeto tem integrado uma abordagem de género em todos os seus componentes, fortalecendo as capacidades dos atores da GFP para defender e aplicar abordagens orçamentais sensíveis ao género, promover o controlo externo, a fiscalização parlamentar e monitoria social dos recursos públicos efetivamente alocados e eficientemente implementados para promover as políticas e metas nacionais de igualdade de género.

No que diz respeito aos direitos humanos e à Abordagem Baseada em Direitos (RBA), a ação tem tido como alvo específico o reforço da liderança e participação de mulheres e jovens no SGFP. Além disso, o projeto tem conseguido aplicar uma RBA com foco no aumento da participação de detentores/as de direitos, especialmente mulheres e jovens, e no acesso ao processo de tomada de decisão, transparência, responsabilização e acesso à informação no setor. A participação de profissionais do género feminino tem sido promovida em todos os contextos de capacitação.

Boa Governança

As ações do projeto têm contribuído para reforçar o SGFP e tornar os papéis, responsabilidades, procedimentos e relatórios mais transparentes nos PALOP-TL. O reforço das capacidades institucionais das ISC, parlamentos e OSC que o projeto tem levado a cabo, embora ainda seja cedo para fazer um balanço, parece estar claramente ligado ao aumento da responsabilização dos governos e da transparência da despesa pública.

Inovação

Embora não tenha sido uma questão transversal inicialmente identificada, a implementação do projeto fez emergir a inovação como uma importante questão transversal. Para o efeito, foi realizada uma análise do potencial de transversalização da inovação nos produtos e metodologias do projeto.



SECÇÃO III EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O custo total do projeto está estimado em 8,919,856 USD, conforme estabelecido no Anexo III, o Orçamento do projeto. A contribuição da UE totaliza um máximo de 7.750.000,00 EUR, estimados em 8,813,300 USD.

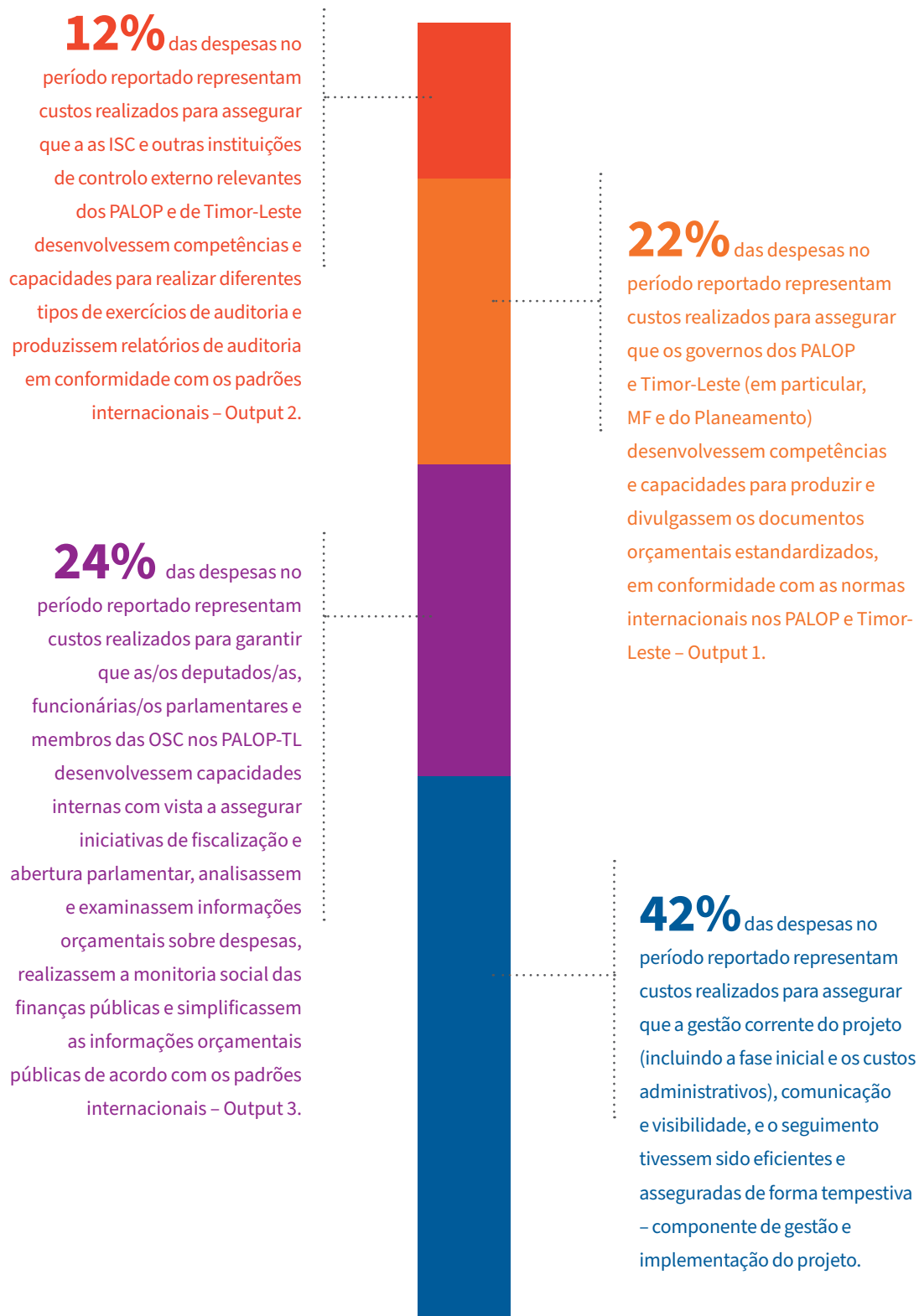
A execução orçamental para o período reportado foi de 1,480,595 USD de despesa realizada. Contudo, tendo em consideração as obrigações contratuais, devem ser

considerados ainda 1,127,133 USD de despesa contratualizada, passando assim o total da execução orçamental para o período reportado a ser de 2,607,728 USD (87% de execução orçamental para o Ano 1).

Esta despesa pode ser desagregada em três dimensões, nomeadamente as despesas por outputs, as despesas por atividades gerais e as despesas por linhas orçamentais.

DESPESA POR OUTPUTS

Conforme demonstrado na **Tabela 1**, as **despesas por output** foram distribuídas de forma equitativa:



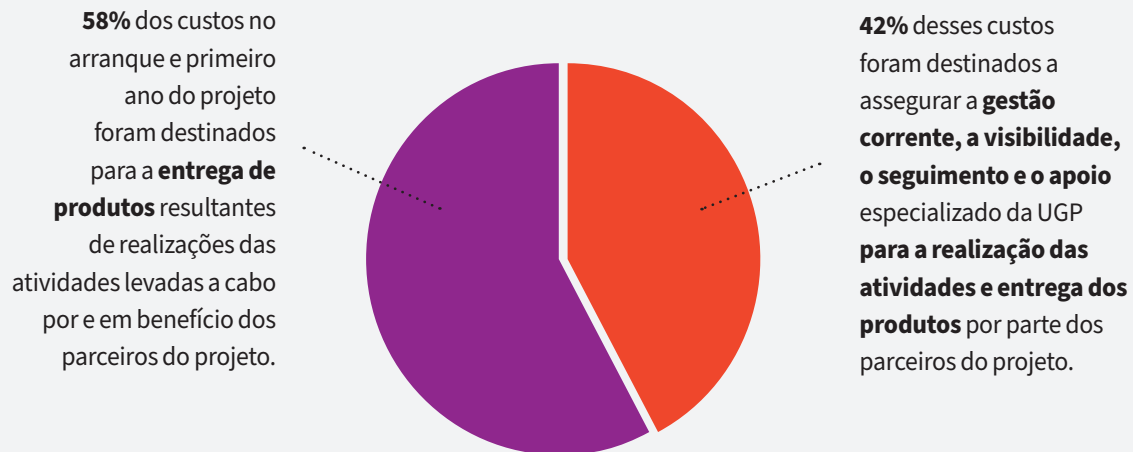
12% das despesas no período reportado representam custos realizados para assegurar que as ISC e outras instituições de controlo externo relevantes dos PALOP e de Timor-Leste desenvolvessem competências e capacidades para realizar diferentes tipos de exercícios de auditoria e produzissem relatórios de auditoria em conformidade com os padrões internacionais – Output 2.

24% das despesas no período reportado representam custos realizados para garantir que as/os deputadas/as, funcionárias/os parlamentares e membros das OSC nos PALOP-TL desenvolvessem capacidades internas com vista a assegurar iniciativas de fiscalização e abertura parlamentar, analisassem e examinassem informações orçamentais sobre despesas, realizassem a monitoria social das finanças públicas e simplificassem as informações orçamentais públicas de acordo com os padrões internacionais – Output 3.

22% das despesas no período reportado representam custos realizados para assegurar que os governos dos PALOP e Timor-Leste (em particular, MF e do Planeamento) desenvolvessem competências e capacidades para produzir e divulgassem os documentos orçamentais standardizados, em conformidade com as normas internacionais nos PALOP e Timor-Leste – Output 1.

42% das despesas no período reportado representam custos realizados para assegurar que a gestão corrente do projeto (incluindo a fase inicial e os custos administrativos), comunicação e visibilidade, e o seguimento tivessem sido eficientes e asseguradas de forma tempestiva – componente de gestão e implementação do projeto.

Da análise cuidada da distribuição dos custos no período reportado, considerando o reporte narrativo das atividades e os riscos e dificuldades elencados, infere-se que:



Foi necessário um enorme esforço da UGP para assegurar um arranque homogêneo dos três outputs. Contudo, não se pode negar a execução financeira dos outputs tomados individualmente está bastante abaixo da execução financeira da **componente** de gestão e custos do projeto. Esse desequilíbrio deve ser avaliado no contexto dos elementos realçados na secção sobre os riscos e dificuldades encontradas.

Portanto, a UGP deparou-se com desafios para o engajamento inicial dos beneficiários nas atividades do projeto. Por razões diferentes e devidamente catalogadas, essa limitação manifestou-se em Angola (Ministério das Finanças)²⁹, em Cabo Verde (Parlamento)³⁰, Moçambique (Parlamento)³¹, Timor-Leste (todos os beneficiários)³². Estes desafios iniciais estão a ser devidamente ultrapassados em todos esses países com medidas de mitigação focadas no incremento da coordenação entre os parceiros, recorrendo ao apoio das DUEs

29 O Ministério das Finanças de Angola não foi uma instituição beneficiária principal do Pro PALOP-TL ISC na primeira fase do projeto, não existindo por isso uma relação institucional forte com o projeto. Essa relação está a ser construída, o que leva tempo.

30 A Assembleia Nacional de Cabo Verde teve uma mudança radical no seu regimento de funcionamento, passando a ter duas sessões parlamentares por mês. Essa mudança teve como consequência um aumento substancial da carga laboral dos deputados e menos tempo para envolverem-se na formulação das atividades do projeto. Tendo em conta a importância da inclusividade e apropriação das atividades na metodologia do projeto, esta situação teve algum impacto no ritmo de implementação.

31 Por um lado, as Eleições Gerais em Moçambique a 15 de outubro de 2019 tiveram um forte impacto na disponibilidade dos parlamentares para formular e implementar o Ano 1 do projeto. Por outro lado, no contexto de início da legislatura que se verificou no primeiro trimestre de 2020, surgiram desafios de coordenação entre os parceiros de desenvolvimento que apoiam o parlamento e que teve algum impacto na implementação do projeto para o Ano 1.

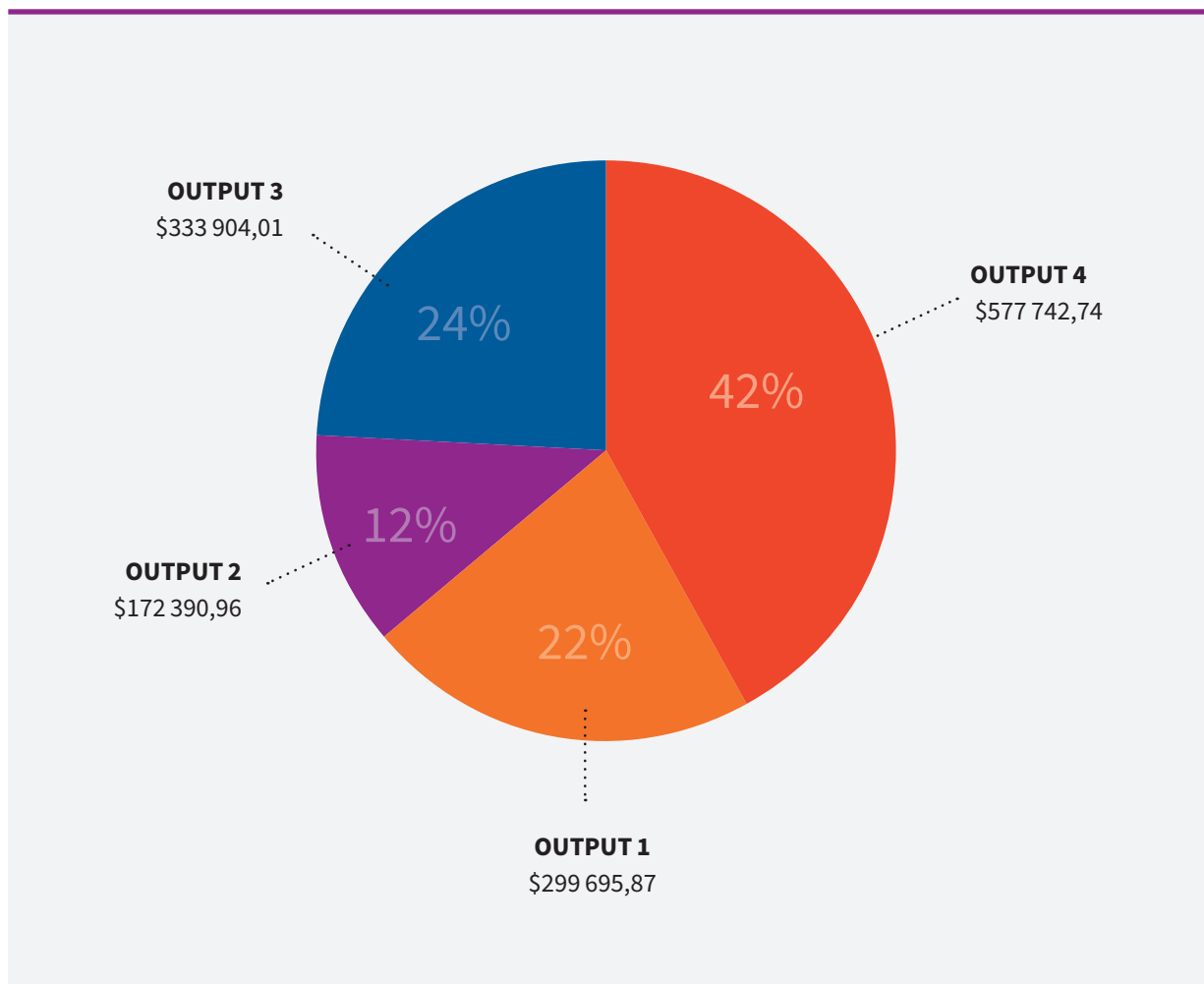
32 Os atores estatais e não estatais do Sistema de Gestão das Finanças Públicas beneficiam de fortes apoios de outros projetos e atores, tornando o espaço de intervenção do Pro PALOP-TL ISC mais limitado. Esse é o caso particularmente para a Camara de Contas e para o Ministério das Finanças.

e SONS, assim como reforçando a presença e apoio da UGP aos beneficiários do projeto nesses países.

O segundo output que reforça as capacidades e a independência do controlo externo e auditorias teve uma execução financeira consideravelmente abaixo daquela referente aos demais outputs que deve ser avaliada no contexto dos riscos dos elementos realçadas na SECÇÃO sobre os riscos e dificuldades encontradas. Esta execução financeira mais baixa encontra justificação na SECÇÃO sobre os riscos e dificuldades encontradas.

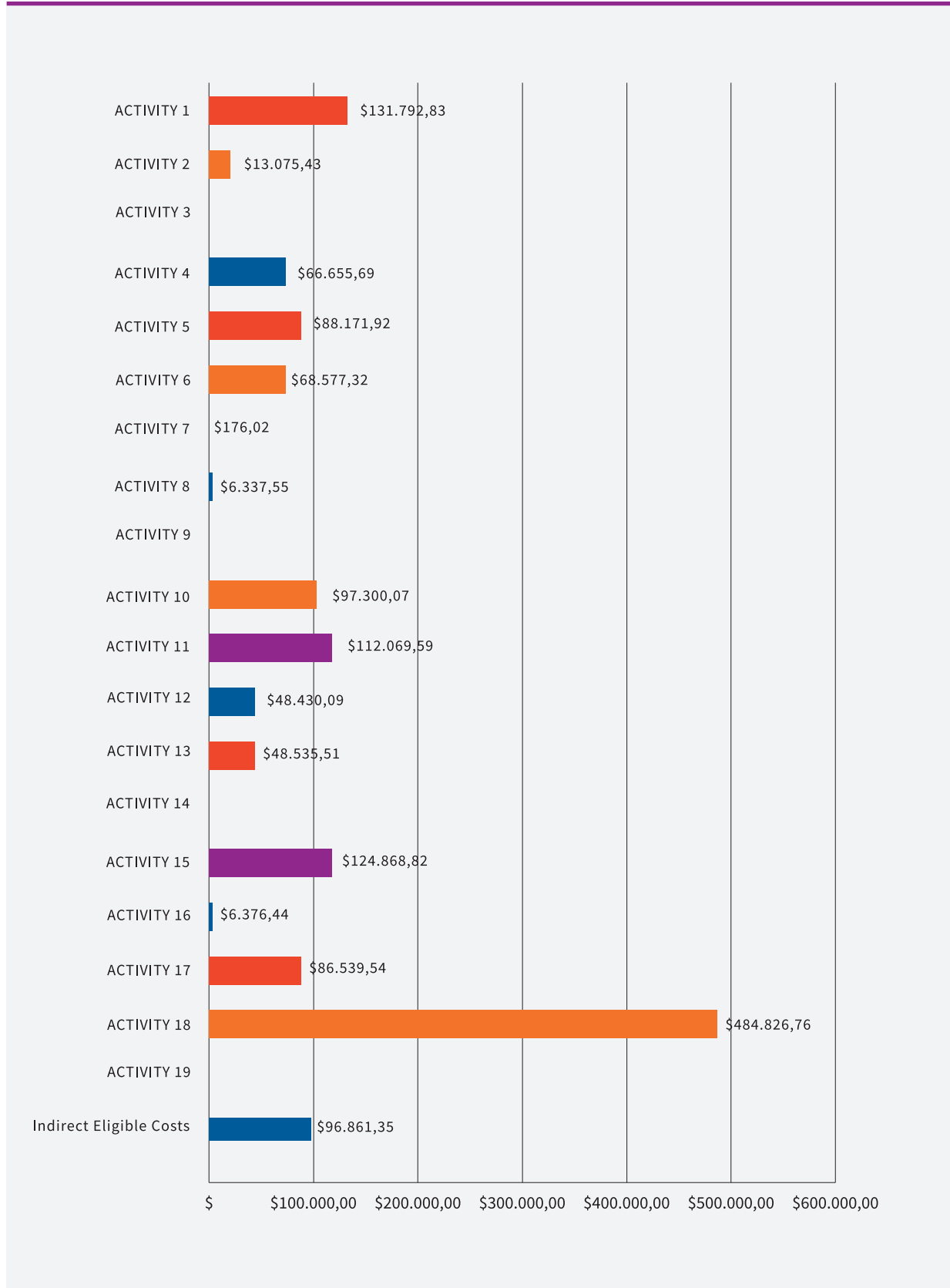
Em 2019 foram registadas mudanças nas lideranças das ISC de Angola, Cabo Verde e Moçambique que levaram a algum atraso no arranque e demora na apropriação dos planos de trabalho, resultando em algum atraso na utilização efetiva dos produtos. 2019 foi marcado por processos eleitorais (Moçambique) e instabilidade política (Guiné-Bissau e Timor-Leste) o que teve um impacto considerável na planificação dos planos de trabalho e arranque das atividades, logo, na entrega e subsequente utilização efetiva dos produtos pelos beneficiários.

TABELA 1: DESPESAS POR OUTPUT

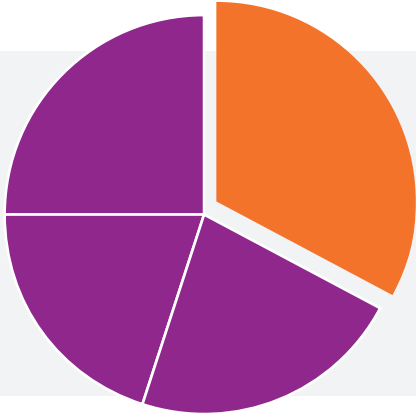


DESPESA POR ATIVIDADES GERAIS

TABELA 2: DESPESAS POR ATIVIDADE



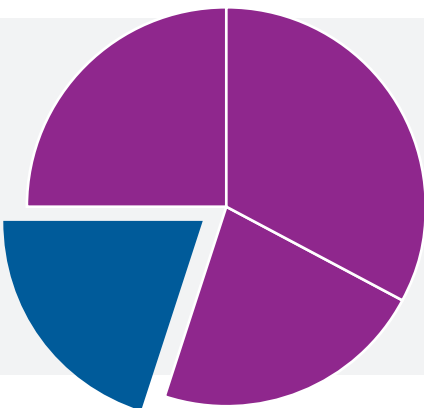
Conforme demonstrado na **Tabela 2**, as **despesas** estiveram mais concentradas nas seguintes atividades:



33% das despesas no período reportado representam custos realizados para assegurar que a gestão corrente do projeto (incluindo a fase inicial e os custos administrativos) e o apoio especializado da UGP para a realização das atividades e entrega dos produtos por parte dos parceiros do projeto – Atividade Geral 18.



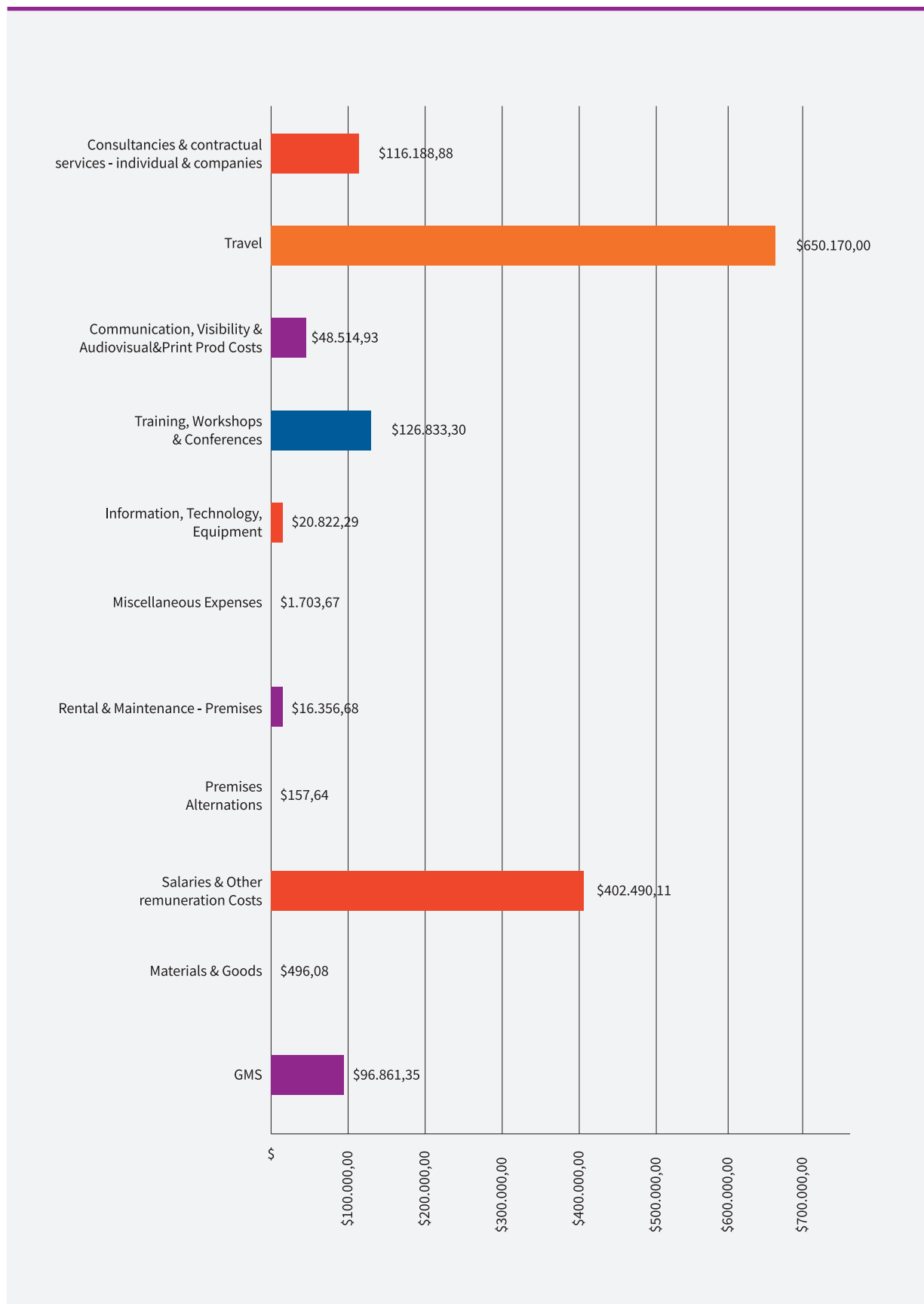
22% das despesas no período reportado representam custos realizados para promover o desenvolvimento de capacidades institucionais e de aptidões humanas nos 3 outputs, privilegiando a cooperação sul-sul e triangular a nível institucional como principal instrumento de desenvolvimento das referidas capacidades e aptidões – Atividades Gerais 1, 6 e 11.



20% das despesas no período reportado representam custos realizados para promover trocas de experiências e aprendizagem entre pares num contexto de cooperação sul-sul e triangular e por via de Comunidades de Práticas – Atividades Gerais 5, 10 e 15.

DESPESA POR LINHAS ORÇAMENTAIS

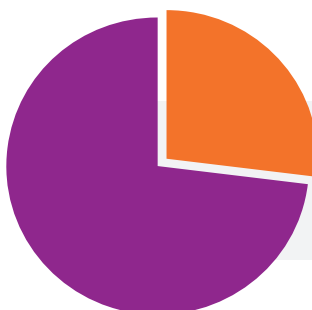
TABELA 3: DESPESAS POR LINHAS ORÇAMENTAIS



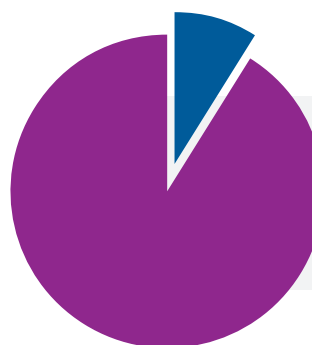
Conforme demonstrado na **Tabela 3**, as **despesas** estiveram mais concentradas nas seguintes linhas orçamentais:



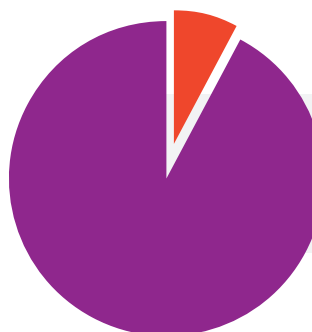
44% das despesas no período reportado representam custos realizados com viagens – tanto na fase de arranque (desenvolvimento dos PTAs em todos os países beneficiários), como para a realização das CdP e iniciativas de cooperação sul-sul e triangular para desenvolvimento de capacidades institucionais e de aptidões humanas.



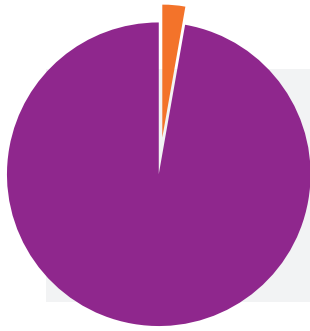
27% das despesas no período reportado representam custos realizados com salários e remuneração do pessoal do projeto.



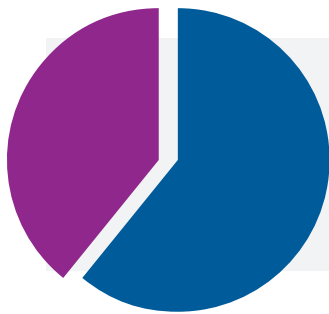
9% das despesas no período reportado representam custos realizados com a organização logística de workshops, formações e seminários.



8% das despesas no período reportado representam custos realizados com consultorias e contratos de serviços.



3% das despesas no período reportado representam custos realizados em comunicação e visibilidade – esses custos acrescem à despesa realizada no contexto da atividade 16 (Visibilidade e Comunicação).



61% das despesas no período reportado representam custos com viagens, formações e seminários e consultorias realizadas nos países beneficiários, pelos e para os beneficiários do projeto.



34% das despesas do período reportado representam custos de escritório, gestão do projeto e custos indiretos elegíveis do PNUD.

Em jeito de conclusão, embora ainda seja prematuro no ciclo de vida do projeto, pode aferir-se que houve uma importante economia de escala conseguida pela gestão do projeto. Esse pressuposto resulta da leitura cruzada da matriz de seguimento dos resultados, indicadores e metas (Anexo 2), da execução física (ações realizadas) e da execução financeira do projeto para o período reportado.



SECÇÃO IV

ATIVIDADES EM CURSO/ PLANEADAS & PTAS 2020

O presente relatório interino anual de progresso cobre um período de implementação que terminou a 29 de fevereiro de 2020. A estratégia da UGP para a formulação dos Planos de Trabalho Anuais havia sido de formular os planos do ano seguinte ao longo do último trimestre do ano em curso – podendo ainda o exercício ser finalizado no primeiro trimestre do ano vigente.

Em fevereiro de 2020, três países beneficiários já tinham os seus planos para 2020 finalizados e aprovados – faltando completar os exercícios para Timor-Leste, Moçambique e, parcialmente, para Angola (Anexo 10). A missão de formulação do PTA 2020 para Moçambique estava prevista para março do corrente ano, a versão preliminar do plano para Timor-Leste estava a ser finalizada e o plano de Angola teria de ser finalizado antes do final de março.

A 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia COVID-19 e, em consequência, já no dia 3 do mesmo mês, haviam sido instauradas restrições a viagens e realização de atividades com agrupamento de pessoas pela sede regional do PNUD. Essa

informação foi imediatamente passada para a Delegação da União Europeia em Moçambique e os beneficiários do projeto foram subsequentemente informados que as atividades que implicassem viagens e ajuntamento de pessoas seriam adiadas por, pelo menos 30 dias.

Desde então, conforme a situação global foi ficando mais clara, a UGP submeteu um pedido de autorização à Delegação da União Europeia de Moçambique para realocação do saldo do primeiro pré-financiamento avançado pela União Europeia (cerca de 1,000,000 US\$) para atividades que visassem reforçar as capacidades dos beneficiários do projeto e autoridades dos países beneficiários a mitigar o impacto socioeconómico da pandemia nesses países.

A Delegação da União Europeia em Moçambique aprovou a medida a 04 de abril e a 16 de maio do corrente ano, a UGP do Pro PALOP-TL ISC submeteu o Draft Final de um Plano de mitigação do Pro PALOP-TL ISC para fazer face ao impacto socioeconómico da pandemia COVID-19 nos PALOP-TL e que foi aprovado por aquela delegação a 25 de maio corrente – ver anexo 9.

O plano propõe 3 tipos principais de atividades, nomeadamente:

- 1. Atividades de curto-prazo propostas para mitigação do plano de trabalho no contexto da pandemia COVID19** e que visam reforçar as capacidades técnicas e humanas nas instituições beneficiárias do projeto para fazer face ao impacto socioeconómico da pandemia COVID19. Estas atividades foram especialmente concebidas para apoiar as instituições beneficiárias do Pro PALOP-TL ISC, mantendo a lógica de intervenção do projeto, a fazer face ao impacto da pandemia COVID19 nos seus respetivos países. Estas atividades devem ser implementadas entre maio e dezembro de 2020, num contexto em que vigoram Estados de Emergência nos PALOP-TL com restrições consideráveis na circulação de pessoas e em que estão a ser utilizados métodos de teletrabalho.
- 2. Atividades transversais em curso adaptadas para realização de ações em regime de distanciamento social e contexto de Estados de Emergência.** Estas atividades já estavam planeadas, contudo foram adaptadas para poderem ser realizadas (ou parcialmente realizadas) durante os Estados de Emergência e enquanto vigorarem os regimes de distanciamento social, restrição de viagens e teletrabalho.
- 3. Atividades nacionais de resposta ao impacto socioeconómico da pandemia COVID19.** Estas atividades visam responder às demandas específicas dos parceiros do Pro PALOP-TL ISC **face ao** atual contexto da pandemia COVID19. Essa resposta deve ser feita de forma coordenada e alinhada com as iniciativas planeadas e em curso dos Escritórios do PNUD nos PALOP-TL e respetivas Sedes Regionais para mitigação do impacto socioeconómico da pandemia COVID19.

As atividades não obrigam à alteração dos resultados do projeto, na medida em que estão alinhadas com as atividades gerais previstas no projeto – somente permitem realocar os saldos do primeiro pré-financiamento avançado pela EU para atividades de mitigação do impacto socioeconómico da pandemia COVID19.

O plano de mitigação COVID-19 passa a incorporar o conjunto das atividades que deveriam ainda ser realizadas com os fundos do primeiro pré-financiamento. Assim sendo, as atividades em curso poderão ser analisadas com mais detalhe no anexo 9 do presente relatório.

A estratégia adoptada pela UGP havia sido de formular nos países beneficiários os PTA do próximo ano ao longo do último trimestre de cada ano – alinhando assim com as práticas das nossas instituições para a formulação dos PTAs. Os PTAs 2020 para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste podem foram formulados ao longo do último trimestre de 2020. Tendo em conta as eleições gerais em Moçambique, a formulação do PTA 2020 havia sido agendada para março de 2020, tendo sido mais tarde adiada devido à pandemia COVID-19. Por essa razão, o PTA desse país ainda está por concluir.

No entanto, considerando o actual contexto de pandemia, a UGP propõe que os PTAs sejam (re)formulados após a recepção da segunda tranche (data expectável em julho de 2020), já refletindo o novo contexto global de pandemia e o seu impacto a médio e longo prazos nos países beneficiários e no mundo, consequentemente refletidos na nossa lógica de intervenção, sem alterar os objetivos e resultados do projeto.

